



Manuela Linck de Romero

**Subjetividade:
Corpo e movimentos
em cartografias de experiências urbanas**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Rio de Janeiro
Março de 2016



Manuela Linck de Romero

**SubjetiCidade: corpo e movimentos em
cartografias de experiências urbanas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Marcus Andre Vieira

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Virginia Kastrup

Departamento de Psicologia - UFRJ

Profª. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Manuela Linck de Romero

Graduou-se em Psicologia em Psicologia na PUC-Rio em 2010. Concluiu o Mestrado Profissional em Psicologia Social e Ambiental pela Université Paris V- René Descartes, França, em 2012. Finalizou a pós-graduação Lato Sensu em Análise Institucional, Esquizoanálise, Esquizodrama, pela Fundação Gregório-Baremlitt-Instituto Félix Guattari, Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2014. Pesquisadora Associada do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social – LIPIS da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Romero, Manuela Linck de

SubjetiCidade: corpo e movimentos em cartografias de experiências urbanas / Manuela Linck de Romero ; orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora– 2016.

108 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Subjetividade. 3. Cidade. 4. Corpo. 5. Método cartográfico. 6. Filosofia da diferença. I. Zamora, Maria Helena. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:150

Agradecimentos

Primeiramente, à vida! Agradeço à energia viva que vi e vejo brilhar nos olhos de muita gente apesar dos contextos, essa energia que sinto em meu peito quando me conecto com o outro e pronto, estamos juntos e é possível prosseguir; são muitas as pessoas, inclusive inúmeras que não me conhecem, que, de alguma forma, nos encontros que tivemos, afetaram esta produção; sou grata a elas e a esse plano do acaso que dispõe as coisas de maneira a dar certo, a abrir caminhos e nos tornar potentes. Sobre a expansão e a alegria nesse percurso de pesquisa, agradeço à Maria Helena Zamora, sem a qual tudo isso não teria sido possível; o carinho, o incentivo e a confiança que ela me deu me acompanhando com tanta sensibilidade, rigor e comprometimento foram transformadores e fundamentais. À Virginia Kastrup, pela “atenção do cartógrafo” – tão importante! – e pelo carinho e sugestões dados em minha qualificação. Ao Luis Antônio Baptista, por suas produções sobre subjetividade e cidade, as quais, desde a primeira leitura que fiz, me trouxeram o sentimento de pertença que me faltava. Agradeço ao Bruno, meu companheiro, pela parceria desde os estudos para ingressar no mestrado até a leitura final dessa dissertação, com todos os deslocamentos na garupa de sua moto pela cidade para as aulas, pelas práticas e espaços artísticos que ele me apresentou, pelos mundos que me levou a abrir, pelo amor que a gente inventa. Aos amigos Núria Manresa e Luciano Dias pelas conversas apaixonadas sobre a cidade e seus fascínios, que com entusiasmo me alimentaram e me deram força para prosseguir. À Isabella Duvivier, Leonardo Carvajal e Naiara Marques por terem trazido mais arte à minha vida nas experimentações de nosso coletivo “Através” e pela abertura e interesse em caminhar comigo em silêncio pela cidade. Ao amigo Zé Marco Polo, pelo carinho, pela leitura atenciosa e sugestões que fizeram grande diferença na escrita dos ensaios. À Livia Campello, que cuida tão bem de mim, atenta para que eu não deixe a vida enfraquecer onde eu estiver, por ela, mesmo morando em outro continente, estar sempre perto, me re-acordando para o amor. Minha mãe, Patricia Linck, pelo entusiasmo com o qual ela vibra por meus feitos e pelo apoio que sempre me dá, como no caso da leitura e correção dessa dissertação. Meu pai, por estar ao meu lado com um amor que cresce e se transforma em cada gesto de respeito ao meu caminhar. Ao CNPq pela diferença que fez nesses dois anos com os auxílios concedidos para a efetivação desta pesquisa.

Resumo

Romero, Manuela Linck de; Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas (Orientadora). **SubjetiCidade: corpo e movimentos em cartografias de experiências urbanas**. Rio de Janeiro, 2016. 108p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dissertação volta-se para os estudos da subjetividade em relação à cidade à luz do método de pesquisa-intervenção da cartografia. Considera-se a subjetividade em seu nível processual e produtivo e argumenta-se ser necessária, em tal pesquisa, a abertura atenta do corpo ao plano coletivo de forças que constitui o espaço urbano e os processos de subjetivação. O estado de corpo do cartógrafo aparece então como central. A produção conceitual de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Suely Rolnik e Félix Guattari dá suporte à afirmação de uma relação intensiva com a cidade, acompanhada por processos de corporificação do conhecimento, que configuram regimes de afetabilidade produtivos de múltiplos modos de existência, para além da função sensível trivial. Utilizando a literatura como ferramenta teórico-metodológica, apresenta-se ensaios de experiências urbanas de um *flâneur*-cartógrafo na cidade do Rio de Janeiro, nos quais a dimensão estética e suas relações com as mutações da sensibilidade humana são abordadas enquanto uma problemática sócio-política cara às temáticas urbanas contemporâneas.

Palavras-chave

Subjetividade; cidade; corpo; método cartográfico; filosofia da diferença.

Abstract

Romero, Manuela Linck de; Zamora, Maria Helena Rodrigues Navas (Advisor). **SubjectiCity: body and movements in cartographies of urban experiences**. Rio de Janeiro, 2015. 108p. Master Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze subjectivity regarding the city vis-à-vis the cartographic intervention research method. It takes subjectivity into consideration at its procedural and productive levels and affirms the need of an attentive opening of the body to the collective level of forces which constitute the urban space and the processes of subjectivity. The cartographer's state of body is thus crucial. The conceptual production of Michel Foucault, Gilles Deleuze, Suely Rolnik and Félix Guattari supports the affirmation of an intensive relationship with the city, accompanied by knowledge corporification processes, which constitute productive affectability regimes of multiple modes of existence, way beyond the trivial sensitive function. This paper uses literature as a theoretical and methodological tool and presents essays on urban experiences of a *flâneur*-cartographer in the city of Rio de Janeiro, in which the aesthetic dimension and its relationship with the mutations of human sensitivity are addressed as a social and political issue of crucial importance to contemporary urban matters.

Keywords

Subjectivity; city; body; cartographic method; the philosophy of difference.

Sumário

1 Introdução (ou Análise de implicações: para a construção do campo problemático)	10
1.1 Você quer ser psicóloga ou militante?	10
2 Alteridade e micropolítica: dos “ninguéns” à diferença nas cidades	25
3 A constituição de um corpo para a pesquisa	38
4 Experiências urbanas	52
O chafariz da Glória.	52
A escravidão não prende e mata só os negros.	56
Você tem fome de quê?	58
Eu tenho um único medo.	61
Para seguir vendo essas vidas, como fazer?	63
O espaço é a acumulação desigual de tempos.	67
Fora dos limites da cidade.	70
Delimitações do corpo, delimitações de gente, delimitações espaciais.	72
Essa estrutura racista é de enlouquecer.	76
São mãos que fazem uma cidade inteira.	81
É projeto de cidade para todas as pessoas?	85
Não sei.	89
Esquecer o passado?	91
Sempre pela afirmação da vida.	95
5 Conclusões em alto mar	97
6 Referências bibliográficas	101

O atlas do Grande Khan também contém os mapas de terras prometidas visitadas na imaginação mas ainda não descobertas ou fundadas: a Nova Atlântida, Utopia, a Cidade do Sol, Oceana, Tamoé, Harmonia, New-Lanark, Icária.

Kublai perguntou para Marco:

- Você, que explora em profundidade e é capaz de interpretar os símbolos, saberia me dizer em direção a qual desses futuros nos levam os ventos propícios?

- Por esses portos eu não saberia traçar a rota nos mapas nem fixar a data da atracação. Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu império; é possível encontrá-la, mas da maneira que eu disse.

O Grande Khan já estava folheando em seu atlas os mapas das ameaçadoras cidades que surgem nos pesadelos e nas maldições: Enoch, Babilônia, Yahoo, Butua, Brave New World.

- É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.

E Polo:

- O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Ítalo Calvino, As Cidades Invisíveis

1 Introdução (ou Análise de implicações: para a construção do campo problemático)

*C'est en intensité qu'il faut tout interpréter*¹.
G. Deleuze & F. Guattari, *L'Anti-Œdipe*

1.1 Você quer ser psicóloga ou militante?

Ao final da minha defesa de Mestrado Profissional em Psicologia Social e Ambiental, concluído em 2012, na França, essa pergunta me foi lançada por uma das professoras que estavam na banca. Eu havia defendido um trabalho sobre a abordagem da Psicologia Social Comunitária na criação de projetos de saúde voltados para populações em situação de vulnerabilidade social. A dissertação havia sido construída com base na minha experiência de estágio de conclusão, que teve por campo o *Atelier Santé-Ville*²18 – *Association URACA*³, instituição proponente dos dois projetos dos quais participei: o “Suporte comunitário” e o “Cuidar de si”. Em ambos atuei com refugiados e imigrantes (em sua maioria), abrigados, em grande parte, em instituições hospitalares, de asilo e de acolhimento.

A resposta que dei à professora foi que “do lugar de onde eu falava”, me era possível ser os dois ao mesmo tempo – tanto psicóloga quanto militante. Ela esperava uma resposta que apontasse uma ou outra opção, e para isso, o lugar de onde eu falava não tinha a menor importância.

Pois, no desenvolvimento da presente pesquisa, a análise dos lugares que ocupamos ativamente no mundo e das forças que nos atravessam é imprescindível. Diferentemente do que ocorre com o intelectual neutro-positivista, a análise de implicações do pesquisador consiste na análise das implicações de suas pertencas e referências institucionais que o constitui e o atravessa, “analisando também o lugar

¹ É em intensidade que é preciso tudo interpretar. Tradução nossa.

² Inscrito na Política da Cidade, o *Atelier Santé-Ville* foi criado pelo Comitê Interministerial das Cidades em articulação com os Programas Regionais de Acesso à Prevenção e aos Cuidados, na França, diante da constatação da fraca participação dos territórios urbanos nas políticas de saúde pública. Esse dispositivo destina-se à coordenação de políticas de saúde em determinados bairros tendo por objetivos: a redução das desigualdades sociais e do acesso à saúde em certas zonas geográficas, o desenvolvimento de ações locais em saúde, e o estímulo à participação da população. (http://www.ateliersanteville-paris18.fr/IMG/pdf_atelier-sante-ville-reperes_DIV.pdf).

³ A associação U.R.A.C.A (“Unidade de Reflexão e de Ação de Comunidades Africanas”), criada pela mobilização de migrantes africanos na França, em 1985, foi escolhida, graças à sua *expertise* em saúde comunitária, para coordenar algumas ações do ASV18, tais como: a prevenção do HIV, o suporte e o acompanhamento de pessoas soropositivas e mediações e consultas clínicas em Etnopsicanálise.

que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas” (Nascimento & Coimbra, 2008, p.144).

Essa ferramenta da Análise Institucional⁴ (Lourau, 1993 apud Nascimento & Coimbra, 2008) se desenvolveu a partir do movimento da psicoterapia institucional, ocorrido na França durante o pós-guerra, nos anos de 1950. Ela surgiu da ampliação dos conceitos de transferência e contra-transferência utilizados pela psicanálise (Monceau, 2008). O lugar dos especialistas foi então posto em xeque com a emergência do intelectual implicado.

Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc. Com o saber científico anulo o saber das mulheres, das crianças e dos loucos - o saber social, cada vez mais reprimido como culpado e inferior. O intelectual (...) com sua linguagem de sábio, com a manipulação ou o consumo ostensivo do discurso instituído e o jogo das interpretações múltiplas, dos “pontos de vista” e “níveis de análise”, esconde-se atrás da cortina das mediações que se interpõem entre a realidade política e ele. O intelectual programa a separação entre teoria e política (...) mas, esquece que é o único que postula tal separação, tal desgarramento” (Lourau, 1975, p. 88-89 apud Nascimento & Coimbra, 2008, p.143).

As noções de sujeito e objeto, de pesquisador e campo de pesquisa foram então postas em análise e a não separatividade entre elas afirmada. As implicações do pesquisador na escolha de seu tema de pesquisa, por exemplo, passam a dever ser analisadas uma vez que produzem também desdobramentos que indicam o lugar que o mesmo “busca ocupar e do que lhe é designado ocupar enquanto especialista, com os riscos que isso implica” (Barros & Passos, 2000, p.73). Importante não confundir implicação com engajamento ou investimento e perceber que, mesmo que não desejemos, estamos implicados. Portanto, o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral deve ser analisado e não apenas no âmbito da pesquisa que está sendo realizada. Trata-se, pois, mais de analisar o modo de implicação do que sua existência, no sentido de compreendermos nossas modalidades de relação com as instituições porque “as implicações têm efeitos mesmo que nós não saibamos” (Monceau, 2008, p.22). Os diferentes lugares que o pesquisador ocupa no cotidiano

⁴ René Lourau, Georges Lapassade, Rémi Hess são autores da Análise Institucional, abordagem teórica vinda da França nos anos de 1960 e 1970. Esses pensadores elaboraram ferramentas para pensar criticamente as intervenções sócio-analíticas da época, realizadas em grupos em diferentes estabelecimentos. A análise de implicações é uma dessas ferramentas, desenvolvida no Brasil por autores como Heliana Conde, Cecília Coimbra, Gregório Baremlitt, entres outros (Coimbra, 1996).

e em outras áreas da vida, na história em geral, também passam a fazer parte do campo de análise.

Compartilho então com os leitores minha experiência como estudante-psicóloga-militante-pesquisadora-viajante-*flâneur*, a fim de narrar meu percurso de pesquisa, a relação com o tema escolhido e como emergiram as principais questões desenvolvidas ao longo do trabalho.

De acordo com algumas das muitas linhas⁵ que me constituem, as linhas nômades participam desde antes de eu habitar outra cidade que não aquela onde nasci, o Rio de Janeiro. Sou mulher, carioca, brasileira e espanhola. Brasileira nascida nesta terra colonizada e permeada de hibridismo. A dupla nacionalidade se deve ao fato de meus avós paternos serem espanhóis.

Ela, nascida na Galícia, Espanha, e ele, em Tanger, Marrocos, na época, colônia espanhola. Da ponta de um sul europeu que é também África, vestígios árabes misturam-se às nuances da Espanha em crise, que foi deixada por meu avô – o filho mais velho dos três irmãos órfãos, em 1944 – aos seus 17 anos, rumo à América Latina. Juntou-se a outros na partida, deixando para trás fragmentos de si, para sobreviver trabalhando no Rio de Janeiro. De um *pueblecito* do norte espanhol havia vindo minha avó, aos 4 anos de idade, viver no Rio com seus irmãos, sua mãe e o pai, que, após tentar fazer a vida em Cuba, decide enraizar a família na Cidade Maravilhosa. Nos anos 50, os hispânicos se encontram e buscam erguer sua base segura à custa de bastante trabalho.

Há também linhas germânicas que se misturam às brasileiras, por meio de um avô alemão que foi embora, ou melhor, que ficou sempre em um mesmo lugar, em uma cidade do sul do Brasil, mas como se estivesse em outro planeta. Um avô que, acredito, de tão marcado de ressentimentos, não teve condições de se aproximar e fazer vida com seu grupo familiar. Minha avó materna, nascida em uma fazenda no Mato Grosso do Sul, por sua vez, se moveu como pôde, até pelo ar. Em 1968, ela veio de Porto Alegre para o Rio de Janeiro e, precisando criar suas duas filhas, de dona de casa se tornou comissária de bordo.

⁵ A palavra “linhas” utilizada ao longo dessa dissertação se inscreve no pensamento de Deleuze e Guattari que trabalham com uma concepção produtiva da realidade e da subjetividade que se dá por meio de dois níveis. Segundo Escossia e Kastrup (2005), os autores reservam as palavras “linhas” e “segmentos” para tratar do nível de organização molar. As palavras “fluxos” e “linhas de fuga”, por sua vez, são utilizadas para tratar do nível molecular de produção. Esta perspectiva será desenvolvida ao longo do trabalho.

Então eu tive uma avó que voava. E aos três anos de idade eu também voei pela primeira vez para visitá-la em Los Angeles, EUA, onde, de acordo com os termos da aviação, ela ficou “baseada” durante três anos. Ela e outros parentes, que também trabalhavam na mesma companhia aérea, lá ficaram por um bom tempo, o que me possibilitou conviver com eles nesse outro entorno, no exterior.

Viajar de cidades em cidades, imersa em grande variedade de cores, cheiros, texturas, temperaturas e sons de ambientes cambiantes me foi possível cedo, por ter familiares aeronautas. Pequenininha, de cima, eu-criança via as cidades em meio às nuvens, e avistando-as em escala macro, elas eram micro e eu era menina grande toda poderosa, como se desse para brincar, mexer nas coisas, mudar tudo da cidade de lugar. As cidades vistas de cima parecem um grande mapa estático, maquetes nas quais humanos desaparecem, mas é justamente a imensidão misteriosa da diversidade urbana que desperta na imaginação “(...) o desejo de vivê-las por dentro, de encolher até encontrar o próprio caminho no emaranhado de signos, de percorrê-las, de perder-se” (Calvino, 2010, p.12). Tive menos dificuldades para entrar nas cidades e vivê-las por dentro – o documento que me coloca na condição de cidadã europeia me dá mais facilidades nos vários territórios do globo.

Entre algumas das díspares camadas de mundo que me constituem, insinua-se uma, talvez a mais estrangeira – de infância e adolescência na Barra da Tijuca. Até as primeiras décadas do século XX, esse era um bairro cujos movimentos de ocupação eram inconsistentes, havendo apenas pequenas casas de veraneio e um processo de urbanização junto às principais vias de acesso, como a Avenida Niemeyer e a Estrada de Furnas, que, contornando a Pedra da Gávea, alcançavam a Barra. Em 1969, sob o Plano Lucio Costa, uma nova fronteira de expansão imobiliária se abriu e a ocupação do bairro se iniciou, de forma planejada, rompendo com os padrões típicos de ocupação do Rio de Janeiro. Hoje, o urbanismo faz do bairro um espaço marcado pela presença de condomínios fechados, *shopping centers* e hipermercados, e pela intensa atividade imobiliária (Letiere, 2014)⁶. Um universo estrangeiro em relação ao restante da cidade.

⁶ As informações a respeito da Barra da Tijuca apresentadas têm como fonte o livro compilado pelo carioca Robson Letiere. Instigado por seu filho, que quis saber a origem do nome do lugar onde moravam, o subúrbio de Jacaré, Robson começou a pesquisar a história de cada bairro da cidade. Comprei o livro com ele, em sua barraquinha na Praça do Largo do Machado, em 2014. Ele me contou que estava fazendo exposição itinerante de seu livro, percorrendo todos os bairros da cidade. Ver a respeito em: <http://oglobo.globo.com/rio/carioca-cria-flamulas-para-todos-os-bairros-da-cidade-12003831>

Então, era uma vez um prédio, em um condomínio que propiciou à minha vida de “barrense” uma experiência semelhante ao que seria a de uma cidade pequena. Em princípio, todos os serviços necessários a uma boa qualidade de vida estavam circunscritos em um mesmo perímetro de circulação: a escola, as opções de lazer, comércio e hospitais. Muitos dos vizinhos habitantes do mesmo prédio tinham filhos que eram meus amigos, com os quais cresci, em uma infância tranquila de brincadeiras no *playground*, de idas à praia e de práticas esportivas com razoável constância. Nasci nos anos 80, quando a Barra estava começando a ser mais habitada, o que promoveu um estreitamento de laços entre os primeiros moradores que, vindos de locais diversos, queriam se ajudar na localidade. Então as crianças e jovens do condomínio também frequentavam a mesma escola e passavam juntos os fins-de-semana, seus pais construía essa convivência. Esse modo de vida durou uns 20 anos e dele levo os laços das amizades.

Mas o período também foi permeado pelo desconforto diante de certa condição das minhas relações familiares. Ao final do corredor onde se situava o apartamento em que viviam eu, minha irmã e meus pais, viviam também meus avós espanhóis, tia e primos, um tanto desconhecidos. No mesmo andar, mas como se eu estivesse diante do Oceano Atlântico a atravessar para conhecê-los. O desconhecimento da família produzia estranhamento e uma grande incompreensão.

Como em um mesmo corredor as pessoas podiam não se relacionar, o que as fazia não entrar em contato? E em um espaço maior, será que acontecia? A criança, *expert* em formular questões que deixam os adultos sem palavras, vai inventar as respostas na criação de seus mapas de sentidos. O que em mim sente está pensando⁷ - e a pequena menina, em experiência paradoxal de proximidade física e distância afetiva, desenvolveu então sensibilidade e atenção às condições espaciais de seu pequeno mundo, aos relacionamentos tecidos e cortados e aos muitos afetos que emergiam dos encontros com conhecidos e desconhecidos. Perto e longe podiam ser bastante relativos e não eram só medidos pela régua. O limite entre o lado de fora e o lado de dentro tampouco podia ser de fato apreendido.

Com a inquietude da minha infância, também comecei a conhecer a cidade maior. A variedade de formas de vida e de espaços, assim como as relações que se

⁷ Trecho do poema “Ela canta, pobre ceifeira”, de Fernando Pessoa (1942), 15ª ed.

tecem entre os grupos nos espaços e com os espaços, chamavam a minha atenção. Como vivem? Será que posso chegar perto deles? Como conhecê-los? Em encontros desagradáveis, posso fugir? Como me esconder para não sentir mal-estar?

Eu percebia com destaque os muros, as portas, as pontes, as grades, as densidades dos espaços, as interações, quais pessoas se misturavam com quais, aquelas que não – que ficavam em exclusão, fora de certos espaços. E então, na nossa Cidade Maravilhosa, onde coexistem cenários tão contrastantes sob distâncias pequenas, a desigualdade social e a segregação sócio espacial gritavam aos meus olhos, ouvidos e corpo inteiro.

Apresento um encontro que se repetiu fortemente em meus percursos pela cidade e continua a se reproduzir: o encontro com a criança em situação de rua, pedindo dinheiro da janela do carro. Eu, da mesma altura que ela, também pequena, separada por um vidro. Ambientes de dentro, ambientes de fora. Temperatura, luz e clima distintos. Eu percebia que as pessoas dentro do carro, o/a condutor/a (alvo principal dos que se aproximam para vender, pedir esmola ou assaltar) muitas vezes não olhavam para a criança. No princípio, eu olhava e ficava bastante abalada. Por que aquela menina estava ali? Eu e meus amigos não fazíamos isso, era muito estranho. Por que fechavam a janela se a criança estava falando, por que não olhavam para ela? Será que sentiam raiva? Medo? Pena? Na repetição do encontro, comecei a também não olhar algumas vezes, mas, mesmo fingindo não ouvi-la, o desconforto permanecia.

Então, antes de eu escolher estudar Psicologia, eu queria ser prefeita do Rio de Janeiro. Não sei por que razão não pensei na Arquitetura se, em minha circulação, a estética das variedades arquitetônicas era para mim também um grande interesse. Mantive a escolha de ser prefeita até meus 17 anos. Cheguei a me informar se havia formação para ocupar tal cargo, o que era preciso estudar, mas foi em uma conversa com um amigo que abandonei a escolha. O sonho se quebrou quando ele me assegurou que, se eu fosse prefeita, eu seria corrupta, necessariamente. Foi um choque, mas que me convenceu a mudar de ideia.

Percebia-me com grande curiosidade pelo comportamento humano e, não muito preocupada com os caminhos que eu faria na Psicologia, escolhi esse campo movida pelo interesse pelas relações humanas. Quanto ao encantamento e as preocupações que a cidade me produzia, expliquei para mim mesma que eu atuaria contribuindo para a transformação das vidas não em uma escala macro, capaz de

promover mudanças sociais e urbanas por meio das grandes decisões do governo, mas sob uma perspectiva menor, micro, e que isso também produziria efeitos nas formas de viver e na cidade. Mais tarde eu vim a descobrir o quão político isso era.

Iniciei minha graduação em Psicologia na PUC–Rio em 2004. Em 2005, tranquei a faculdade por um ano para morar em Londres, Inglaterra. O exterior sempre me chamou – um mar de diversidade e possibilidades de expansão e desenvolvimento. Ele foi construído em mim como um misto entre o desejo do meio familiar de migrantes e funcionários da aviação e a imposição geracional de migrar, produzida também pela eterna insatisfação desses familiares de viver onde estavam.

Apresento uma linha que deu o tom de uma das marcas mais fortes da minha experiência em Londres. Segundo Rolnik (1993), as marcas são apresentadas em nossa experiência como diferença, desassossego, devir-outro⁸. Durante nossa vida e em cada uma das dimensões que a compõem, vivemos mergulhados em várias espécies de ambientes, inclusive em planos que se dão em um nível invisível, onde fluxos diversos constituem nossa composição subjetiva atual e que se compõem e se decompõem no encontro com outros fluxos, produzindo marcas, que nos exigem novas composições (Camuri, 2012).

Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação a aquilo de que é feita a consciência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim o equilíbrio desta nossa atual figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que, a cada vez que isso acontece, é uma violência vivida por nosso corpo em sua forma atual, pois nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo – em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. – que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós. E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um desses estados, nos tornamos outros. Ora, o que estou chamando de marca são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um desses estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir” (Rolnik, 1993, p.241-242).

Tive que criar um corpo logo que me vi na Inglaterra. Na chegada, telefonei para um parente a fim de resolver a data de retorno, pois eu havia partido somente com passagem de ida. E do outro lado do telefone, ouço, em um tom de surpresa, a pergunta: “Mas você vai voltar para o Brasil?”. Diante de tal pergunta, para mim

⁸ “Devir-outro” é uma expressão utilizada por José Gil ao referir-se aos heterônimos de Fernando Pessoa (Gil, 1987 apud Camuri, 2012).

absurda, tive como resposta a sugestão de que, para permanecer no exterior, seria preciso “queimar os meus navios”.

Desassossego dessa marca posta. Uma vez em circuito, uma marca continua viva, continua a existir como exigência de criação que pode ser reativada a qualquer momento. Segundo Rolnik (1993), cada marca “tem a potencialidade de voltar a reverberar quando atrai e é atraída por ambientes onde encontra ressonância. Aliás, muitas das nossas escolhas são determinadas por esta atração” (p.242). Esse foi o caso, essa marca me levou a criar outros corpos, delineando muitos das minhas escolhas de caminhos.

Ao longo do primeiro ano do mestrado, tive a ideia de investigar essa expressão idiomática - “queimar navios.” Em meio a várias versões e contextos em que essa expressão foi usada, fez sentido a menção sobre *Hernán Cortés*, conquistador espanhol do século XVI. Ele mandou queimar os navios nos quais seus marinheiros e soldados da Europa tinham vindo impedindo assim, de se renderem à tentação de voltar à Espanha. Então, sem escolha, os homens permaneceram para conquistar o Império Inca por imposição.

Outra versão, religiosa, apresenta um jovem chamado Eliseu, personagem bíblico, que, convidado a ser substituto de Elias, profeta de Deus, entende que para isso era preciso deixar sua profissão e sua família. E então queimou os próprios navios para servir a Deus.

Da minha parte não houve essa vontade e a possível imposição também não foi capaz de me fazer queimar os meus. Segui com essa marca posta que me fez experimentar maior inquietação diante das situações em que somos obrigados a partir, a ficar, ou impedidos de partir ou de ficar. Movimentações impostas, deslocamentos forçados, liberdade de movimento reduzida.

O que são os seus navios? Diante de novos projetos e caminhos, esse pensamento parte da ideia de que vamos deixar um ponto em direção a outro e o perigo reside no fato de que o navio, a estrada ou a ponte que levam ao outro lado são os mesmos que podem nos trazer de volta. “Queimar os navios” é eliminar a possibilidade de fazer certo movimento de retorno que representaria retrocesso, erro.

Voltei ao Brasil e em 2007 estagiei no projeto UNICOM (Universidade vai à Comunidade), desenvolvido pela PUC-Rio. Estagiei na Rocinha, a montanha que eu sempre via do carro, cheia de casas e barracos em tons pastéis e marrons, que

eram apertadinhos e repletos de gente que eu não conhecia e que, à noite, toda iluminada, parecia ter recebido um manto de estrelas. Eu promovia atividades de artes com crianças de idades entre seis e doze anos, com a criação de um espaço propício a reflexões e ao compartilhamento, por meio da palavra e da brincadeira, sobre a vida individual e coletiva. Essa foi também a primeira vez em que entrei em uma favela, o que instigou ainda mais a minha atenção para a vida além-asfalto, não somente pela diferença de condições, pela estrutura do lugar, com sua arquitetura espontânea, mas também pelas muitas formas de se relacionar em um ambiente que comporta muita tensão, violência, medo e risco, mas também vida e solidariedade.

Na busca por compreender mais sobre aquilo que me afetava, tendo a cena recorrente de crianças e jovens pobres em meus percursos, integrei em 2009 a equipe de Maria Helena Zamora na pesquisa da FAPERJ sobre “Garantia de Direitos na Vida de Crianças e Adolescentes Pobres: História e Configurações Atuais” e integrei o grupo da professora Esther Arantes, sobre “Adolescência, ato infracional e cidadania na cidade do Rio de Janeiro: 1900-2000”.

Com o campo teórico da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença, me aproximei dessas temáticas para pensar a violência urbana, a experiência na cidade, a condição da criança, do adolescente e do jovem pobre, em situação de rua, de maneira a produzir problematizações⁹.

Esse conceito-ferramenta foucaultiano foi se tornando imprescindível no descentramento do problema de seu lugar tradicional de problema de pesquisa, na passagem para o rastreamento das linhas de composição das problemáticas urbanas, interrogando a que elas servem. Assim me foi apresentado um exercício do pensamento no qual as questões que são colocadas – diferentemente das interrogações, que anunciam uma resposta correta e fechada – abarcam um problema ao anunciá-lo. Os problemas não fecham as questões; ao contrário, as impulsionam, criam mais movimentos de buscas. As questões só podem ser trabalhadas quando abertas, quando colocadas em busca – não de uma resposta certa e imediata, mas sim de um estado de busca ao provocar um pensamento (Guizzo, 2008).

⁹ Em “A História da Sexualidade”, Foucault deixa claro o que vem a ser a problematização em uma pesquisa, a qual se conduz “um tanto cegamente” e por fragmentos: “(...) analisar não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas ‘ideologias’, mas as problematizações através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam” (Foucault, 1998, p.15).

“Você acredita em Deus? – um exemplo usado por Deleuze para demonstrar o que é uma interrogação e distingui-la de uma questão: Deus é um juiz? [...] O que queremos dizer com a palavra Deus? [...] qual é o melhor modo de existência; o modo de existência de quem acredita que Deus existe ou o modo de existência de quem não acredita?”¹⁰

A primeira pergunta diz respeito a uma opinião, enquanto a segunda série de perguntas apresenta um problema a ser discutido, a ser perseguido em uma análise. Uma questão faz pensar, cria um caminho de variação e continuidade, conduz à análise de um problema, enfim, possibilita a construção de um pensamento e seu movimento – perspectiva na qual esse trabalho se constitui.

Nesse sentido, uma série de questões sobre temas da cidade, algumas distintas do discurso hegemônico veiculado nos meios de comunicação, se abriram para mim. Perguntas que ressoam com Maria Clara Fernandes (2014) em seu livro *Jovens pobres e políticas de (imobilidade urbana)*: Como o jovem em situação de rua se constitui como um problema de ordem urbana? Será que se pode apenas detectar a presença de vida infantil e adolescente nas ruas e clamar por providências que as retirem de lá?

Buscando mais acerca desse tema, em 2010 fiz meu trabalho de graduação intitulado: *Observações do cotidiano - breves reflexões sobre a produção de subjetividade e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro*. A segregação sócio espacial foi trabalhada como um analisador acerca das relações entre os múltiplos espaços da cidade, a produção de subjetividade e a sociabilidade dos cidadãos, permitindo abordar, de maneira breve, a condição de pessoas em situação de rua.

Logo após a formatura, mudei de cidade. Fui cursar um mestrado profissional em *Psychologie Sociale et Environnementale*, na universidade Paris V – René Descartes, situado no referencial teórico entre a Psicologia Social e a Psicologia Ambiental, também chamada de “Psicologia do Espaço”. Voltei-me então para esse curso de pós-graduação, na perspectiva do estudo do homem enquanto produto do meio e do meio enquanto também produzido pelo homem.

Os conteúdos da grade curricular conferiam grande importância à dimensão espacial e à experiência (con)vivida pelos indivíduos nos ambientes. Entretanto, a metodologia de pesquisa se baseava na perspectiva da psicologia experimental, a que afirma uma separação, ainda que implícita, entre psicologia individual, social e

¹⁰ Citação retirada do documentário *Abecedário*, realizado por Claire Parnet, em 1988. Trecho correspondente à letra Q, de Questão.

ambiental – sem mencionar tantas outras correntes específicas da psicologia. Lá estava eu imersa no contexto do pensamento moderno ocidental, da lógica representacional, na qual a dicotomia indivíduo-sociedade é gerada com inúmeras outras polarizações, dentre as quais se destacam sujeito-objeto, teoria-prática, natureza-cultura e natureza-artifício (Latour, 1991).

Diante disso, vivi dois anos desafiadores devido à diferença de perspectiva teórica em relação ao campo da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença. Foi diante de um modo de pesquisar em que as coisas, as pessoas e a vida são colocadas sob um postulado binário, com o pressuposto da neutralidade do pesquisador diante de seu objeto de pesquisa – que a pergunta de minha defesa pôde emergir: “você quer ser psicóloga ou militante?”.

Mais uma vez, senti na pele a certeza de que não somos nada neutros. E para dar conta de continuar sendo produtiva em meio às muitas adversidades, busquei espaços onde me sentia mais livre para me expressar, para construir junto aos outros, onde consegui pegar o “caminho do meio¹¹” podendo ser psicóloga e militante.

Um desses espaços foi a associação *France Terre d’Asile*, onde estagiei em 2011. Fundada em 1970, essa associação tem o objetivo de conceder asilo a migrantes, em particular a pessoas a quem se dá a definição de “refugiado”, e garantir a aplicação de todas as convenções internacionais pertinentes a tal condição. Trabalhei com uma colega libanesa chamada *Joy*, com grupos, dentre os quais havia crianças, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, de regiões diversas, migrantes em condições de guerra, perseguição e/ou miséria, que se deslocam de um território a outro, muitas vezes estando impedidos de retornarem aos seus locais de origem.

Aquela instituição era “casa de passagem”: passagem de volta para fora da França – para os que não tivessem o pedido de asilo aceito – ou passagem de permanência definitiva para os aceitos, que não poderiam regressar aos seus países de modo nenhum e deveriam se adaptar à nova língua e aos novos códigos, regras

¹¹ Utilizo essa expressão conhecida na filosofia oriental, que diz respeito ao caminho de moderação e harmonia, livre dos extremos, para fazer outro uso dela. Aqui ela expressa o sentido rizomático proposto por Deleuze e Guattari (2014), quando fazem do pensamento uma pragmática instaurando a lógica do E - “Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser” (p.36) – revertendo a ontologia, destituindo o fundamento, anulando fim e começo. O meio aqui não é uma média, mas sim o lugar onde as coisas adquirem velocidade, onde é possível mover-se, onde o pensamento move.

de convivência e formas de vida. A apatia, a raiva e o sofrimento pelos vínculos rompidos, pelo abandono do território e pela violência vivida saltavam aos olhares embotados e entristecidos daquelas pessoas com as quais eu me relacionava.

A arte foi uma linha imprescindível na construção de territórios mais potentes e comuns entre todos nós. Eu, brasileira, Joy, libanesa, as duas jovens psicólogas diante de refugiados das mais diversas etnias: do Congo, da República da Guiné, do Sri Lanka, de Bangladesh, alguns da Somália, da Síria e do Egito. Criamos oficinas de grupos com atividades artísticas variadas: *ateliers* de pintura, poesias, fotografia, filmes, música, sob o desafio de conjugar as diferenças entre os idiomas, costumes, culturas, etnias, idades, gêneros, valores e histórias dos sujeitos.

A relação com a arte era uma necessidade, como bem coloca Rolnik (2001), ela é “um operador de travessia entre as configurações da realidade e suas secretas germinações” (p.2). E, em meio a todo o sofrimento, havia também sorrisos e calor, trocas afetuosas ao longo dos meses. Lembro-me de uma senhora indiana que, com gestos, expressões faciais e corporais, conseguiu me fazer entender que eu e Joy estávamos sendo convidadas a entrar em seu quatinho-casa. Sem saber, mas confiando, fomos. E ela tinha biscoitos e chá que havia feito para nós. Que especial foi aquele momento em que conversamos e trocamos tanto, sem palavras!¹²

Lembrei de um texto de Mia Couto, sobre o primeiro idioma que todos experimentamos na nossa infância, o idioma do caos. Segundo ele, todos nós aspiramos regressar a essa condição, desse idioma de pequenos, quando “usufruíamos do momento divino em que a nossa vida podia ser todas as vidas e o mundo ainda esperava por um destino” (Couto, 2009, p.12), quando ficamos tão fora de um idioma que todas as línguas são nossas. Com a senhora indiana estávamos nesse plano de acesso a essa “outra língua que não é falável, essa língua cega em que todas as coisas podem ter todos os nomes” (p.12). Foram experiências que me fizeram encontrar rostos incomuns em-comum. Encontros de reconhecimento de mim no rosto do outro que não conheço.

Em 2012, fiz o estágio final no *Atelier Santé-Ville 18*, como mencionado no início do texto. A proposta dos *Ateliers* era de “fazermos juntos para fazermos melhor e de maneira mais justa”, sob uma perspectiva de trabalho e de vidas de acolhimento e inclusão. Esse foi outro espaço onde encontrei colo – certos espaços

¹² Eu e Joy não falávamos hindi, a senhora tampouco falava uma palavra de inglês, francês ou árabe.

nos abraçam – e, sob a supervisão de *Fatiha Ayoujil*, psicóloga marroquina de abordagem etnopsicanalista e comunitária, participei de dois projetos. A perspectiva da psicologia comunitária foi a ponte de diálogo que consegui construir no mestrado profissional da Paris Descartes, apoiada em Paulo Freire, querido e importante para mim e para a equipe do estágio. Com ele pude ousar afirmar em minha defesa que as relações de poder e os lugares de onde viemos devem ser considerados no processo de produção de conhecimento.

Nessa altura, expus o trabalho acadêmico que me foi possível no encontro do meu exercício de pensamento e as exigências de produção do departamento em que eu estava inscrita. Rolnik (1993) problematiza essa relação de produção. Segundo ela, o trabalho com o pensamento, “que em princípio se desenvolve numa prática acadêmica, sob a forma de estudo, escrita, ensino – diz respeito fundamentalmente às marcas, sua violência, nosso desassossego” (p.253). O pensamento tem por matéria-prima as marcas.

Tal como conceituadas por ela, as marcas funcionam como universos de referência (Guattari, 2012) de modos de existência que vão sendo criados na medida em que, no encontro entre um corpo e outro(s), uma experiência de desassossego vivida, desestabiliza e torna necessária “a invenção de algo que venha a dar sentido e corporificar essa marca: um novo corpo, outro modo de sentir, pensar, um objeto estético ou conceitual (Lieberman & Lima, 2015, p.183). Nesse sentido, estamos engendrados nas marcas-efeitos dos encontros, naquilo “que em nós se produz nas incessantes conexões que vamos fazendo” (p.243).

Logo, as memórias afetivas de experiências que dormitam nas dobras do passado do/a pesquisador/a aparecem por constrangimento e acaso, mas não constrangimento de um método cujas regras se impõem como meio para que a pesquisa revele uma verdade. O constrangimento se dá pela tensão das marcas. Nessa perspectiva de trabalho do pensamento, podemos dizer que “só se pensa porque se é forçado a fazê-lo” (Rolnik, 1993, p.245).

A escrita convoca, então, o trabalho do pensamento a constituir sua consistência. Escrever se torna, nesse sentido, uma necessidade exigida pelas marcas, necessidade de expressão na linguagem. Dá para dizer que são elas que escrevem e têm o poder de ampliar a percepção corporal de suas reverberações (Rolnik, 1993).

Segundo Couto (2009), vivemos dominados por uma percepção redutora e utilitária da linguagem, entretanto, “as línguas que sabemos – e mesmo as que não sabemos que sabíamos – são múltiplas e nem sempre capturáveis pela lógica racionalista que nos domina” (p.14). Existe algo que escapa à norma e aos códigos da escrita e da leitura, uma dimensão esquiva à linguagem:

Sou biólogo e viajo pela savana do meu país. Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens nem o prenúncio das chuvas. Não sei falar com os mortos, perdi contato com os antepassados que nos concedem o sentido de eternidade. Nessas visitas que faço à savana, vou aprendendo sensibilidades que me ajudam a sair de mim e a afastar-me das minhas certezas. Nesse território, eu não apenas sonho, sou sonhável (p.14-15).

Compreendemos que a leitura do mundo com o corpo e suas marcas pode ser caminho para a dimensão do idioma do caos; é a via de acesso à “relação com o mundo informe e caótico” (ibidem, p.12). Essa relação é “o que faz mover a escrita, qualquer que seja o continente, qualquer que seja a nação, a língua ou o gênero literário” (idem). Essa é a nossa perspectiva de produção da escrita acadêmica, que se faz também como um ensaio, com abertura à dimensão poética, afirmando outra política de narratividade.

Então, a arte, essa linha de ventilação da vida, em suas experimentações, desvios e vôos, veio ganhando ainda mais consistência nos dois anos em Paris e nos seguintes no Rio. Foi na França que comecei a me aproximar de projetos artísticos que se propunham a produzir experiências na cidade de forma a apreendê-la sob outros estados sensíveis.

Um deles é o *Paris aux Yeux Fermés – Tu vois ce que je veux dire*¹³? Um projeto da companhia de dança contemporânea *Projet in Situ*, do antropólogo Martial Chazallon e do dançarino Martin Chaput, em parceria com a prefeitura de Paris. Os habitantes são convidados a percorrer um trecho de seu bairro de olhos vendados, sendo guiados por outros, desconhecidos. O percurso se desenrola em três momentos. A pessoa inicia de olhos vendados, sem fazer contato visual com seu guia antes de colocar a venda. Em um segundo momento, o guia se retira para que a pessoa seja acompanhada por um segundo guia, desta vez, cego. No terceiro momento, são dançarinos que conduzem o percurso, para brincar com o limiar entre

¹³ Paris de olhos fechados – você vê o que estou querendo te dizer? Disponível em: <http://www.projet-insitu.com/accueil.html>

a experiência do caminhar e o dançar na cidade. Essa *performance* fascinante propõe às pessoas experimentarem o espaço urbano sob um estado de corpo extra-cotidiano (Barba, 2009), que as permite redescobrir o território em que habitam, além de promover o estabelecimento de relações de confiança entre estranhos e a valorização da condição singular daquele que conhece o mundo por meio dos outros sentidos que não o da visão.

Um segundo projeto artístico que descobri foi produzido por um grupo de audiovisual, intitulado *Les Voix de la Ville*¹⁴. O projeto propunha ao transeunte passear por um percurso de um bairro do norte de Paris, que carrega até hoje o estigma de violência e pobreza, mas sendo guiado por um áudio gravado com as diversas vozes de seus habitantes. O objetivo era afetar o transeunte com os discursos enunciados por pessoas de perfis os mais diversos, de crianças a idosos, de culturas variadas, contando versões da história do bairro em várias épocas. Assim, poderiam ser ampliadas para o transeunte suas possibilidades de percepção e experiência do território, para além da experiência dominante de medo.

¹⁴ As vozes da cidade. Mais informações podem ser encontradas no site: <http://lesvoixdelaville.com/>

2 Alteridade e micropolítica: dos “ninguéns” à diferença nas cidades

Voltei. Após experiências em relações de estrangeiridade variadas, a população em situação de rua permaneceu como a expressão dos estrangeiros universais, presentes em qualquer cidade do globo. Os desconhecidos que conhecemos bem – por mais que não olhemos os seus rostos – estão nas ruas e praças das capitais. Dizem que eles se tornam invisíveis, mas penso que não seja bem isso. Ou pelo menos esse regime de visibilidades e invisibilidades no contemporâneo não é tão simples. Nós passamos por eles, mas não os vemos? Eles aparecem na frente dos carros, estão nas calçadas de nossos caminhos, nos interpelam, pedem esmolas e, mesmo assim, não os vemos? (Alvarenga Filho, 2015). E o que pensar da visibilidade quando temos assistido cada vez mais nos meios de comunicação matérias acerca da juventude pobre nas ruas pautadas no discurso de que é preciso dar voz a estes anônimos¹⁵? Como conciliar tais discursos midiáticos sobre projetos sociais inovadores com discursos que intensificam o posicionamento a favor da redução da maioria penal, por exemplo?

Todos aqueles que se enquadram na “situação de rua” são visíveis, localizáveis, até previsíveis em sua circulação. São mundialmente conhecidos, principalmente como miseráveis, perigosos, astutos, vagabundos e pedintes; delinquentes em potencial, dizem. São os alvos das políticas de ordem que compõem a atual sinfonia das cidades.

Na França são chamados de *SDFs* – *sans-domicile fixe* – ou de *sans-abris*, nos locais de língua inglesa são os *homeless*, em espanhol os *sintecho*. São “sem-teto” também no Brasil, ou “moradores de rua”, “pivetes”, mendigos. Guattari (2012a) diz que eles são o equivalente aos “peixes mortos da ecologia ambiental” (p.26). Podemos considerar que eles portam uma identidade comum, internacionalmente: a dos “ninguéns” (Galeano, 2005), os que ameaçam a estética da cidade higienizada e “despertam a ira das pessoas que não querem se misturar” (Alvarenga Filho, 2015, p.16).

¹⁵ Como exemplo, temos o projeto “Rio Invisível”, dedicado a divulgar a história de pessoas excluídas socialmente por meio de suas histórias pessoais e fotos divulgadas na internet. O projeto existe em outras capitais do país e no exterior também. Conferir: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/10/pagina-em-rede-social-da-visibility-pessoas-que-vivem-nas-ruas-do-rio.html>

Então não é uma questão de “invisibilidade social”, mas de produção social de seres humanos refugados (Bauman, 1999, 2005). É o “lixo humano” produzido para nos causar temor, medo e insegurança. Como afirma Alvarenga Filho (2015), “a existência de seres humanos refugados perambulando por aí nos dizem o quanto as ruas são sujas e perigosas, o quanto não estamos seguros nos espaços urbanos” (p.17).

Então, em 2014 ingressei no mestrado em Psicologia na PUC-Rio com um projeto de pesquisa inicialmente voltado para o estudo da relação entre cidade e subjetividade, que seria feito tendo por foco as experiências de transeuntes¹⁶ diante da população em situação de rua. Eu buscava fazer uma pesquisa que me permitisse abordar a complexidade desse enredo que me vejo agora apresentando nesta análise de implicações.

Meu projeto de mestrado foi pensado com inspiração no método da cartografia¹⁷, por este voltar-se para a pesquisa da subjetividade em seu nível processual. Inicialmente, a ideia era eu traçar o plano da experiência de pesquisa em alguns espaços da cidade escolhidos em função da concentração de população em situação de rua. Mas, já no processo de escrita desta análise de implicações, o trabalho se reconfigurou. Fui questionando a experiência mais ampla do dia-a-dia de uma cidade violenta e desigual. O desejo¹⁸ de pesquisar sobre transeuntes e pessoas em situação de rua, em sua maioria jovens, tinha a ver com o quê?

Os jovens e a rua. Os jovens, a rua e os outros. Os jovens, a rua e eu. Eu e a rua. Eu e os jovens, eu e os outros. Situação de rua. Os jovens, a rua, os outros e eu. Nós... circulação. Onde começam e onde terminam nossas ligações? (Diário de campo, 14-04-2015).

Segundo Deleuze (1968 apud Kastrup, 2007), não se trata de compreender. A compreensão é uma categoria da representação na qual um objeto de pesquisa deve ser definido independentemente de sua formação e de suas relações com seu ou seus ambientes emaranhados. Como vimos, também com Foucault (1998), a

¹⁶ Usamos o termo transeunte simplesmente para caracterizar aqueles que se movem enquanto pedestres no espaço público.

¹⁷ Baseamo-nos principalmente no livro “Pistas do Método da Cartografia” (Passos, E.; Kastrup, V; Escossia, L., 2010) para o desenvolvimento sobre a cartografia como método.

¹⁸ Entendamo-nos sobre a palavra “desejo”: “atração que nos leva em direção a certos universos e repulsa que nos afasta de outros, sem que saibamos exatamente por que; formas de expressão que criamos para dar corpo aos estados sensíveis que tais conexões e desconexões vão produzindo na subjetividade” Trecho encontrado na página 3 do texto “Deleuze Esquizoanalista”, de Suely Rolnik, disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/deleuzesquizo.pdf>

ênfase recai sobre a produção de questões, a colocação do problema, sobre como se escolhe problematizar uma experiência. Segundo Virginia Kastrup (2007), no livro *A invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*,

(...) um sujeito compreende um objeto, uma relação ou uma situação que lhe parece existir objetivamente. Compreender algo significa manter uma certa distância em relação a isso. ‘Entrar na espessura do problema’ é, ao contrário, tocá-lo de maneira não representativa, é problematizar-se com ele (p.94).

Então, na medida em que me encontrei com certas leituras, fez-se forte a “Fobópole” globalizada (Souza, 2008) em que vivemos. Ela se revela não só no comportamento de seus moradores e nos discursos da mídia, mas também na arquitetura de seus espaços, como por exemplo, com a crescente tendência de construção de “enclaves fortificados”, definidos por Caldeira (1997) enquanto “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho” (p. 155).

A segurança pessoal, tendo se tornado um dos argumentos mais poderosos de qualquer estratégia de marketing, somada à exibição diária promovida pelos meios de comunicação, tanto de crimes e ameaças à segurança quanto do estereótipo do criminoso (Bauman, 2009), resulta na produção do raciocínio linear de causa e efeito entre pobreza, marginalidade e criminalidade (Coimbra, 2001). Não são produzidos discursos que se voltem para as causas da criminalidade – como a distribuição de riquezas, a marginalidade social e econômica. Mas discursos que ignoram a realidade de um sistema socioeconômico que impossibilita o acesso de grande parte da população a bens, serviços e ao exercício de seus direitos.

Assim, um verdadeiro “capital do medo” se revelou como podendo ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial (Bauman, 2009) evidenciando “o quanto a insegurança pode ser uma arma e o quanto é nefasta a incapacidade de definir o raio de ação daqueles que tememos” (Vieira, 2008, p.2). Esse raio de ação *ad infinitum* coloca todos atentos às inúmeras maneiras de evitar os perigos e os riscos que os pobres passam a representar no cotidiano - em certo grau, passamos a temer todos uns aos outros, mas, tememos mais uns do que outros em graus extremamente maiores. Então, esse temor produzido vem delineando os contornos das nossas maneiras de ser e estar no mundo, das construções da cidade e do tecimento das relações, mas, principalmente, vem circunscrevendo, isolando,

estigmatizando e criminalizando a dimensão de diferença nas cidades. Assim, uma tensão emergiu intrínseca à minha problemática: a questão da alteridade na cidade.

Estudada na psicologia como fundamental ao processo de constituição dos sujeitos/indivíduos, a alteridade, tanto no campo da psicanálise, da psicologia clínica em geral, quanto da psicologia social e também da vertente ambiental (Moser, 1998), se pauta no postulado binário em que, o sujeito, o indivíduo, se constitui por meio da diferenciação do outro. Pela oposição ao “não-eu”, pela oposição “nós/eles”, esses campos de pensamento apresentam o olhar do sujeito para o outro e o olhar do outro sobre si, como condição da dinâmica intersubjetiva na qual se produz a repartição de identidades e alteridades.

Assim, no nível da identificação das formas, a alteridade tem delimitação – ela ganha cor, raça, traços, localização, nome. Dessa maneira, em relação à experiência urbana, a produção da imagem de uma alteridade assustadora se faz possível: o desassossego que atravessa ruas e corpos é capturado pela mídia e equipamentos sociais, articulado, intensificado e (re)produzido no arranjo de imagens e instituições – eis uma parte fundamental do processo produtivo que forja uma sociedade “marcada pelo medo e pela vontade de prisão” (Silva, 2014, p.67-68).

A população em situação de rua está inscrita nesse enredo. Para ela são produzidas ‘identidades’ cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São pessoas – crianças, jovens, adultos e idosos – marginalizadas, que se tornam alvo das políticas de ordem, uma vez que “a modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada” (Coimbra, 2001, p.58).

Mas esse “desassossego que atravessa ruas e corpos”, será possível cessá-lo¹⁹? Como mencionei brevemente, há uma relação com o desassossego que experimentamos, com os estados inéditos que se produzem em nosso corpo, abordados por Rolnik (1993) como marcas, que dizem respeito a experiências como diferença, como possibilidades de devir-outro. A diferença à que a psicanalista se refere não comporta um sentido identitário, estabelecido a partir da perspectiva da

¹⁹ A violência urbana é de fato uma questão central da cidade do Rio de Janeiro, mas certamente a sua definição, assim como a idéia que fazemos de sua dinâmica, de suas causas e possíveis soluções variam de acordo com projetos políticos distintos e diferentes pertencimentos sociais e territoriais. Para a discussão das representações sobre “violência urbana” no Rio de Janeiro, consultar os capítulos de Machado da Silva e de Machado da Silva e Leite, no livro *Vida sob Cerco* (2008).

representação – como as características específicas de cada indivíduo ou grupo, que os distinguiriam de todos os outros. Ao contrário, trata-se de diferença²⁰ “no sentido daquilo que justamente vem abalar as identidades, estas calcificações de figuras (...), o inatural, o intempestivo” (idem, 1995, p.01). O desassossego então é efeito da existência do outro: “é na coexistência entre os corpos que se produzem turbulências e transformações irreversíveis em cada um deles” (idem, 1992, p.36). Mas que concepção de outro é esta que faz ser possível tal afirmação?

Num primeiro momento, na apreensão mais óbvia, o outro é tudo aquilo exterior a um eu. Tudo; a “coexistência entre os corpos” engloba humanos e não-humanos, corpos enquanto tudo aquilo que consiste em matéria, extensão (Deleuze, 2002). Isso é o que se apreende da alteridade no plano do visível, em um nível macro, enquanto formas captáveis pela percepção, quando o estranho a nós mesmos chega à subjetividade enquanto uma representação visual, auditiva, etc., uma presença formal, identificável, que está dentro do espectro das formas vigentes da realidade. Há, nesse plano, uma relação entre um eu e um ou vários outros, percepção de relação entre unidades separáveis e independentes (Rolnik, 1995).

No entanto, “a realidade não se restringe ao visível e a subjetividade não se restringe ao eu: à sombra disso tudo, no invisível, o que há é uma textura ontológica que vai se fazendo de fluxos e partículas” (Rolnik, 1992, p.36) que constituem nossa composição subjetiva atual – nosso território existencial. Como mencionei brevemente até aqui, nossa composição subjetiva se compõe e se decompõe no encontro com outros fluxos e partículas em coexistência, produzindo marcas, que exigem um trabalho pessoal de criação de outros corpos para existencializá-las – novos territórios existenciais.

Então, as marcas podem ser apreendidas como “sinais de alteridade” que instauram um processo de desterritorialização – gênese de um devir? Esses processos de “se pôr a ser” (Guattari, 2012a, p.28) dizem respeito aos processos que se diferenciam das formas subjetivas já dadas, das identidades cristalizadas e seus encaixes de captura totalizantes. São linhas de fuga – processos de singularização que tornam existentes novos conjuntos referenciais, novas configurações

²⁰ Para Deleuze o ser é Diferença que se dá em si mesma, o filósofo trabalha com uma noção de diferença que está liberada da noção de igual, que não está submetida a ela. Trata-se de uma “diferença” distinta da diferença “entre” duas coisas.

existenciais, escapando à ordem de significações vigentes/pré-estabelecidas. Assim então, no esboço de outras composições subjetivas, nos reterritorializamos.

Esse recorte da alteridade em “visível” e “invisível”, feito por Rolnik (1992, 1993, 2003) é resultado de uma abordagem micropolítica, a que mais nos interessa, na qual a apreensão da alteridade em seu nível invisível, nos leva a perceber a dimensão movente e produtiva dos processos²¹ de subjetivação.

Temos assim a alteridade enquanto campo heterogêneo de forças que afetam nosso “corpo vibrátil” (ibidem, 2003) sob a forma de sensações, produzindo “estados de sensação desconhecidos que não conseguem expressar-se nas atuais figuras de nossa subjetividade” (ibidem, 1995, p.01). Das experiências de desassossego, situações de desestabilização e suspensão de sentido, somos então convocados a “criar figuras que venham dar corpo e sentido para a arregimentação de diferenças” (idem) que se apresentam. Segundo Rolnik (1995) a experiência das marcas,

Faz tremer nossos contornos e nos separa de nós mesmos, em proveito do outro que estamos em vias de nos tornar. Perdem sentido nossas cartografias, depauperase nossa consistência, nos fragilizamos - tudo isso ao mesmo tempo. São quebras, rupturas, demolições, que podem variar em ritmo e intensidade, mas que acontecem forçosa e repetidamente ao longo de nossa existência (p.2).

Segundo ela, esse processo intenso de transformação constante nos fala do caos – “a alteridade vista da perspectiva do invisível é, portanto, o próprio caos” (ibidem, 1992, p.37). Nesse sentido, a alteridade é o que extrapola a unidade provisória onde nos reconhecemos, nossa identidade. O outro é aquilo que nos arranca permanentemente de nós mesmos.

O artigo do psicanalista Marcus André Vieira, intitulado “Pânico no Ônibus” (2008), ressoou com essa perspectiva ao apresentar uma forma de alteridade descrita por Jacques Lacan como uma presença estranha, “anterior a tudo o que podemos elaborar ou compreender”, delimitada como a “presença do Outro” (Lacan, 2005, p.31 apud Vieira, 2008, p.1). Presença essa que também produz perturbação, desassossego, “incremento de agitação, mesmo que sem direção”

²¹ Guattari (2012a) opõe a ideia de processo à de sistema ou estrutura, visando com isto apreender o movimento da existência em vias de, ao mesmo tempo, “se constituir, se definir e se desterritorializar” (p.27-28).

(Vieira, 2008, p.10) – do “Outro da angústia²²” – que nos remete ao “inominável que habita cada um de nós” (ibidem).

Mas não somente ao caos, aquilo que nos arranca de nós mesmos também nos aporta devires-outros, a abertura que se opera na subjetividade, nesses casos, aponta na direção de um aquém e um além do eu. Segundo Vieira (2008), trata-se da abertura máxima do leque de significações, “ela é a presença concreta de um Outro que se apresenta como a radical abertura do campo dos possíveis” (p.15). Assim, embora invisível, a alteridade enquanto campo de forças é real: dimensão na qual se opera uma permanente produção de diferença, cujo efeito é uma “complexificação cada vez maior do mundo” (Rolnik, 1992, p.38).

Na perspectiva desses autores, estamos diante de mudanças significativas no próprio modo de subjetivação. A abertura que se opera na subjetividade depende da capacidade de suportarmos o fato de que, para além da individualidade na qual nos reconhecemos, somos também um permanente processo de subjetivação. Em outras palavras, essa perspectiva micropolítica da alteridade, da produção da subjetividade, promove uma abertura que depende de suportarmos o caos próprio da dimensão invisível da alteridade, ao invés de negá-lo em nome de presumidas formas naturais que o organizem, recorrendo aos esquemas cognitivos e sensório-motores pré-estabelecidos. É preciso suportar a violência das diferenças que se engendram nesses processos, sem associá-la ao perigo de desintegração (Rolnik, 1992).

No entanto, é importante perceber que, uma vez que a realidade nessa dimensão produtiva é invisível, na abertura a ela está necessariamente implicada uma abertura também no campo do pensamento, para que seja possível um acesso ao invisível. Ou seja, “mais do que simplesmente uma mudança de concepção, faz-se necessária a conquista de um outro tipo de prática do pensamento” (ibidem, p.38), prática comprometida com a criação de modos de subjetivação mais permeáveis ao intempestivo da experiência e à processualidade, que privilegie a ideia de diferença para instaurar novos ângulos e perspectivas do real.

Então, no embate permanente entre as forças e as formas, trata-se de uma nova estética da existência, pois não basta que as forças se exerçam sobre outras

²² Segundo Vieira (2008) o “Outro” é especialmente polivalente no ensino de Lacan, traduzindo diversas formas de alteridade.

forças, ou sofram os efeitos de outras; também é preciso que a força se exerça sobre si mesma, nos domínios de si (Deleuze, 2008). É preciso abrir-se não para o que somos, mas para aquilo de que estamos em vias de diferir, quando nos transformamos. Abertura ao devir.

Essa pragmática que compreende os sujeitos, os objetos e a realidade enquanto processos intensivos é regida pela lógica das intensidades ou *eco-lógica*, apresentada por Guattari (2012) na abordagem que ele propõe da subjetividade no registro das três ecologias – do ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana – articulação ético-política também chamada por ele de *Ecosofia*. Segundo ele, por meio de “chaves transversais”, a subjetividade se instaura ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, das relações sociais e institucionais e “no seio das paisagens e dos fantasmas que habitam as mais íntimas esferas do indivíduo” (p.55).

Então, com a articulação da *Ecosofia* e o deslocamento do estatuto atribuído à alteridade, que encontrei em Rolnik (1992, 1993, 1995, 2003), me foi possível complexificar o tema, deixando de ater-me à problemática da população em situação de rua para voltar-me à essa experiência de abertura para a alteridade enquanto caos e devir-outro nas experiências urbanas. E se a cidade for pensada enquanto agonística?

Nos capítulos “Espaço e Corporeidade” e “Restauração da Cidade Subjetiva”, do livro *Caosmose – um novo paradigma estético*, Guattari (2012) afirma que as cidades engendram, “por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las” (p.152). Ele postula que a heterogeneidade ativa nos espaços abertos e públicos são espaços de exterioridade constituídos na cidade, que, por sua abertura, se opõem tanto ao interior dos espaços fechados quanto à interioridade do sujeito, podendo dispersar focos de identidade, introduzindo variação nos processos subjetivos (Caiafa, 2003). Sua ideia é de que as construções urbanas são tipos de objetos – “subjetividades” parciais²³ – que exercem funções de subjetivação parcial. Assim, o autor confere uma função subjetiva à cidade.

Dessa maneira ele apresenta uma perspectiva à arquitetura e ao urbanismo contemporâneos (Antonioli, 2003; Querrien, 2011), constatando que os produtores

²³ Guattari (2012a) promove um deslocamento da subjetividade para conjuntos materiais, e apresenta o que seria a subjetividade parcial; “a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação” (p.143).

de espaço não podem mais “se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade” (p.153), pois o fenômeno urbano é um “problema-cruzamento”, devendo ser abordado com metodologias apropriadas à complexidade:

(...) não é mais um problema dentre outros; é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade, (...) constata-se muito frequentemente um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade (Guattari, 2012, p.153).

Lidando com esse “problema-cruzamento”, o pensamento de Foucault (2001, 2004, 2009), também sobre espaço, subjetividade, corpo e poder, foi emergindo, mostrando linhas que engendram sujeitos, objetos e saberes enquanto arranjos de forças sempre produzidas através de jogos de verdades. Em seus trabalhos sobre a sociedade disciplinar, por exemplo, que tem a arquitetura panóptica como modelo de produção da ortopedia generalizada dos modos de viver, o filósofo do “diagnóstico do presente” (2014) nos aponta a relação entre a produção de saber e a regulação da vida humana.

Assim, encontrei com ele bases para perceber que as relações de visibilidade e invisibilidade – de quem ou do que quer que seja, não somente das pessoas em situação de rua – evidenciam as dimensões de controle dos espaços e relações de poder que nos produzem. Quem pode ver o quê? Quem é visto e não vê? É visto por quem? O que não é visto, fica invisível? Um poder positivo, um tipo de poder do espírito sobre o espírito, o poder de controle e de produção de saberes sobre os corpos, os espaços, a subjetividade, entre outros.

Dentre os outros autores que problematizam a alteridade na cidade, me baseei bastante no trabalho do Luis Antônio Baptista (1999, 2003, 2010, 2012), psicólogo que tem um extenso percurso de pesquisa em experiência urbana, abordando-a sob várias dimensões e seus aspectos, em diálogo com outros campos de conhecimento, tais como: a arte, a literatura, a arquitetura e o urbanismo e a política. Afinado com a perspectiva de pensamento micropolítico, suas produções trazem importantes questionamentos, dentre os quais, aqueles acerca das interpelações da vida social das cidades à psicologia e às categorias das ciências humanas em geral, assim como sobre as implicações dos psicólogos frente às urgentes questões suscitadas pelas metrópoles contemporâneas (Baptista, 2012).

Seus ensaios, tal como os de Walter Benjamin (1987) e Baudelaire (1998, 2002), são elogios à prática da *flanêrie*, que afirmam a possibilidade de desnaturalização do cotidiano urbano quando, caminhando, passamos a perceber que o traçado da urbe contém em suas linhas formas particulares de experienciar o tempo, a alteridade e a nós mesmos. Os fatos urbanos são retirados da ordem que determina suas verdades e eles se tornam então estranhos aos significados que os definem. E os corpos? Somos levados a nos questionar se nosso corpo é efeito ou recusa dos movimentos das metrópoles.

Citando o poeta pernambucano Sebastião Uchoa Neto, Baptista (2010) faz sua aposta: “a cidade é uma lâmina fria que corta cômodas suposições” (p.17). Assim ele a apresenta enquanto “zona de guerra” (Baptista, 2003), sustentando a dimensão do “combate”, o caráter “agonístico” das experiências urbanas diante do outro, quando “a alteridade, em sua radicalidade tensa, desacomoda, perturba (...), diluindo compactas e irrefutáveis formas de eu e nós” (p.9). Assim prossegui com ele, me indagando “sobre os limites da soberania da subjetividade privatizada” (Baptista, 2010, p.215) diante da alteridade da cidade.

No campo da arquitetura e do urbanismo, os trabalhos das arquitetas Iazana Guizzo (2008) e Paola Berenstein Jacques (2011, 2012) me deram mais estrutura e movimento na possibilidade de pensar o componente espacial da produção de subjetividade à luz de sua historicização, perspectiva também levada por Foucault. Guizzo (2008), também utilizando-se dos conceitos-ferramentas deste filósofo, desenvolve uma abordagem transdisciplinar acerca da questão do espaço enquanto atravessado por forças, abrindo a possibilidade de nos relacionarmos com a expressividade da cidade. A autora aborda também as práticas espaciais como suportes que possibilitam a emergência de valores, afirmando a potência do espaço ao vê-lo como um produtor de modos de viver.

A análise de Jacques (2012), por sua vez, em o *Elogio aos Errantes* (2012), aborda as diferenças das qualidades de experiências urbanas. O caráter de resistência de seu trabalho consiste na valorização que ela promove do “Outro urbano”: os “errantes”, designados por ela enquanto os vários outros que, por sua simples presença e prática cotidiana, explicitam conflitos e provocam dissensos, evidenciando o caráter paradoxal do espaço público, desafiando, assim, a construção dos pseudoconsensos midiáticos a respeito das experiências e questões da cidade (Jacques, 2012). A radicalidade desse outro urbano se torna explícita nos

que vivem nas ruas – moradores de rua, ambulantes, catadores, camelôs, prostitutas, entre outros – que reinventam modos de fazer, táticas de resistência e sobrevivência se apropriando do espaço público de forma anônima e dissensual. São modos outros de experimentar a cidade.

Nesse sentido, assim como Baptista, ela retoma a experiência da flanância por Benjamin como um exemplo de errância, que favorece a possibilidade de experimentarmos a multiplicidade de formas de vida que coexistem na urbe – o que não se dá sem conflito – mas que suscita e complexifica a condição de experiência da relação com a alteridade.

A errância urbana é uma apologia da experiência da cidade, que pode ser praticada por qualquer um, mas o errante a pratica de maneira voluntária. O errante, então, é aquele que busca um estado de corpo errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções. O errante não vê a cidade somente de cima, a partir da visão de um mapa, mas a experimenta de dentro; ele inventa sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante. Essa postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade, por si só, já constitui uma forma de resistência (Jacques, 2012, p.2).

Então, pelos caminhos, montes e vales dos estudos da subjetividade, me apropriei da questão colocada por Guattari (2012a) – “(...) o que serão as mentalidades urbanas do futuro? (p.150)” – a qual ele afirma ser inclusive um pleonasma, na medida em que “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano (p.150)”. Ou seja, nos encontramos em um tempo em que não é mais possível pensarmos a subjetividade humana separada da dimensão urbana. E vice-versa.

A essa altura, me desdobrei ainda mais diante da complexidade da cidade contemporânea, com a multiplicidade de estímulos coexistindo. Fui assumindo uma abertura maior aos componentes da cidade: estímulos, pessoas, informações, cores, cheiros, sons, texturas, temperaturas e velocidades passaram a constituir a cidade enquanto um grande campo de forças do qual eu participo, e todos participamos... Comecei a desejar cartografá-las, indo de um grau mais homogêneo – do senso comum, dominante – a uma heterogeneidade e singularidade dos processos de subjetivação, das possibilidades de experiências que a cidade nos abre, com os outros, consigo mesmo e com o espaço. Mas como fazer uma pesquisa nesse sentido? É possível esse tipo de apreensão da experiência urbana?

Notei então que eu já vinha fazendo isso. Essa percepção se fez clara quando me recordei de um potente encontro que aconteceu em 2012, com Alvarenga Filho e Maria Helena Zamora, no qual, de nossa mistura, emergiu Marco Polo enquanto viajante inventor da cidade. Então publicamos o artigo “Cidade, política e subjetivação: Marco Polo visita o Rio de Janeiro” no qual problematizamos a experiência urbana contemporânea colocando em questão a segregação sócio-espacial. Foi um exercício de ficção utilizando o olhar estrangeiro do explorador Marco Polo que, por meio de uma narrativa literária, relata ao imperador Kublai Khan a política das subjetivações e das relações sociais percebida em sua visita à cidade maravilhosa.

Até então não havia se tornado tão claro que eu já estava trilhando caminhos de pesquisa e trabalho acerca de experiências urbanas. A imprevisibilidade do caminho que eu começava a perceber melhor me levou a Salvador em dezembro de 2014, quando participei do encontro organizado por Paola Berenstein Jacques e sua equipe: o “Corpocidade 4 – Experiências de Apreensão da Cidade”²⁴. As discussões foram conduzidas em uma dinâmica de estudo intensivo entre vários pesquisadores sobre as possibilidades de composição conjunta de ideias sobre experiências de apreensão da cidade. O coletivo era composto principalmente por arquitetos, psicólogos, antropólogos, dançarinos e artistas de diversas cidades do Brasil.

Em termos de metodologia de pesquisa do mestrado, já não era mais possível manter-me na escolha de um trajeto a ser percorrido e cartografado para produção do campo de pesquisa, pois foi se tornando evidente que, uma vez que a problematização da pesquisa se complexificava e se transformava, eu também me constituía mais aberta às possibilidades do tema e, nesse sentido, o material de trabalho não vinha somente de minhas andanças em um trajeto pré-definido, mas de toda parte aonde eu ia e também de leituras das fontes mais variadas.

Outras delimitações e direções do tema apareceram então como necessárias. Decidi não me restringir a nenhum trajeto, mas investir no desenvolvimento do estado de “atenção de cartógrafo” (Kastrup, 2007a) em todo e qualquer percurso que eu fizesse. Esta consiste em uma primeira pista do método cartográfico, que utilizo nesse trabalho, que diz respeito a um estado de atenção específica que não tem por função a seleção de informações em meio à heterogeneidade de estímulos

²⁴ Vinculado às atividades de seus grupos de pesquisa Laboratório Coadaptativo LabZat e Laboratório Urbano, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

existentes na rua, mas sim à detecção dos signos e das forças dos processos de subjetivação circulantes no meio urbano.

Então, segui afirmando na prática de pesquisa, “a atenção aos fatos menores, insignificantes do cotidiano urbano como detonadores de sentidos inesperados” (Baptista, 2010, p.215), que podiam surgir tanto de um filme, de uma música, quanto de um diálogo ou de um livro. Notícias de jornais, a conversa do casal sentado ao lado no metrô, os grafites em muros, as poesias coladas em postes, as intervenções urbanas, as manifestações. Fui recolhendo fragmentos diversos que pudessem fazer sentido, ainda que não houvesse uma compreensão acerca de sua contribuição para o trabalho no momento em que eram registrados. Fui aos poucos incorporando esse *modus-operandi* de pesquisar do cartógrafo, que “não tem o menor racismo de frequência, linguagem ou estilo” (Rolnik, 1989, p.02) em sua produção e colheita²⁵ de dados (Kastrup, 2007; 2007a).

Então pude começar a distinguir no pensamento as experiências que permeiam nossa banalidade cotidiana – aquelas nas quais o funcionamento cognitivo revela-se estável – daquelas experiências que nos produzem inquietação, desassossego, problematizações (Kastrup, 2007a) – que produzem as marcas.

No segundo ano do mestrado, o rigor em relação às experiências das marcas e dos atravessamentos das forças e seus efeitos no processo de pesquisa foi ganhando consistência na medida em que eu mais vividamente experimentava e analisava situações do processo. Assim, uma cartografia da experiência do pensamento em seus caminhos foi se constituindo, sempre inscrita e imbricada na investigação das relações com a cidade, nas experiências urbanas que eu apreendia. E então, na experiência de um surpreendente paradoxo, percebi que, tudo o que eu havia abordado e apreendido até então, havia me trazido a um único e tão óbvio lugar: o corpo.

²⁵ O sentido habitualmente atribuído ao procedimento metodológico de coleta de dados é substituído na pesquisa cartográfica pelo termo “colheita de dados” para afirmar seu caráter mais de produção e intervenção sobre a realidade do que de representação do mundo conhecido (Passos & Kastrup, 2013).

3 A constituição de um corpo para a pesquisa

E eis que a centralidade do corpo emergiu como partida e chegada no meu trabalho. Seria possível afirmar o corpo como método? Como o que está sendo transformado para esta pesquisa e por esta pesquisa? O corpo que caminha na cidade. O corpo na urbe. O lugar, o ambiente, o espaço corpo.

(...) deste lugar, se meus olhos estiverem abertos, não posso mais escapar. Não que ele me paralise – pois, afinal, posso não apenas mover-me e remover-me, como posso também movê-lo, removê-lo, mudá-lo de localização – apenas isto: não posso me deslocar sem ele; não posso deixá-lo lá onde ele está para ir-me a outro lugar. Posso até ir ao fim do mundo, posso, de manhã, sob as cobertas, encolher-me, fazer-me tão pequeno quanto possível, posso deixar-me derreter na praia, sob o sol, e ele estará sempre comigo onde eu estiver. Está aqui, irreparavelmente, jamais em outro lugar. Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo (Foucault, 2013, p.07).

O corpo a ser percebido. O corpo a ser desconstruído, a ser produzido. O corpo que cartografa, o corpo a ser cartografado. O corpo utópico.

As experiências urbanas só podem ser corporais. Essa é mais uma pista acerca do método da cartografia: ela está imersa na perspectiva de dentro da experiência, processual, necessariamente encarnada e afetiva, na qual pesquisar a subjetividade e a cidade não poderia se fazer senão por meio do corpo.

Então, o pesquisador e a produção de conhecimento acerca de seu objeto de estudo, de si e do mundo são instâncias inseparáveis. Trata-se de construir um *ethos* de pesquisa em que os afetos emergentes como efeito do encontro entre o pesquisador e o campo são fontes de conhecimento. Como bem coloca Pozzana (2013),

a formação do cartógrafo se faz como inscrição corporal, é acompanhada por processos de corporificação do conhecimento e práticas que configuram regimes de afetabilidade. Neste sentido, aponta para a necessidade de ativação do potencial de ser afetado para além de sua função sensível trivial, ativando uma dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada (p.323).

Ou seja, a cartografia só pode ser pensada como método se entendermos método como aquilo que nos faz compreender a nossa potência de conhecer (Lieberman & Lima, 2015). A cartografia implicaria, então, disposição para afirmar uma potência da própria vida por meio da “abertura atenta do corpo ao plano coletivo de forças em meio ao mundo” (Pozzana, 2013, p.323). Nessa direção, como

também afirmam Liberman e Lima (2015), “quem se lança a essa aventura é convidado a conectar-se com o pulsar da vida em seu corpo e com caminhos para os quais esse pulsar aponta” (p.186).

Então, nesse *modus operandi* voltei-me para os processos ousando seguir os percursos trilhados pelos pés também do pensamento, pois não somente os corpos andam, como diz Deleuze (2008), “(...) hoje em dia o pensamento anda mal” (p.151). O pensamento também faz pausas. Às vezes ele dá voltas sem sair do lugar... e relações de repouso e de movimento, de velocidades e de lentidões entre partículas, são o que o definem, assim como também definem um corpo, a individualidade de um corpo (Deleuze, 2002) que afeta e é afetado constantemente no encontro com outros corpos.

O *affectio* remete a um estado do corpo afetado e implica a presença do corpo afetante, ao passo que o *affectus* remete à transição de um estado a outro [...] por afetos entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse mesmo corpo é aumentada [alegria] ou diminuída [tristeza], favorecida ou impedida (ibidem, p.56).

A definição do afeto utilizada por Deleuze, segundo o pensamento de Spinoza (Deleuze, 2002, Spinoza, 2010), mostra então que este é indissolúvelmente afecção corporal e ideia dessa afecção. Mesmo uma simples alegria, que se caracteriza como a passagem de uma menor a uma maior potência, é no corpo uma afecção que aumenta ou estimula sua potência de agir, e na mente uma ideia que aumenta ou estimula sua potência de pensar (Sévérac, 2009).

É essa aptidão a ser afetado e a afetar que define a essência do corpo humano, em Spinoza. Ora, quanto maior essa aptidão afetiva, maior é a capacidade da mente de pensar várias coisas simultaneamente, e, por conseguinte, de compreender as relações entre as coisas (Sévérac, 2009).

Deleuze (2008) também retoma, além das análises de Spinoza, as de Bergson, que, por sua vez, distingue a afecção, da percepção e da ação como três espécies de movimento.

Os movimentos mudam, no nível dos esportes e dos costumes. Por muito tempo viveu-se baseado numa concepção energética do movimento: há um ponto de apoio, ou então se é fonte de um movimento. Correr, lançar um peso, etc.: é esforço, resistência, com um ponto de origem, uma alavanca. Ora, hoje se vê que o movimento se define cada vez menos a partir de um ponto de alavanca. Todos os novos esportes – surfe, windsurfe, asa delta – são do tipo: inserção numa onda preexistente. Já não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é como se fazer aceitar pelo movimento de

uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, “chegar entre” em vez de ser origem de um esforço (p.151).

Assim, Deleuze vai construindo o pensamento enquanto uma prática, tirando da filosofia o direito à reflexão “sobre” as coisas, a realidade, o ser, os conceitos, o mundo, que, em nome de noções muito abstratas, acabou por bloquear as análises em termos de movimento. O pensamento se torna uma prática sempre em relação com o corpo em pesquisa em termos de movimentos de intensidades.

Tal perspectiva foi ganhando ênfase no trabalho e fui então buscando maneiras de “colocação em órbita”, de ampliação da percepção do “corpo vibrátil” (Rolnik, 2006), de criação de um “corpo-sem-órgãos”, buscando as possibilidades de se fazer pesquisa em nível processual. Segundo Deleuze e Guattari (2012), para cada tipo de corpo-sem-órgãos devemos perguntar: “que tipo é este, como ele é fabricado (...)?” (p.15).

Um CsO é feito de tal maneira que ele só pode ser ocupado, povoado por intensidades. Somente as intensidades passam e circulam. (...) ele as produz e as distribui num *spatium* ele mesmo intensivo, não extenso. Ele não é espaço e nem está no espaço, é matéria que ocupará o espaço em tal ou qual grau – grau que corresponde às intensidades produzidas. Ele é a matéria intensa e não formada, não estratificada, a matriz intensiva (ibidem, p.16).

O CsO não é uma noção, um conceito, não é uma cena, um lugar, nem mesmo um suporte onde aconteceria algo, mas um conjunto de práticas que definem a distribuição das intensidades. Ele diz respeito à apreensão do nível do corpo definido pelas energias e fluxos que o constitui antes de ele tomar forma, é o corpo antes da determinação orgânica (da hierarquia dos órgãos), como um plano de forças. Nesse sentido, em relação à passagem dos fluxos energéticos, “o corpo é tão somente um conjunto de válvulas, represas, comportas, taças ou vasos comunicantes; (...) o que povoa, o que passa e o que bloqueia?” (p.16)

Trata-se de criar um corpo sem órgãos ali onde as intensidades passem e façam com que não haja mais nem eu nem o outro, isto não em nome de uma generalidade mais alta, de uma maior extensão, mas em virtude de singularidades que não podem mais ser consideradas pessoais (Deleuze & Guattari, 2012, p.21)

Ou seja, na escolha por mencionar tais definições de corpo até aqui, busco, como em um mosaico bricolado, enfatizar nossa capacidade de viver a partir de um corpo intenso e ativo; capacidade esta que nos é roubada desde o berço, por

precisarmos dele muito organizado para sobreviver (Fernandes, 2014) na “vida capital” (Pelbart, 2011).

Para continuar nessa cidade aterrorizadora e apaixonante, paradoxalmente, a recusa à neutralidade e à anestesia do corpo se apresentou, pois, um corpo ativo não é aqui um corpo que consegue tornar-se eficaz, com alta produtividade na lógica do capital, insensível ao mundo; a atividade não nasce de um processo de “desafecção” ou “insensibilização” (Sévérac, 2009). Pelo contrário, a recusa à anestesia do cotidiano se apresenta como condição necessária – “necessária” na perspectiva de Espinosa, enquanto condições de relações necessárias para que a vida não se torne fraca (Deleuze, 2002), para continuar a sentir que vale a pena viver no Rio de Janeiro e fazer um trabalho sobre os afetos experimentados nessa cidade. Pois, como nos lembra Hara (2008 apud Fernandes, 2014, p.22), “nosso corpo adoce ouvindo, expondo nosso corpo e nosso pensamento a uma infinidade de descrições tristes de nossa atualidade” (p.410).

A cidade está em crise, está um caos. Viver está aterrorizante. De que adiantam 120 páginas de palavras? De que adianta escrever tudo isso? Que diferença vai fazer? Escrita vaidosa, ingênua? Essas perguntas vieram à minha cabeça incontáveis vezes. Quantas vezes me perguntei sobre a relevância. E outras falas vieram... “Olha a dureza!”. Como seguir acreditando na vida me mantendo tão dura? Esse é o tipo de pensamento que acorda a impotência, que nos invade e tenta nos engolir quando buscamos criar, encantar a existência. Olha, eu precisei seguir lutando contra eles para fazer esse trabalho valer a pena. Tanto sentir e querer fazer algo com isso tudo que se sente... nem que fosse virar uma dissertação. Uma dissertação que pudesse tornar-se viral? Essa inquietação pode ser sim contagiosa. Ela perpassa a escrita desse trabalho e a minha pessoa em tudo o que venho fazendo. Uma pesquisa-vida cartográfica que vai se dando em doses... muitas vezes não acessei tanto o que o meu corpo de fato carrega e comporta de marcas que ressoam nos encontros que faço com pessoas, coisas, lugares, pois eu não daria conta de deixá-las emergirem à superfície de uma vez. Tem muito ódio nessa cidade. Muito. E em meio a ele, grãos de vida por aí... (Diário de campo - 01/06/2015)

Importante entender que, ser afetado não significa, em si, padecer. Muito pelo contrário, é a redução da capacidade do corpo de ser afetado que mais o restringe, tornando-o insensível a um grande número de coisas e às múltiplas distinções delas. Um corpo assim se debilita, enfraquece, não sabendo responder, se não de maneira unilateral, às solicitações de seu meio exterior, aos problemas que o mundo lhe põe (Sévérac, 2009).

Trata-se, portanto, de não mais sofrer passivamente o que nos acontece em nossas experiências da vida urbana, mas tornar-se ativo em relação a elas. Para o

corpo, isso consiste em “tornar-se pouco a pouco capaz de não mais viver segundo um número reduzido de normas afetivas” (idem, p.24) que polarizam a experiência dos afetos, mas expandir as possibilidades do corpo em afetar e ser afetado, desenvolvendo uma “sensibilidade afetiva forte, flexível, lábil” (ibidem).

Então, afirmando a lógica das intensidades das experiências urbanas enquanto fonte de conhecimento, seguimos levando a sério a pergunta de Spinoza (2010): “o que pode um corpo?”. E o que pode um corpo que circula na cidade? Essa é a pergunta constante, incansável, que me atravessa com todas as outras que se movimentam pelo texto-ensaio. O corpo, a subjetividade e a cidade precisam ser experimentados para serem conhecidos, assim como a experiência do ensaio, dessa escrita.

Como mencionei, a atenção aos movimentos foi se tornando fundamental: aos movimentos dos corpos, nos corpos, entre os corpos. O que se passa “entre”? Como trabalhar com esse invisível, no sentido do que está em vias de tornar-se diferente do que é? Como fazer disso – das afecções, sensações corporais e das variações de afetos – registros escritos? Pois, busco aqui, dizer coisas que estão para além dos códigos coletivos representativos que nos atravessam. Quero dizer coisas que estão para além das palavras, mas paradoxalmente, tento fazê-lo com palavras, na escrita, tornando o invisível das forças do “idioma do caos” o mais palpável possível. Para esse feito, como o fazem os poetas e ficcionistas, busco esse “caos seminal” que move a nós, ao mundo e à vocação divina da palavra que não apenas nomeia, mas que inventa e produz encantamento (Couto, 2009). Escrever então é arte.

E nessa arte Clarice Lispector é uma das nossas mestras. Com as muitas cidades que compõem a cartografia afetiva delineada por sua ficção, ela faz movimentos de transformação das angústias em pulsação de vida. Em seu escrito “Mineirinho”, o texto que ela afirma mais ter gostado de fazer, ela revela a indignação que o assassinato do bandido fuzilado com 13 tiros pela polícia do Rio em 1962, atizou em seu corpo.

É, suponho que é em mim, como um dos representantes do nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora. E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes. Perguntei a minha cozinheira o que pensava sobre o assunto. Vi no seu rosto a pequena convulsão de um conflito, o mal-estar de não entender o que se sente, o de precisar traçar sensações contraditórias por não saber como harmonizá-las. Fatos

irredutíveis, mas revolta irredutível também, a violenta compaixão da revolta. Sentir-se dividido na própria perplexidade diante de não poder esquecer que Mineirinho era perigoso e já matara demais; e no entanto nós o queríamos vivo. A cozinheira se fechou um pouco, vendo-me talvez como a justiça que se vinga. Com alguma raiva de mim, que estava mexendo na sua alma, respondeu fria: “O que eu sinto não serve para se dizer. Quem não sabe que Mineirinho era criminoso? Mas tenho certeza de que ele se salvou e já entrou no céu”. Respondi-lhe que “mais do que muita gente que não matou”. (...) Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais. Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso, dormimos e falsamente nos salvamos. Até que treze tiros nos acordam, e com horror digo tarde demais — vinte e oito anos depois que Mineirinho nasceu — que ao homem acuado, que a esse não nos matem. Porque sei que ele é o meu erro. E de uma vida inteira, por Deus, o que se salva às vezes é apenas o erro, e eu sei que não nos salvaremos enquanto nosso erro não nos for precioso. Meu erro é o meu espelho, onde vejo o que em silêncio eu fiz de um homem. Meu erro é o modo como vi a vida se abrir na sua carne e me espantei, e vi a matéria de vida, placenta e sangue, a lama viva. Em Mineirinho se rebentou o meu modo de viver. Como não amá-lo, se ele viveu até o décimo-terceiro tiro o que eu dormia? Sua assustada violência. Sua violência inocente — não nas consequências, mas em si inocente como a de um filho de quem o pai não tomou conta. Tudo o que nele foi violência é em nós furtivo, e um evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos. Para que a casa não estremeça. A violência rebentada em Mineirinho que só outra mão de homem, a mão da esperança, pousando sobre sua cabeça aturdida e doente, poderia aplacar e fazer com que seus olhos surpreendidos se erguessem e enfim se enchessem de lágrimas. Só depois que um homem é encontrado inerte no chão, sem o gorro e sem os sapatos, vejo que esqueci de lhe ter dito: também eu. Eu não quero esta casa. Quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho — essa coisa que move montanhas e é a mesma que o fez gostar “feito doido” de uma mulher, e a mesma que o levou a passar por porta tão estreita que dilacera a nudez; é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma grama perigosa de radium, essa coisa é um grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador — em amor pisado; essa coisa, que em Mineirinho se tornou punhal, é a mesma que em mim faz com que eu dê água a outro homem, não porque eu tenha água, mas porque, também eu, sei o que é sede; e também eu, que não me perdi, experimentei a perdição. A justiça prévia, essa não me envergonharia. Já era tempo de, com ironia ou não, sermos mais divinos; se adivinhamos o que seria a bondade de Deus é porque adivinhamos em nós a bondade, aquela que vê o homem antes de ele ser um doente do crime. Continuo, porém, esperando que Deus seja o pai, quando sei que um homem pode ser o pai de outro homem. E continuo a morar na casa fraca. Essa casa, cuja porta protetora eu tranco tão bem, essa casa não resistirá à primeira ventania que fará voar pelos ares uma porta trancada. Mas ela está de pé, e Mineirinho viveu por mim a raiva, enquanto eu tive calma. Foi fuzilado na sua força desorientada, enquanto um deus fabricado no último instante abençoa às pressas a minha maldade organizada e a minha justiça estupidificada: o que sustenta as paredes de minha casa é a certeza de que sempre me justificarei, meus amigos não me justificarão, mas meus inimigos que são os meus cúmplices, esses me cumprimentarão; o que me sustenta é saber que sempre fabricarei um deus à imagem do que eu precisar para dormir tranquila e que outros furtivamente fingirão que estamos todos certos e que nada há a fazer. Tudo isso, sim, pois somos

os sonsos essenciais, baluartes de alguma coisa. E, sobretudo, procurar não entender.²⁶

Lispector, na procura da razão de sua dor, encontra o quanto esse assassinato também diz do modo como ela leva sua vida, nos incitando a pensar o quanto não estamos falando de nós mesmos (Fernandes, 2014). Como em um texto-espelho onde em nossa imagem vemos o reflexo das violências que nos atravessam e nos constituem, assim como constituem as paredes de nossas casas, as construções de nossa cidade, pergunto: o quão violentos somos nós? Que efeitos produzimos quando não conseguimos ver nos homens e nas coisas nada para além das identidades já montadas? Quando nossa “saída” para o desassossego, o intempestivo, o caos constitutivo da vida se revela repetidamente como “(...) modo de fixar o Outro da angústia em um objeto específico” (Vieira, 2008, p.12).

A coisa pura em Mineirinho, “essa coisa que move montanhas e é a mesma que o fez gostar ‘feito doido’ de uma mulher”, é a força invisível de vida, o “caos seminal” que move essa escrita e que buscamos tornar forte com essa pesquisa, “coisa que em nós é tão intensa e límpida (...) essa coisa é um grão de vida”. Coisa que o corpo experimenta. O corpo pode não somente sucumbir diante do poder sobre a vida, adoecer, mas também produzir potência de vida (Pelbart, 2011), a vida que pode margear outros horizontes, outros territórios. Tudo isso o corpo pode. Então, como não produzir amor pisado por aí?

Se é no encontro com corpos e mentes que o corpo pode se tornar cada vez mais ativo, isso implica, portanto, em uma abertura progressiva da sensibilidade humana, um aumento de sua aptidão a ser afetado e afetar, entendendo que, o aumento da sensibilidade afetiva do corpo e o aumento da potência de pensar da mente vão, portanto, de par: “o que uma mente pode conhecer é correlato ao que um corpo pode experimentar” (Sévérac, 2009, p.24).

Assim, a necessidade de seguir atenta ao corpo e ao movimento me levou a buscar práticas que favorecessem essa abertura da sensibilidade por meio do desenvolvimento da atenção do cartógrafo, que seria uma “atenção à espreita” (Kastrup, 2007) – flutuante, concentrada e aberta ao plano das intensidades para a detecção de signos e forças circulantes no espaço urbano. Uma atenção com

²⁶ Trecho da crônica que Clarice Lispector escreveu para a revista Senhor em 1962. Disponível em: <http://www.universidadedasquebradas.pacc.ufrj.br/cronica-da-morte-de-mineirinho-clarice-lispector-1962/>

concentração sem focalização, que configura o próprio campo perceptivo, com qualidades que Kastrup (2007) aproxima às da atenção flutuante proposta por Freud para a escuta clínica. O exercício de suspensão de inclinações e expectativas do eu se fez necessário buscando evitar uma seleção prévia do campo observado e favorecer o trabalho com fragmentos desconexos que pudessem emergir do campo.

Então, nas artes do corpo esse desenvolvimento de dinâmicas atencionais pôde se intensificar, especialmente nas oficinas e *jams* de contato-improvisação²⁷ que passei a frequentar. Como a *mallette à odeurs*²⁸ de Bruno Latour (2008), a experimentação proporcionada pelas técnicas da dança do contato colocou o meu corpo em processo de desconstrução, possibilitando descondicionar os hábitos corporais que automatizam também padrões cognitivos e de percepção.

Por meio do estímulo a novas disposições do corpo com o espaço, fui convidada a investigar experimentalmente as relações de força do corpo, em sua própria constituição, no encontro com o concreto, com as estruturas arquitetônicas, no estudo sobre os limites e possibilidades de sustentação do corpo. Abriu-se para mim a possibilidade de aprendizado a partir das muitas relações de composições possíveis entre a estrutura do corpo e a estrutura das construções, da ampliação da percepção da experiência de firmeza e fluidez do corpo sensível na apropriação do espaço. Mutações de sensibilidade se deram nessa imersão²⁹ para intensificar a experiência estética nas ruas.

Assim, a dança desenvolveu condições de o meu corpo apreender variações de sensações que anteriormente não podia registrar. Isso se deu por meio de uma

²⁷ O contato-improvisação é uma técnica de movimento criada por Steve Paxton na década de 1970, interessado em descobrir como a improvisação em dança poderia facilitar a interação entre os corpos. Ele buscou criar, por meio da dança, uma organização sem emprego arbitrário de hierarquias sociais, em uma estrutura para a improvisação que não levasse ao isolamento de nenhum participante. Os participantes devem estar concentrados no ambiente e dentro de seu corpo. A técnica consiste num trabalho em dupla ou grupo, em que o peso e contra-peso são os elementos chaves para o movimento acontecer, de forma improvisada, mas consciente, na relação entre corpos. A queda e a sustentação física também são trabalhadas, trazendo para o corpo um conhecimento próprio sobre seus limites. Além disso, trabalha a relação com o outro, uma vez que funciona como um jogo silencioso (físico) de pergunta e resposta (Carvalho Leite, 2005).

²⁸ O kit de odores é mencionado por Latour (2008), como um recurso utilizado para o treino de “narizes” para a indústria de perfumes. Com esse exemplo, o sociólogo apresenta a ideia do kit como um “arranjo artificial” disposto para sensibilizar o corpo para as diferenças, nesse caso, diferenças de odores. Assim, se constitui o que ele denomina de “sujeito articulado”, que é alguém que “aprende a ser afetado”, que aprende a ser afetado pelos outros, “que ressoa com os outros, quando é efetuado, influenciado, posto em movimento por novas entidades cujas diferenças são registradas de formas novas e inesperadas” (p.40).

²⁹ Em agosto de 2015, iniciei com quatro amigos pesquisadores das artes do corpo um coletivo de pesquisa-experimental em dança e artes cênicas na cidade, chamado “Através”.

série de perguntas e experimentações nas oficinas: como a materialidade do espaço urbano influencia a movimentação do corpo? Como eu me faço visível? Como posso, com o corpo, tornar visível o que desejo? Na cidade, que forças estão presas e constringidas? Como escapar aos comportamentos excessivamente mecanizados e conformados? Como enfrentar essas formas corpóreas pré-dadas que todos temos, produzidas em outras situações, e que já não nos servem mais? Como liberar esse campo corpo-espaço-outro para fins de produção de potência? Como “desconstruir modos de funcionamentos dos corpos para que algo possa ser inventado, na contramão de certos automatismos que anestesiaram os corpos e as vidas”? (Lieberman & Lima, 2015, p. 225).

E assim um corpo de cartógrafo foi se fazendo; no entanto, é preciso adicionar um elemento fundamental no percurso: prudência. A experimentação deve se dar no plano das intensidades sem, contudo, alcançá-lo ou nele cair. Na criação do corpo-sem-órgãos, Deleuze e Guattari (2012) dizem que “é necessário guardar o suficiente do organismo para que ele se recomponha a cada aurora”, pois “o pior não é permanecer estratificado – organizado, significado, sujeito – mas precipitar os estratos numa queda suicida” (p. 27). Então, prudência como dose, como “regra imanente à experimentação” (Deleuze & Guattari, 2012, p.13).

Assim, os autores nos trazem a importância de nos instalarmos numa configuração, num território existencial, de acompanharmos nossos contornos e limites subjetivos, contornos e limites do corpo em sua materialidade. Mas trata-se da materialidade de um corpo em estado de concentração aberta, de prontidão, de presença, que o torna suficientemente poroso para que algo aconteça. Assim, um corpo de cartógrafo é constantemente construído na atenção aos seus graus de porosidade, ou, “graus de abertura comunicacional”.

A perspectiva cartográfica tem por característica a transversalização que aumenta esse grau de abertura em diferentes níveis e sentidos das relações intra e intergrupos, indicando uma variação na experiência do observador. Segundo Passos e Eirado (2010), a variação do espectro de observação do pesquisador,

vai de um ponto de vista proprietário (baixo grau de abertura e referência em si), passando por pontos de vista não proprietários (aumento do grau de abertura e referência no coletivo) até a experiência sem ponto de vista – uma experiência que encarna as próprias flutuações do plano comunicacional. (p.116)

No percurso do cartógrafo, o exercício de sensibilidade é permanente, na atenção à qualidade de relações, à vitalização dos corpos e dos laços tecidos, em uma dança de aproximações e afastamentos que redimensionam repertórios existenciais para que o corpo amplie sua capacidade de afetação (Lieberman & Lima, 2015).

Em relação às flutuações do plano comunicacional, um corpo pode, por exemplo, estar excessivamente poroso de modo a deixar o mundo atravessá-lo sem, necessariamente, ser tocado por ele. Quando esse é o caso, é preciso cuidar de criar e densificar contornos, membranas para a possibilidade da experiência de contato e de diferir a partir dele. Assim, quando na abertura se dão encontros com o outro em acesso à dimensão invisível da alteridade, as perturbações provocadas por esse outro ocorrem como presença viva em mim, a partir da permeabilidade. Nesse processo é preciso acompanhar, estar nas fronteiras em relação, para produzir o grau de porosidade que nos torna disponíveis e em condições de suportarmos as turbulências de movimentos de desterritorialização. Assim, estes, por sua vez, nos permitem, a cada momento, a reinvenção do corpo em sua composição. A reinvenção de territórios existenciais.

Ou seja, temos o corpo como um ambiente dentro de um ambiente, que, por sua vez, se encontra dentro de outro – “camadas infinitamente entrelaçadas em redes de comunicação” (Lieberman & Lima, 2015, p.185), onde “operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica” (Passos et al., 2010, p.27). O conceito de transversalidade como princípio na pesquisa afirma a possibilidade de uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que aboli-los.

Deleuze (2013), com base no pensamento de Leibniz, problematiza a expressão “ponto de vista”. Segundo Leibniz, cada noção individual, enquanto um ponto de vista, exprime a totalidade do mundo:

(...) toda substância individual é como um mundo inteiro e como um espelho de Deus ou ainda de todo o universo que ela exprime, cada uma, ao seu modo: um pouco como uma mesma cidade é diversamente representada segundo as diferentes situações daquilo que a observa (ibidem, p.170).

Nesse sentido, ele elabora uma teoria do ponto de vista segundo a qual “é o sujeito que é constituído pelo ponto de vista, e não o ponto de vista é constituído pelo sujeito” (ibidem, p.168). Assim percebemos a posição perspectivista de uma

certa filosofia, que é também a de Nietzsche. Como afirma Deleuze (2013), “Nietzsche dirá: minha filosofia é o perspectivismo. O que me faz eu igual a eu é um ponto de vista sobre o mundo” (p.168). Então é o ponto de vista que explica o sujeito e não o inverso.

O ponto de vista, segundo Leibniz, é a proporção da região do mundo expressa clara e distintamente por um indivíduo com relação à totalidade do mundo expresso obscuramente e confusamente. E, enfim, o que define a zona de expressão clara e distinta que cada um tem sobre o mundo, uma porção reduzida, finita dele – certo ponto de vista – é o que afeta o corpo: “há alguma coisa que concerne ao meu corpo e que sou único a expressar claramente e distintamente, no fundo desse rumor que recobre todo o universo” (ibidem, p.172).

Então, o corpo do cartógrafo implica um dobrar-se sobre si, e envolve a invenção de dispositivos que apontam para o cuidado de si. Pois, por mais que caminhemos com a pergunta spinozista sobre o que o corpo pode, isso não quer dizer que temos por objetivo que o corpo tudo possa. Não há essa meta no percurso. O que existe é a construção de um modo de caminhar pautado na ética das relações entre corpos, para balizar os movimentos diante do entendimento do que o corpo pode – e não pode – a cada momento de composição singular.

Quando Spinoza toma o corpo como modelo, ele inaugura assim um itinerário ético, “um percurso do conhecimento que, simultaneamente, toma por objeto a afetividade humana e pretende transformá-la, ou ao menos vivê-la de outra maneira” (Sévérac, 2009, p.17-18). Ele abre mundos em que o desejo e a potência possam circular, justamente porque a pergunta “o que pode um corpo?” não nos permite chegar a uma única resposta, “mas a um terreno no qual é possível respirar” (Lieberman & Lima, 2015, p.185), e viver verdadeiramente, gozando de uma certa forma de afetividade na qual nossa potência intelectual é ao mesmo tempo uma potência afetiva (Sévérac, 2009) – potência de nossa liberdade.

Assim, um possível *flâneur*-cartógrafo na urbe foi surgindo. Ele seria então aquele que vê, cheira, apalpa, encosta, pega e prova da cidade para conhecê-la, com seu corpo aberto à percepção das variações intensivas e sua ética do cuidado das relações. Ele cruza a cidade enquanto deixa, estratégica e metodologicamente, que a cidade o cruze e proponha questões, que as intensidades produzidas pelos encontros possam afetá-lo e mover o pensamento (Romero, Rodrigues & Zamora, 2013). E assim, seu corpo é expressão do paradigma do “cuidar como única forma

de conhecer, ou ainda, do paradigma da inseparabilidade imediata entre cuidar e conhecer” (Passos & Eirado, 2010, p.122). Então, nesse sentido, ele vai cuidando da cidade para conhecê-la...

Eu, enquanto *flâneur*-cartógrafa, e essa pesquisa fomos nos constituindo em vários campos. Não foi para sair de um e ocupar outro, mas para estar e ser borda – em meio à mestiçagem de gente, em encontros heterogêneos, entre cidades e culturas, entre favelas e ruas, em várias aulas, em outras línguas, aprendendo a cuidar sem falar, percebendo os níveis onde nos conectamos para aquém e além das fronteiras que nos delimitam.

Venho procurando tornar porosas as fronteiras entre a psicologia, a filosofia, a arquitetura-urbanismo e as artes para desestabilizar o olhar, arguir as disciplinas em seus pontos de congelamento e universalidade. Estamos aqui neste trabalho em uma perspectiva transdisciplinar para criar interferências em nossas práticas, nas maneiras com que produzimos as impressões, pensamentos e ações em relação ao que experimentamos na vida na cidade. Assim, caotizamos os campos, desestabilizando-os ao ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos (Passos & Barros, 2000):

(...) Temos que nos posicionar no limite do próprio saber ou da própria ignorância para ter algo a dizer. Se espero saber o que vou escrever, e se espero saber, literalmente, o que estou falando, o que eu disser não terá nenhum interesse. Se não me arrisco e falo com ar de sábio do que não sei, também não haverá nenhum interesse. Mas estou falando da fronteira que separa o saber do não-saber. É aí que temos que nos posicionar para ter algo a dizer (Deleuze, 1988³⁰).

Com esse corpo teórico e prático que vim apresentando nesta análise de implicações, foi se tornando possível pesquisar estando no limite do não-saber, afirmando a impermanência constitutiva da mente, da cognição, apostando em seu fundo intrinsecamente inventivo. Nesse sentido, é preciso perceber este ensaio como uma aposta que assume o risco de fazer valer a vida na cidade. A aposta é o que temos, não há verdade absoluta. Não há escolha prévia ou certa: há apenas arriscar um caminho (Guizzo, 2008).

Podemos fazer valer como verdade qualquer caminho, basta escolher. Compreender que qualquer caminho é possível faz com que nossos olhos se voltem

³⁰ Citação retirada do documentário *Abecedário*, realizado por Claire Parnet, em 1988, Trecho correspondente à letra *N*, de *Neurologia*.

às nossas escolhas, faz com que percebamos as nossas apostas. Escolheu esse caminho por quê? (ibidem, p.16).

Jogar minhas fichas no que afeta é a escolha de um caminho. Um movimento singelo que supõe também riscos, pois dispor o corpo a afetar-se é aceitar a vulnerabilidade de tudo o que pode se desfazer – e eis aqui o risco do conhecimento. Visto de outro modo, a pesquisa que se dispõe aos encontros de corpos em experiências urbanas e seus efeitos vê-se de repente não (se) sabendo, constituindo um problema político cuja dimensão estética é inescapável (Fortuna, 2014).

Mas sim, o faço. E não sozinha. É um trabalho todo roubado e bricolado da leitura das obras de amigos que, como eu, instigados pelas experiências urbanas, se voltaram para problemáticas distintas dentro do desejo comum de abrir espaço para a vida circular na cidade. Permito-me chamá-los de amigos, ainda que a grande maioria eu conheça apenas por seus textos que se engendram neste aqui. Com “frio na barriga e olhos vibrantes” (Guizzo, 2008, p.16) escrevo esta dissertação, abandonando verdades absolutas e apostando nas intensidades potentes.

Essa extensa análise de implicações não vem com fins autobiográficos. Ela consiste em uma análise acerca de como o tema de delimitação desafiadora que produzo neste trabalho está implicado em mim de inúmeras maneiras e como me implico em seu desenvolvimento. E isso está para além do viés familiarista edipiano. A menção ao percurso de criança e às relações familiares no início do texto se inscrevem aqui tal como Deleuze (2016) posiciona os parentes, enquanto “espécies de intermediários, de portas, que colocam o sujeito em relação com coordenadas histórico-mundiais” (ibidem, p.11). Para o filósofo, é bem evidente que a criança tem a “visão das linhas”. O que ela visa – e muito rapidamente, desde muito cedo – através dos temas parentais é essa visão das linhas de um campo histórico, de um campo social sobre o qual os parentes são “placas indicadoras”, vetores que atravessam o campo social.

Assim, Deleuze (2016) afirma que “uma criança vive seus parentes num campo histórico mundial. Ela não os vive num campo familiar, ela os vive imediatamente” (p.11).

Imaginem; vocês são uma pequena criança africana durante a colonização. Vocês vêem seu pai, sua mãe. Eles estão em relação com o quê, seu pai, sua mãe, nessa situação? Eles estão em relação com as autoridades coloniais, eles estão em relação com isso, com aquilo. Considerem um filho de imigrante hoje na França. Ele vive

seus pais em relação com o quê? Ele não vive seus pais simplesmente como pais, nunca ninguém viveu seus pais como pais (ibidem, p.11).

Então, de triângulos em triângulos, nós os sobrepomos, formando outras geometrias que ampliam os ângulos de análise, afirmando uma vida caleidoscópica. Estouramos o plano do individual e do familiar para apreender a vida sob o plano das múltiplas constelações que tecem todo o corpo social e político. Ou seja, “minhas experiências” transbordam o que sou.

As experiências de desassossego e a possibilidade de outrar-se que elas produzem são coletivas. As narrativas introdutórias com as quais recebo os leitores visam produzir movimentos de afetos, por isso é afetiva. É um convite à abertura de corpo aos questionamentos sobre suas origens, suas raízes, marcas, movimentos e afetações que constituem seu corpo nos encontros que lhe acontecem, sobre as relações que tecemos juntos na/com a cidade.

Pois os corpos se afetam de maneiras distintas e singulares. Um corpo que se afeta mais ou menos com uma coisa, mais ou menos com outra, tem a ver com a história. A história da família, a história dos grupos de pertencimento, das experiências de não-pertencimento, as histórias dos encontros. A história corporal, a história mundial.

Meu corpo está, de fato, *sempre* em outro lugar. Está ligado a todos os outros lugares do mundo, e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo. Pois é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele – e em relação a ele como em relação a um soberano – que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo e um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos (Foucault, 2013, p.14).

O corpo está em outros lugares.

Vamos?

4 Experiências urbanas

O chafariz da Glória.

Local: Rua da Glória

Anoitecer de uma terça-feira, dia 12 de maio de 2015.

Sabia que tem? Sim, tem um chafariz na Rua da Glória. Uma fonte colonial hoje em dia um tanto abandonada. No final do século XVIII, eram dois, erguidos por iniciativa do Vice-rei Marquês do Lavradio³¹. Construídos na estrada de Nossa Senhora da Glória... na rua onde, outrora, encontravam-se o cais e o boqueirão da Glória (hoje Rua da Lapa). O chafariz que ainda resta, inaugurado junto à montanha, recebia as águas que desciam do Curvelo, atendendo aos moradores e às embarcações que ali chegavam. Ainda hoje ele contém uma pedra em mármore daquela época, com esta inscrição em latim:

“ALOISIO ALMEIDAE
MARCHIONI LAURADIENSI
BRASILIAE PROREGI
FRAENATIS AESTUANTIS MARIS INCURSBIBUS
INGENTI CONSTRUCTO MURO
CONCILI REDDITIBUS ET DIGNITATE AUCTIC
PUBLICI REPARATIS AEDIFICIIS
AGGERIBUS PERRUPTIS COMPLANATIS ITINERIBUS
COMMODIORIBUS EFFECTIS
RENOVATA URBE
SERVATORI SUO
SENATUS ET POPUCUS QUE SEBASTIANOPOLITANUS
P.
M D C C L XXII”

“Ao seu conservador, Luiz de Almeida, Marquês de Lavradio, que refreou as inundações do mar, construindo um grande muro, aumentou as rendas e a dignidade do Conselho, restaurou os edifícios públicos, cortou os outeiros, igualou, tornou mais cômodas as ruas, renovou a cidade, o Senado e o povo do Rio de Janeiro; ergueu em 1772”.

³¹ Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil.



Figura 1: Chafariz da Glória³²

A passos apressados muita gente não o percebe. Para quem vai em direção à Lapa, ele está na calçada do lado esquerdo, na altura da Praça Paris. Mas naquele final de terça-feira, eu voltava em direção à Rua Cândido Mendes para subir para Santa Teresa quando, por volta das 18 horas, percebi uma movimentação que por ali acontecia. No chafariz, oito mãos. Eram quatro rapazes-meninos sendo revistados por três policiais. Costas dos meninos para a rua, suas mãos no chafariz, a pedra de mármore acima de suas cabeças. Pessoas passando e olhando, algumas ralentando o passo, outras seguindo direto sem perceber. Eu, quando passei, continuei a andar, mas virando o pescoço para trás – quando o corpo da gente anda, mas com o olhar parado em algo que ficou no pensamento. Uma imagem. Chego a parar, volto um pouco em direção ao chafariz, mas hesito em me aproximar para tentar entender o que estava acontecendo. Até onde vou em busca do que possa estar acontecendo? Que distância você está disposto a percorrer para ir ao encontro de algo que te move? Ainda que distante, ouço:

“Tem menor aí? De maior ou de menor? Hein, muleques?”

E os três tirando do bolso o que tinham. Um mostra o celular, modelo Nokia velho, de onde eu estava era possível ver, não me parecia ter sido roubado. Não me

³² Imagem disponível em: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/2012/12/o-chafariz-da-gloria.html>

parecia. Como posso saber? Como não vi a cena de antes, não sei se de fato eles haviam furtado algo de alguém ou se eram somente suspeitos – sujeitos suspeitos na rua, com movimentos e gestos suspeitos...

Em meio a esse instante de suposições que podiam ser seguidos de ações de forte impacto no destino das vidas daqueles três, eu segui. Não sei do destino deles, não tenho a continuação dessa história. A continuação dela se fez em mim, trazendo de minha memória a lembrança de um episódio com alguns elementos similares. Rememorando...

**Local: Avenida das Américas, Barra da Tijuca.
Tarde de um sábado em setembro de 2013.**

Curioso que o furto veio de sujeitos não suspeitos. No ponto de ônibus, eu aguardava o transporte coletivo que vem em uma frequência menor aos fins-de-semana, havia somente eu e uma moça grávida, paradas na calçada em uma daquelas tardes desertas como podem ser algumas na Barra da Tijuca – ainda mais se você está na beira de uma avenida. Os rapazes vestidos com trajes como se voltando da praia, de aparência bem de classe média – eu não os havia percebido, a presença deles somente se fez quando os quatro colocaram suas mãos no meu celular. Por minhas costas, eles me apareceram.

O meu corpo. Antes do momento ataque, tenso já estava. A reação foi de bicho, de fúria, de uma força de vida que veio em defesa de mim. Entro no limite de uma interação cujos efeitos podem ser fatais. Riscam. Nunca sabemos. Quando temos condição de escolher correr riscos? Quais riscos escolhemos? Fluxo ininterrupto de raiva. Eu me debatia e gritava, sem quase controle. Caio no chão. E, tampouco a queda ou o chão me param. Corro atrás deles o quanto posso, não consigo mais. Ofegante, desisto, quando eles atravessam a avenida em meio aos carros em movimento, sinal aberto, alta velocidade. Distintos ritmos no cruzar para se chegar ao outro lado. Exausta, estou parada, quando alguma consciência e pensamento me aparecem.

O que havia acontecido? O que eu queria ao correr atrás deles? Indignação. Raiva e confusão. Eu queria conversar. CONVERSAR? Sim. Em algum lugar inocente e/ou ideal talvez eu pensasse ser possível fazer daquele rompante outra coisa. Mas que ideia essa... e as reações que se deram no meu corpo?

Ideias e reações de corpos.

Quanta raiva circula nessa cidade? Quanta raiva circula em você? Onde ela te leva?

“Cuida do teu corpo... cuida do teu corpo...” essa voz me tira da lembrança da cena à qual meus pensamentos tinham me levado e me traz de volta para Santa Teresa, onde eu estava, já havia chegado ao compromisso que eu tinha naquela noite. Era o encontro de um grupo do qual sou integrante, chamado Terra Nova, encontro que nesse dia terminou em coro. A música? 13 de maio, anunciando o alvorecer da data que simboliza a libertação formal dos escravos.

Emoção. Pausa.

A escravidão não prende e mata só os negros.

A escravidão não prende e mata só os negros.

Suspeitas de furtos. Furtos, de fato, feitos. Quem são as vítimas dessas histórias? “A escravidão não prende e mata só os negros”... meu corpo branco me mostra que não. Na placa de mármore do chafariz da Rua da Glória havia a menção ao grande muro construído pelo Marquês de Lavradio para refrear as inundações do mar.

Água água que inunda, água que transborda, água.

Desse mar, desse mesmo e único mar, vinham navios negreiros. O desembarque dos escravos acontecia na Praia do Peixe, atual Praça 15, onde hoje em dia se localizam as barcas que temos para atravessar a Baía de Guanabara. No meu cruzar da rua São José em direção à elas, ouço o soar de sinos, são os sinos da Igreja São José, famosos por serem os mais sonoros da cidade. Percebo ao meu lado direito a giganteza da Igreja e a presença de alguns daqueles que ali, tão pequenos diante dela, buscam pertencimento no Divino. Eu penso que a imensidão do mar costuma me trazer mais desse banho de paz procurado por tantos nas grandes moradas de Deus feitas de concreto por mãos humanas.

“Moça!”, ouço. Uma senhora negra me chama se aproximando de mim lentamente. Desacelero e, quando olho para ela, 80 centavos me são pedidos: 80 centavos. Muitas vezes não respondo a essas vozes que vêm de várias direções e alturas distintas em meus percursos pelas ruas, mas ela se pôs bem na minha frente com um olhar gentil, vi-me parando e abrindo a carteira para dar as moedas que eu tinha. O que leva a pessoa a pedir exatos 80 centavos?

“Não tenha medo, eu só quero inteirar o quanto tinha para almoçar, pois estou com muita fome, tô aqui desde cedo e ainda falta umas 4 horas pro meu horário no Fórum. E você, como você tá magrinha!” Ela me diz. “Tipo eu, mas é magrinha de saúde”.

E eu digo: “será?”

“É, menina, você não imagina o que é passar fome”.

“Imagino, mas não sei mesmo como é... deve ser muito, muito ruim.” E eu termino de passar minhas moedas a ela.

“Deus lhe abençoe.”

“E a você também.”

Deus – ao qual pedimos bênção, desejamos uns aos outros que por ele sejamos acompanhados. Quem nos protege em nossos caminhos? Dá para abençoar nossas cidades? Na concepção antropocêntrica do mundo, o sujeito busca por Deus no interior do seu verdadeiro eu, esforçando-se para distinguir os pensamentos oriundos do bem – divinos e verdadeiros – dos oriundos do mal – os pensamentos falsos, demoníacos. Esse é o sujeito moderno, emergente de um Deus da ética cristã que dispôs os termos básicos da nossa forma de subjetividade atual, termos arranjados na modernidade com outra finalidade: não mais de buscar a purificação da alma para atingir Deus, mas a pura afirmação de si. E a filosofia moderna surgiu como pensamento da razão – o motor dessa busca.

“Pura afirmação de si”... penso. Mas a binaridade constitutiva do pensamento que tinha por função purificar a alma, livrando-a das ilusões provocadas pelas sensações do corpo, permanece. A razão foi elevada ao status de verdade última do homem e do mundo que o cerca. E a experiência do mundo? Essa é arriscada demais! Antro de fontes de erro. O corpo e seus sentidos, que nos colocam em contato com o mundo, devem ser negados. “É preciso se afastar das ilusões provocadas pelas sensações do corpo...”.

Mas o corpo da senhora negra de olhar gentil me falou. Falou dos embates das lutas históricas vividas pelos negros e pobres. Pois, para quem não sabe, os poderes incidem sobre os corpos (Foucault, 2008) com maneiras e forças distintas. Depende de muitos aspectos tais como gênero, idade, classe social, cultura/nacionalidade... Mas, sem dúvida, a cor da pele do corpo é um dos mais fortes e determinantes. Para pessoas como ela, são poderes que demarcam um lugar social desenhado com os contornos de seu corpo empobrecido e explorado. Naquela mesma Praça XV, ou do Peixe, com força atemporal, são poderes que fazem com que sua fala muitas vezes não tenha som. Mas ecoou em mim. Falou coisas ao meu corpo.

Uma mesma magreza comum?

Fomes. Você tem fome de quê?

Você tem fome de quê?

Vamos com essa pergunta... Após me despedir da mulher negra, sigo andando e meu olhar pousa nas escadas de outro monumento, agora à minha esquerda, a ALERJ³³. No último degrau, sentado em frente às grandes portas, vejo um homem segurando um cartaz:

“A dor de mães de filhos assassinados não tem preço”.

Mudo meu caminho. Subo a escada e silenciosamente me sento ao lado dele. Nos olhamos e eu falo:

“Oi, tudo bem se eu ficar um pouco aqui sentada com você?”

E ele balança a cabeça:

“Sim, sim”.

“Que bom que você tá aqui fazendo isso...”

“Eu tinha que ter chegado mais cedo, parece que a mãe daquele menino morto tá aí, é Christian³⁴ o nome dele, perguntei pra jornalista que vi entrando, mas ela não me respondeu nada... Tá vendo o cartaz?” Ele me mostra apontando pra foto na cartolina... “é essa mãe aqui nessa foto, quando outro jovem morre eu só mudo a foto da mãe.”

“É, muita morte mesmo, sem parar... e que forte é pra mim ver você aqui na escada enquanto os dias na cidade passam, me deu vontade de parar com você. Imagino que quando você está por aí com o cartaz aconteça isso, mais gente se junte...?”

“Ah, não... num é assim, às vezes até vem um ou outro falar comigo, mas eu sou o manifestante-solitário, você nunca me viu não?”

“Manifestante-solitário?” Eu repito.

“É, eu tô em todo lugar...”

³³ Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

³⁴ Christian tinha doze anos quando foi assassinado na Maré, ao interromper seu jogo de futebol para levantar uma moradora que, assustada com os tiros, havia caído no chão. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/amigos-e-parentes-se-despedem-de-christian-morto-em-manguinhos.html>

Ele continua lamentando que chegou atrasado, me diz que também não conseguiu encontrar a mãe do Christian no IML no dia anterior. Mostra algumas notícias de jornais que tira do bolso, na qual vejo que ele foi fotografado com seu cartaz. Diz que já saiu até no *New York Times*. Enquanto isso, dois homens de terno passam ao nosso lado descendo as escadas, olhando os celulares e o manifestante-solitário me diz:

“Esse aí é aquele deputado que criou a ‘Lei das Facas³⁵’”

Lembramos do esfaqueamento e assassinato do médico que andava de bicicleta na Lagoa Rodrigo de Freitas. E o manifestante-solitário tira do bolso uma foto:

“Olha, é esse médico aqui, o Jaime Gold, botei a foto dele num cartaz também”.

Christian, Jaime Gold... são os nomes. Francisco Erasmo Rodrigues de Lima³⁶ era o nome do morador de rua de sessenta e um anos que morreu defendendo uma mulher que nem conhecia, durante um tiroteio, em São Paulo; Roberto de Souza Penha, Carlos Eduardo de Souza, Cleiton Correa de Souza, Wilton Esteves e Wesley Castro Rodrigues são os nomes dos cinco jovens que, em uma noite de sábado em que estavam juntos indo lancha, o carro em que estavam foi alvo de 111 tiros de fuzil e pistola³⁷ pela Polícia Militar.

Perguntei o nome do manifestante-solitário, ele sorriu não querendo me dizer, tampouco perguntou o meu. Pronunciemos somente os nomes dos mortos? Os nomes dos mortos... mas eu não tenho medo que as pessoas esqueçam os nomes dos mortos. Como diz Mia Couto (2012): “as pessoas esquecem até que estão vivas” (p.20), não é? Também não temo que não saibam como me chamo. Eu tenho um

³⁵<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/pecao-sanciona-lei-que-proibe-porte-de-arma-branca-no-rj.html>

³⁶<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/morador-de-rua-que-ajudou-refem-na-se-e-enterrado-em-sao-paulo.html>

³⁷<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/os-cinco-jovens-fuzilados-pela-pm-no-rio-eram-negros-e-isso-nao-e-coincidencia-por-cidinha-da-silva/>

único medo: de perder minha humanidade e não saber mais meus muitos outros nomes³⁸.



Figura 2: Foto tirada por mim na ALERJ. Setembro/2015.

³⁸ Fala de Maria Helena Zamora em rede social em 2015.

Eu tenho um único medo.

De perder minha humanidade e não saber mais meus muitos outros nomes. Porque, sim, tenho uma identidade que fala de mim, dos grupos aos quais pertencço... tenho um nome. Mas, ao mesmo tempo, esse nome e o que sou emergem em meio a uma série de práticas, valores, normas, códigos que tendem a naturalizar minhas condições de existência e mascarar a “identidade nomadizante” que permanece de fundo... pois, vejamos bem, o que há é um *eu-sendo*, o tempo todo. É isso. É um *eu-sendo* que, “quando se dispõe a se sujar de mundo se embola com ele e se inventa” (Fernandes, 2014, p.73). Ali, por exemplo, era *eu-sendo* com o manifestante-solitário. Meu nome era com ele. E era então solidão de dois? Nada! Ali já éramos muitos. Era mesmo muito menos solidão e mais manifestação. Em dois senti novamente a força dos muitos corpos que, naquele mesmo local, no entorno e nos degraus da escada na qual eu estava sentada, se puseram intensamente no dia 16 de junho de 2013. Alguns na invasão da ALERJ, outros não. Mas todos sob um clima de tensão, indignação, raiva, clamor, união, medo, vida – na segunda-feira em que mais de 250 mil pessoas participaram de protestos em várias cidades de norte a sul do Brasil.

Onda de protestos despertada com a recusa ao aumento das tarifas do transporte coletivo. Experiência da gota d’água? Da gota d’água à onda? Crescente e transbordante em imensa energia, que escoou pelas ruas transmitindo e transportando anseios e descontentamentos de pessoas – pessoas com causas diversas e muitas sem causas. Um mar de gente. Sem definição, sem planejamento ou esclarecimento da razão de ali estarem, muitas pessoas-corpos esgotados foram às ruas para juntos retomar fôlego.

O que a multidão³⁹ queria? Tangenciando uma recusa da representação, não foi somente um movimento das casas para as ruas, mas de afeto, de contaminação, de potência coletiva (Pelbart, 2013). Um divisor de águas. Como disse Pelbart (2013) “a sensibilidade coletiva sofreu uma inflexão” (p.02); e não é possível inserir esse acontecimento no cálculo das causas e efeitos. Trata-se da potência psicopolítica da multidão, que não deve ser subestimada quando ela “se dá o direito de não saber de antemão tudo o que quer, mesmo quando enxameia o país e ocupa

³⁹ Nos apoiamos no conceito de multidão tal como postulado por Hardt & Negri (2004), enquanto um conjunto de singularidades, sempre produtivo e em movimento.

os jardins dos palácios” (p.12). Pois é isso mesmo, não temos fórmulas “para saciar nosso desejo ou apaziguar nossa aflição” (p.12). Então, anota aí: eu sou ninguém⁴⁰.

Eu e o manifestante-solitário somos ninguéns. Em encontro de dois-muitos manifestantes por vida, contra as mortes de crianças, jovens, adultos, idosos que são exterminados, que se vão como poeira a cada segundo. Pó que nem se vê. Para seguir vendo essas vidas, como fazer?

⁴⁰ “Anota aí: eu sou ninguém”, frase falada por uma militante, que expressa como certa dessubjetivação é condição para a política hoje, os poderes não sabem o que fazer com a “singularidade qualquer” (Pelbart, 2013, p.10).

Para seguir vendo essas vidas, como fazer?

Ressoo com Clarice Lispector, que é “preciso ter o campo ausente de mim para poder andar, (...) olhar sem que a cor de meus olhos importe, preciso ficar isenta de mim para ver”... (Lispector, 1998, p.27). “É... este *eu-sendo* constante é condição de visão... ele vê mesmo as coisas por um prisma diferente”, penso.

Porque é um ver que não é apenas resultante de uma imagem produzida através de nossa capacidade ocular. Trata-se de um ver que tem outra função, quando “o conjunto e as partes dão ao olho que as olha uma função que já não é óptica, mas háptica⁴¹. É uma animalidade que não se pode ver sem tocá-la com o espírito, sem que o espírito se torne um dedo, inclusive através do olho” (Deleuze & Guattari, 2005, p.204-205). Quando o que você vê te toca. Sabe?

Esse ver é produção de todos os sentidos; é um ver que produz realidades incorporadas, e não imagens distanciadas (Guizzo, 2008). Essa capacidade de “visão” interfere na imagosfera⁴², a contínua camada de imagens interposta como um filtro entre o mundo e nossos olhos que intensifica a perspectiva binária da realidade, nos tornando cegos à tensa pulsação do seu campo de forças produtivo (Rolnik, 2008). “É, é preciso interferir nesse filtro entre o mundo e os nossos olhos... desmontar as engrenagens que produzem essa cegueira”, pensei.

Eu me despeço e desço as escadas da ALERJ. Sigo em direção às barcas percorrendo a extensão do Paço Imperial, o edifício colonial inaugurado em 1743 para ser a casa dos Governadores, como fora chamado na época. Apesar de ter passado muitas vezes por ali, nunca havia me indagado sobre o edifício, tampouco o observado ou entrado nele. Era para mim, até então, uma grande construção longa retangular, um bloco de concreto avistado por quem chega na Avenida Primeiro de Março pela Rua da Assembleia.

Mas nesse dia, ao lado dos meus pés que percorreram do início ao fim do Paço, havia palavras. Palavras, panos, pedras. Pedras para conter o voar do branco dos panos onde partes de poemas em preto chamavam passantes. Poesias. Eram

⁴¹ A percepção háptica foi estudada no domínio do tato por G. Revesz (1950 apud Kastrup, 2007a) sendo o tato considerado “uma modalidade sensorial cujos receptores estão espalhados por todo o corpo e que possui a qualidade de ser uma próximo-recepção, sendo o seu campo perceptivo equivalente à zona de contato” (Kastrup, 2007a, p.18). Diferentemente da função óptica, a visão também teria uma função háptica, própria ao tocar: o olhar seria capaz de apalpar o mundo visível.

⁴² Segundo Rolnik (2008), essa camada se forma por meio da produção e organização de imagens que nos são mediatizadas e ofertadas constantemente, prontas, suscitando afetos, desejos, reações, comportamentos, modos de viver.

poesias entre pedras. No chão. Poesias em sacadas, em janelas. No alto. Onde eu olhasse, poesia. Em toda parte. Pedindo pausas. Pois.

Leveza.



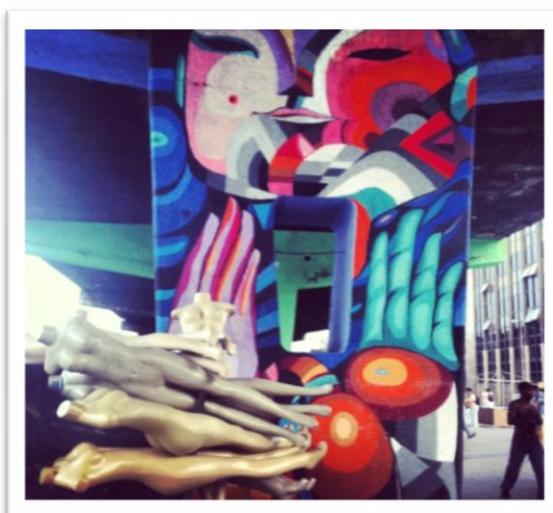
Figuras 3 e 4: Fotos tiradas por mim no Paço Imperial. Junho/2015.

*“Eu bem sabia que a nossa visão é um ato poético do olhar.
Assim aquele dia eu vi a tarde desaberta nas margens do rio.
Como um pássaro desaberto em cima de uma pedra na beira do rio.
Depois eu quisera também que a minha palavra fosse desaberta na margem do rio.
Eu queria mesmo que as minhas palavras fizessem parte do chão como os lagartos fazem.
Eu queria que minhas palavras de joelhos no chão pudessem ouvir as origens da terra”.*

Menino do Mato, de Manoel de Barros (2010)

Somente nesse dia, com as palavras para fora, percebi que este edifício era um Centro Cultural, como me dizendo ser cada vez mais necessária à pesquisa, à vida – e à cidade – a liberdade da arte. A liberdade da escrita-vida que afirma que “(...) as palavras pintam e cantam, mas no limite do caminho que traçam, dividem-se e se compõem” (Deleuze, 1997, p.128). Porque também “as palavras fazem silêncio” (idem)... elas participam da composição do campo rítmico no qual todas as experiências se dão. Com as experiências na cidade não poderia ser diferente.

Ali, em ritmo de percurso poetizado pelo tempo das palavras que me chamaram, cheguei onde, ainda em 2013, havia a Perimetral, que foi demolida para a revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro.



Figuras 5 e 6: Fotos tiradas por mim na Praça XV. Fevereiro/2013.

Antes havia o barulho dos ônibus e carros correndo, o calor abafado em dias de verão passando por baixo da Perimetral, um movimento ainda maior de gente, cheiro de asfalto e fumaça. Agora o sol em minha cabeça quando atravesso aquela área aberta, em dimensões amplas, eu abaixo do céu azul. Mais espaço? No muro que avisto à minha frente, mais palavras: “O espaço é a acumulação desigual de tempos” (Santos, 2004).



Figura 7: Foto tirada por mim a caminho das barcas na Praça XV. Novembro/2014.

O espaço é a acumulação desigual de tempos.

Uma afirmação curta, mas densa de sentidos. Agora palavras muradas que também suscitaram alteração de ritmo no pensamento, no corpo, no andar. O espaço vazio, sem a Perimetral, me tocou. Lembra, quando o que você vê te toca? *Eu-sendo* a caminho das barcas, diante dos escritos no muro, fui tocada. Mas pelo quê? Não foi o muro... foram as palavras? O sol no meu rosto?

Ali naquele vazio senti uma densidade, uma consistência difícil de definir. Percepção com o poder de evocar outras experiências e modificar afetos ligados a elas. Como afirma Guattari (2012a), as dimensões materiais da cidade também são fortes componentes subjetivos, as construções são máquinas enunciantes. “A cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação” (ibidem, p.143). A experiência do espaço nunca está separada dos sons, dos cheiros, das texturas, temperaturas sentidas por quem os ocupa. Ela envolve de forma complexa as faculdades subjetivas por meio de todos os sentidos que participam dessa relação corpo-espaço na qual “há uma espécie de apreensão imediata, um conhecimento afetivo que se parece estipular por vezes ao primeiro contato com o espaço construído” (Caiafa, 2002, p.102), fenômeno que Guattari denomina de conhecimento pático⁴³. Assim, ele escreveu, por exemplo, que “a textura dos materiais e os dispositivos espaciais” da Idade Média conservam “uma aura de mistério”, “como se seu próprio apoio no solo os irrigasse com uma potência secreta” (Guattari, 2012a apud Caiafa, 2002). “Uma feiticeira ou um alquimista”, conta ele, “continua aí a trabalhar furtivamente desde um tempo imemorial” (ibidem, p.157). Assim ele apresenta a possibilidade, em cada instante de demarcação do aqui e agora, da existência de um “folheado sincrônico de espaços heterogêneos” (Guattari, 2012a, p.136).

Penso nesses espaços heterogêneos... então é todo um universo intocável que permeia esses múltiplos espaços, infinito, que vive na relação entre coisas – na relação entre o muro e meus olhos, na relação entre um transeunte e outro – sempre no *entre*. Podemos perceber temporariamente. São forças que conectam as

⁴³ Trata-se de um conhecimento que se dá de uma vez por todas, “imediatamente e globalmente”, e não por acúmulo de informação. A “compreensão” da psicose e a do objeto arquitetural seriam da ordem do conhecimento pático (Guattari, 2012a, p.161).

partículas para constituir um muro e são outras forças que me fazem ver o muro. E são forças também que me fazem lembrar da Perimetral que não está mais ali.

Plano molecular, plano de constituição de forças, de relações (Deleuze, 2012), junto com objetos e sujeitos, que são tão reais quanto o muro, a visão, a lembrança, mas tão mutáveis quanto a nossa percepção. Perspectiva micropolítica segundo a qual as formas “objetivas” comportam o que seriam franjas de processualidade – zona periférica das forças ou zona de imanência. Zona das forças que estão circulando entre nós.

Por exemplo, o meu olho é uma forma, mas o meu olhar é uma força, é um campo de forças. Então, há sempre um conjunto de forças atuando em um lugar que faz transformá-lo a cada instante. Ainda que a Perimetral ali estivesse, o caminho para a barca não seria o mesmo. Um lugar, apesar de podermos visitá-lo inúmeras vezes, muda constantemente. E as forças, estas podem nos levar a outros lugares...

A Perimetral, viaduto construído na década de 70 com cerca de 26 milhões de toneladas de aço, foi demolido em função da revitalização do porto, para efetivação do “Projeto Porto Maravilha – Cidade Olímpica”. Em 5,5 Km de circulação, o elevado cortava os bairros do Caju, parte de São Cristóvão, Santo Cristo, Gamboa e Saúde. Foram junto com ele removidas as moradias de milhares de pessoas que residiam nesses locais ao longo de sua extensão.

Ainda a caminho das barcas, penso na história de intervenções urbanas: de Marquês de Lavradio, passando por Pereira Passos, nosso Haussman Tropical (Benchimol, 1992) – ao prefeito Eduardo Paes, as obras de muitos tempos que transformam o centro da cidade do Rio e sua costa, continuamente.

A palavra é remoção⁴⁴. Remoções são “justificadas” por problemas tais como: o alto índice populacional, o perigo de doenças acarretadas pela falta de higiene física, habitações insalubres, necessidade de circulação de mercadorias e pessoas e a necessidade de organização e individuação da multidão que se formou. Na história do Brasil, como primeiro exemplo de remoção, não teriam sido os negros, retirados à força de seus territórios de vida? Corpos partidos no *départ*,

⁴⁴ Segundo estudo produzido por Raquel Rolnik (2015), as remoções forçadas têm sido o grande drama das famílias brasileiras desde o início das obras para a Copa do Mundo e às Olimpíadas. Estima-se que pelo menos 170 mil pessoas estejam passando por despejos relacionados aos eventos, o que corresponde a quase um em cada mil brasileiros. Conferir em: <http://global.org.br/programas/remocoes-forçadas-para-copa-e-olimpiadas-no-brasil-serao-tratadas-em-sessao-do-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/>

arrancados de suas histórias e cultura, desprovidos de si, de ser, de seus nomes. Levando marcas, marcas, marcas das lembranças da vida e do encarceramento do corpo. Distância de um passado afogado. Língua outra, sentimentos embotados em novos códigos, vida em urgência.

Ali, na região central da cidade do Rio, destinada às movimentações econômicas, eles eram negociados. Mais precisamente, à época, na Rua Direita, hoje Rua 1º de Março, à vista de moradores e dos estrangeiros que chegavam para conhecer a colônia, se dava a compra e venda de pessoas de pele preta. Mas foi esse o local até meados da década de 1770, pois, alarmado com “o terrível costume de tão logo os pretos desembarcarem no porto vindos da costa africana, entrarem na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus” (Pereira, 2007, p.72), o Vice-Rei determinou que o comércio de africanos passasse a ficar fora dos limites da cidade.

Fora dos limites da cidade.

Quais são os limites? Como os espaços na cidade são delimitados? E a distribuição dos corpos?

Durante a Idade Média, na História da Europa, a expulsão para fora dos muros da cidade era a estratégia defensiva da sociedade, nesse caso, frente ao problema da lepra. Não demora para, no séc. XVII, o novo “espantalho, que sucede à lepra nos medos seculares, suscite, como ela, reações de divisão, de exclusão, de purificação” (Foucault, 1972, p.12) – foi a emergência da nova e estranha figura a ser excluída: o louco.

Em uma onda onírica, com a metáfora da barca sendo uma das mais frequentes na Idade Média, a Nau dos Loucos faz nascer a loucura na paisagem imaginária da Renascença. A medida para eles, que já naquela época tinham uma existência errante, era a expulsão das fortificações, a condenação à peregrinação, e a entrega aos barqueiros que levavam sua carga insana atracando nos portos de uma cidade para outra. Os loucos precisavam ir para longe! Imperativo que – nas palavras de Foucault (1972) – os tornava prisioneiros de sua própria partida.

Água água, água que leva embora, água que purifica.

Era dos mares, da passagem para a Idade Moderna, quando o mundo começou a ganhar novas fronteiras com as grandes navegações. É o mesmo autor quem assinala o caráter simbólico do ato de navegar:

a navegação entrega o homem à incerteza da sorte; nela, cada um é confiado ao seu próprio destino; todo embarque é, potencialmente, o último. É para outro mundo que parte o louco em sua barca louca; é do outro mundo que ele chega quando desembarca (ibidem, p.16).

“Novas fronteiras dos territórios, novas fronteiras do pensamento”... Navios altamente simbólicos de insanos em busca da razão. Mas havia cidades nas quais um grande número de loucos foi alojado e mantido, mas jogados na prisão. Entre eles estavam mendigos, vagabundos, libertinos e imorais. Regime de segregação dos desviantes do bom uso da racionalidade. A lógica era a da não-aproximação, do afastamento e do não-contato regendo essa defensiva da urbe.

Mas, a partir do século XVIII, começa a se delinear outra prática de proteção da cidade – uma outra tecnologia de poder – que Foucault (2001) relaciona ao

modelo da peste. Certos tipos de sociedades que têm por base esse modelo começaram então a se constituir, como é o caso das nossas cidades. A ameaça da peste, que se disseminava mediante uma gradação de sintomas, por toda a extensão urbana, exigiu a elaboração de um regime que não mais previa a exclusão, mas sim mecanismos de vigilância, exame e classificação de modo a exercer um controle interno da epidemia.

Eis que surgem então os pestilentos atuais – todos aqueles que, dentro da cidade, trazem a peste – e os pestilentos virtuais, aqueles que podem ter a peste. Separação entre eles, isolamento para os pestilentos em potencial. Dentro, fora. Fora, dentro, fora... fora, fora!

Vamos administrar essas vidas perigosas. Passamos a uma sutil tecnologia do corpo que visa corrigir, educar, curar, produzindo corpos dóceis, que, através da disciplina na vida cotidiana, serão transformados e aperfeiçoados para utilização a favor da força de trabalho. São práticas de força constante em cima dos pestilentos virtuais: controle do alimento, da moradia, do vestuário, do ar... a regulação da vida legitimada sobretudo pelo poder médico. E a revolta contra o controle.

Tiros, gritaria, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados às pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas, trilhos arrancados e barricadas em várias ruas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitarista Oswaldo Cruz. O centro do Rio de Janeiro virou um campo de guerra⁴⁵ – Gazeta de Notícias, 14/11/1904.

Todos somos pensados como seres virtuais e não como seres atuais. Inscritas na história de violências, saques, torturas e racismos, as forças das práticas de disciplinarização foram produzidas em cima de nós, para constituir o nosso corpo, nossa alma e nossos lugares na cidade. Então, que venham a fábrica, o hospital, a prisão, o hospício, a escola, o exército. Máquinas concretas, essas instituições que têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos no sistema de produção. Trata-se de “Arquitetura, anatomia, mecânica, economia do corpo disciplinar” (Foucault, 2004, p.141 apud Guizzo, 2008, p.119). Delimitações do corpo, delimitações de gente, delimitações espaciais.

⁴⁵ Em novembro de 1904, na cidade do Rio de Janeiro, uma campanha de vacinação obrigatória foi colocada em prática tendo sido aplicada de forma violenta. Em alguns casos, os agentes sanitários invadiam as casas e vacinavam as pessoas à força, provocando revolta. Trecho disponível em: <http://www.quadradosloucos.com.br/3960/da-lepra-a-pestes-desafios-do-movimento-ante-a-repressao/>

Delimitações do corpo, delimitações de gente, delimitações espaciais.

Contra a peste que é mistura, a disciplina faz valer seu poder que é de análise. Nessa capacidade de analisar, característica da racionalidade moderna, o Urbanismo e a Psicologia se constituíram. Ambos são saberes que se pautam na ideia da existência do homem enquanto sujeito autoconsciente, capaz de chegar a conhecer a verdade – a verdade sobre si, a verdade sobre o mundo. Sujeito: categoria fundadora. Fundou o campo psicológico não somente como área do saber que descreve o comportamento humano, mas que também o explica e detecta o seu núcleo íntimo. Sujeito centralizado, indivíduo, interioridade, intimidade psíquica... palavras que dão os tons de nossa maneira de nos relacionarmos. Discursos, práticas, que efeitos têm esse modo de viver?

E então, já que somos sujeitos capazes de conhecer por meio do uso correto de nossa razão, temos condições de criar projeções espaciais, imagens da cidade futura, ou seja, modelos. Esses muitos modelos de cidade, planejados por uma minoria dominante, só foram e continuam sendo possíveis devido a essa compreensão de que o sujeito tem a capacidade de dizer a verdade; de que então é possível “dizer como as cidades devem ser antes mesmo de haver a experiência delas (Guizzo, 2008, p.53)”.

É? E quem tem o poder dessa palavra?



Figura 8: Foto tirada em frente ao IFCS. Junho/2013.

Foi esse modo de ver a cidade que possibilitou o surgimento de uma “ciência e teoria da localização humana” chamada de urbanismo. Então, psicólogos, como eu, se tornaram aqueles capazes de nomear, diagnosticar, tirar o nublado das experiências e configurá-las na visibilidade da verdade de: “quem é você?”. E os urbanistas, por sua vez, se tornaram aqueles detentores da capacidade de produzir espaços verdadeiros para o mundo calcado na razão (Guizzo, 2008). Essa foi a condição de produção subjetiva e de produção espacial colocada pela modernidade.

Eu-sendo mistura – psicóloga, *flâneur*, aspirante à urbanista e filósofa, estrangeira... – ainda a caminho das barcas, continuo percebendo o local de onde os negros recém-chegados em 1779, começaram a ser deslocados. Era preciso isolá-los para não contaminarem a cidade e proteger os cidadãos das doenças trazidas, lembra? Ainda por cima eles estavam nus. E fazendo “tudo o que a natureza sugeria no meio da rua” (Pereira, 2007, p.72).

Permaneço onde estou, e, pensando na extensão da Perimetral invisível, vejo os escombros do elevador que ainda estavam sendo retirados do bairro da Gamboa, onde havia inúmeros buracos feitos nas ruas para a instalação de uma nova rede de esgoto e energia na região, nos arredores de onde os escravos passaram então a ser despejados: entre a Pedra do Sal⁴⁶ e a Gamboa, no Valongo.

Esse comércio de pessoas – que retirou em torno de 10 milhões de africanos entre 1500 e 1850, passou a se dar nessa região a partir de 1811. Com a construção do cais, aqueles que ainda estivessem vivos saltavam diretamente e seguiam para os mercados onde eram avaliados para compra.

⁴⁶ A Pedra do Sal recebeu esse nome devido ao trabalho dos escravos que descarregavam o sal trazido por navios.

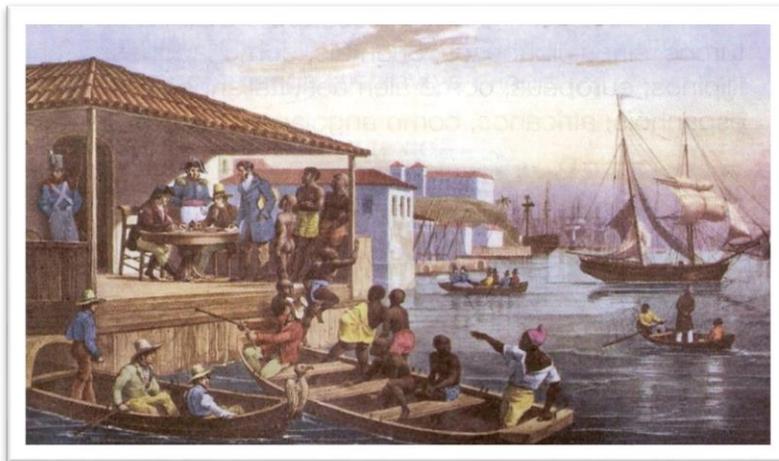


Figura 9: Pintura de Rugendas (1835), desembarque de escravos.

“Vi hoje o Valongo. É o mercado de escravos do Rio. Quase tôdas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sôbre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sôbre meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos⁴⁷” (Graham, 1956, p. 254).

Evidentemente negros bem novos... “negros bem novos”, meninos, moleques? Esperavam... esperavam... pela continuidade da vida assujeitada de quem só objeto pode ser. Destituídos do direito de serem sujeitos, é de sobrevida sua condição. Mas a espera muitas vezes não tardava a se acabar, a morte já na porta, a morte sempre na pele, desde a nascença, a iminência do fim constante, já marcado. Viver? O Cemitério dos Pretos Novos⁴⁸, ali do lado. Pode cair, caem corpos. Cais. Corpo. Porto. Morto. Enterra. Aterra. Pode tombar.

Emoção. Pausa.

⁴⁷ Relato redigido no português da época.

⁴⁸ O Cemitério dos Pretos Novos funcionou de 1779 a 1830 recebendo os corpos dos escravos recém-chegados que não conseguiam resistir aos sofrimentos da viagem, que desembarcavam mortos ou morriam antes de serem comercializados. Tinham como destino final uma vala comum onde seus corpos eram depositados e incinerados. Com o aumento populacional da área, criticado de exalar mau cheiro e gerar doenças, foi fechado em 1830. Os vestígios do local foram redescobertos por acaso em 1996, quando os empresários Ana Maria de la Merced e Petrucio dos Anjos resolveram fazer uma reforma no quintal de sua casa, na Gamboa. Ossos, fragmentos de crânios e dentes, cerâmicas e contas começaram a sair dos buracos cavados pelos pedreiros. O local hoje é um pequeno museu, o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (Mattos et al., 2014; Pereira, 2007).

Rememorando...**Local: Hôpital Avicenne, Seine-Saint-Denis, França.****Tarde de uma quinta-feira em março de 2012.**

Imagem do africano magro entubado no leito. Havia migrado sem documentos da África à França para se tratar, não morrer. Eu e minha supervisora de estágio chegando para vê-lo, eu trazia um prato de *attiéké*⁴⁹ nas mãos. Em seu quarto, uma TV ligada em frente à cama, na TV – o rosto de Martin Luther King – e música tocando. Era um documentário sobre ele, por ser aquele o aniversário da morte desse homem que fez da vida a luta pelos direitos dos negros. Minha garganta presa, respiração curta, truncada, peito apertado para não desabar na frente daquele senhor desabado, mas que olhava com olhos presentes e parados direto bem dentro dos meus. Olhar fundo no corpo imóvel desolado. Encontro de vida – morte. Tensão. Saí de lá em meu caminho de volta, com o corpo tremendo e o mundo balançando.

Caminho na praça sem saber onde estou, com os pés ali, mas as ideias em outro lugar (Levy, 2007). Estava em uma periferia de Paris... estava na Praça XV do Rio de Janeiro... Onde estou? Estou já sentada num banco quando escuto uma voz inundar a praça, a cidade (idem). Uma voz que parece vir de nenhum lugar... de um lugar distante? Desconhecido? Ou bem dali mesmo. Ela me diz que não importa: em qualquer lugar, em todo e qualquer lugar, essa estrutura racista é de enlouquecer.

⁴⁹ Comida típica de comunidades africanas da Costa do Marfim. Feita com cuscuz de farinha de mandioca, peixe assado e molho de cebola.

Essa estrutura racista é de enlouquecer.

Os caminhos que faço, na cidade onde vivo, entremeados pelos caminhos nas cidades de outros países onde fui, são viagens na história de um passado descoberto. Um passado cheio de cicatrizes, de feridas ainda abertas. Tudo isso dói. Pode ser interessante para quem está agora a ler, instigante, diferente, mas dói. Essa herança dói.

A escravidão na base da constituição dos países foi a grande experiência de relação destrutiva entre os homens. Quais efeitos essa terrível forma de relação entre as pessoas têm na contemporaneidade⁵⁰? Essas feridas abertas, sangrando em carne viva são contínua e constantemente agravadas todos os dias no corpo de cada metrópole do mundo. Estou assustada em meio à complexidade do que vivo diante de tudo isso e essas dores no meu corpo, essas dores que não me deixam... terei a coragem infantil de confiar e nisso tudo me perder?

Perplexa, sei que “só poderei aceitar que me perdi se imaginar que alguém está me dando a mão” (Lispector, 1998, p.17). Enquanto eu seguir até a barca, nesse caminho que está se fazendo longo me levando a outros lugares, “vou ter que fingir que alguém está segurando a minha mão (...) e logo que puder dispensá-la, irei sozinha. Por enquanto preciso segurar esta mão – mesmo que não consiga inventar o rosto e os olhos e a boca. Mas embora decepada, esta mão não me assusta” (ibidem, p.18). A invenção dela vem de uma ideia de amor, um amor fundamental e necessário diante de tudo o que ‘vejo’ e sinto, como se a mão estivesse realmente ligada a um corpo que me acompanha de cais em cais – dos Pretos Novos, à Imperatriz, Praça do Comércio, Maravilha⁵¹! O Cais do Valongo foi achado para não ser esquecido. Quantos resgates da história serão precisos para a libertação?

A história que me aparece é uma história descontínua, que se esquiva da ânsia de descobrir uma essência original; uma busca na qual o que se encontra “é a discórdia entre as coisas, é o disparate” que nos faz pensar (Foucault, 2008, p.18). Nesse sentido, o passado das cidades em meus percursos enquanto força não se confunde com o obsoleto, pois é um passado que está vivo, nas lutas que se travaram

⁵⁰ Pergunta formulada pelo Profº John Stanfield, do Departamento de Estudos Afro Americanos e Diáspora Africana, da Universidade de Indiana (EUA) na palestra proferida pelo mesmo no dia 24 de novembro de 2015 na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

⁵¹ O Cais dos Pretos Novos havia sido remodelado em 1843 como Cais da Imperatriz, foi aterrado em 1911 para dar lugar à Praça do Commercio. Após 168 anos, foi redescoberto nas obras do Porto Maravilha.

e reverberam ainda no presente, apesar de soterradas nos registros épicos, monumentais e, também, debaixo do solo.

Olho para o chão.

No inclinar do pescoço para baixo, é outra camada da urbe que se vê. Do chão da praça XV para chãos outros em texturas e contextos, lembro que não somente os pés neles deitam.

Pessoas também.

Crianças.

Mesmo bebês.

Na surdina de nossos passos cotidianos.

E o pior: nós sabemos.

Os “moradores” do chão da urbe podem estar em pé, estendidos, na vertical, mas nos falam de chão. Tem chão no corpo deles. Fora do nosso campo de visão. Cores e trapos ferrugem, sujeira, poeira, carvão. São tons de neblina, esfumaçados entre suas expressões ofuscadas. Talvez sejam como os grafites – como os das paredes da cidade, aqueles que ficam sobrepostos, rascunhados, de contornos imprecisos. Os rostos? Não importa. São os rostos do ‘refugio humano’ (Bauman, 2005) – os não adequados ao sistema capitalista flexível e exploratório – os inúteis, descartáveis. Englobando os miseráveis, desempregados, loucos, refugiados. A rostidade dos desprezíveis. Eles em si são muros à liberdade do mercado que não quer fronteiras. Se puderem sumir, ideal. Que morram. O prefeito da cidade já falou: “em março de 2016 não haverá mais moradores de rua⁵²”. São pessoas – jovens, idosos, adultos, crianças – pisados. E recolhidos, para serem escondidos, desaparecidos, compulsoriamente.

⁵² Fala disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-08-23/secretaria-de-desenvolvimento-social-rio-nao-tera-moradores-de-rua-em-2016.html>. Importante se voltar para a complexidade da emergência de políticas de recolhimento da população em situação de rua quando, na maioria das vezes, “o cuidado e o controle se encontram no fio da navalha” (Fernandes, 2014, p.103). Para mais a respeito, conferir Fernandes (2014) e Gatto (2011).

Esse chão nosso de cada dia guarda o peso das quedas. O barulho dos passos. As sombras dos corpos. Desses corpos que dele fazem moradia, e os restos, os cheiros e vestígios de muitos corpos mortos e desaparecidos. *Onde está o Amarildo*⁵³?



Figura 9: Foto tirada por mim na UFRJ. Agosto/2014.

O ajudante de pedreiro era o sétimo de doze irmãos, filho de uma empregada doméstica e de um pescador. Casado, pai de seis filhos, desaparecido entre os dias 13 e 14 de julho de 2013. Uma operação batizada de Paz Armada, na Rocinha, prendeu suspeitos sem passagem pela polícia, dentre os quais, ele. Ele, que havia acabado de voltar de uma pescaria, foi detido e conduzido por policiais militares em direção à sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Não foi mais visto. Virou símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial.

Pedreiro desaparecido. Pedreiro invisível. Voltamos às pedras do chão. Agora, poesia dura, pesada. Pregada no pisar diário, que leva sempre aos mesmos lugares. No pisar repetido de avanço impedido. Nesse tipo de caminhar, no qual se anda sem olhar para os lados, sem olhar para dentro, sempre na mesma direção, em que algumas coisas e pessoas são vistas demais e outras caem no regime da

⁵³ O caso de Amarildo virou um símbolo de desaparecimentos não esclarecidos pela polícia. A campanha “*Onde está o Amarildo?*” foi iniciada nas redes sociais, com o apoio de movimentos como o Rio de Paz, as Mães de Maio e da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. Foram organizados atos por moradores da Rocinha, contando com a participação da sociedade civil. A repercussão aumentou, artistas manifestaram-se publicamente, assim como a Comissão da Verdade fluminense. O desaparecimento também passou a ser conhecido internacionalmente, desde a Anistia Internacional ao *Financial Times*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Amarildo

invisibilidade. Mas quando o negro é pego pela pistola, ou preso, aí sim, sujeito aparecido. Em torno do crime, ele se faz visível. Ainda que seja como suspeito, que seja, pelo menos assim é visto, quem sabe até na TV? E aí vira pessoa, podendo até ficar famoso! Tão famoso quanto o piso de pedras portuguesas – cubos pretos de basalto e brancos de calcário – do calçadão de Copacabana cartão-postal – que criam arabescos ondulantes, labirínticos na cidade Maravilhosa.

Este piso de pedras portuguesas estão também presentes na antiga Avenida Central, atual Rio Branco e até mesmo na praça do Palácio do Planalto, em Brasília. Eia a construção do chão da nação. Feita por quais mãos?



Figura 10: foto tirada por mim na exposição “Tatuagens Urbanas e o Imaginário Carioca”⁵⁴

“A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopeia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação (...)” (João do Rio, 2012, p.20).

⁵⁴ Foto de foto presente na exposição “Tatuagens Urbanas e o Imaginário Carioca”, cujo tema era as pedras portuguesas das calçadas do país. Esteve em cartaz no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, no período de 12 de junho a 1º de agosto de 2015.

As mãos que fazem as ruas.

São mãos que fazem casas.

São mãos que fazem uma cidade inteira.

São mãos que fazem uma cidade inteira.

Mas as favelas são mais conhecidas por serem feitas pelas mãos. A primeira nasceu nas encostas do Morro da Providência⁵⁵, na Gamboa. Nascimento de parto pelas mãos que produziram por sobrevivência os barracos, mãos dos corpos de quem neles foi viver. É autoconstrução fruto de uma arquitetura ao acaso, sem projeto, feita com pedaços de todas as proveniências (placas e chapas de madeira, em geral resíduos da demolição de cortiços e da construção de novos edifícios), materiais mais precários, instáveis e efêmeros... que dão o tom do desalinhamento das fachadas das casas, suas cores, seus ritmos.

“Dizem que as mãos, ao seu modo, são também seres sábios. Dizem ainda ser possível ouvir, por trás do barulho que fazem as mãos que tecem, que cavam, que cortam, que medem, que oram e que pedem, que brigam e que amam, uma espécie de harmonia muda, um silêncio presente, cativando e unindo sob o mesmo céu, a todos que ali vivem⁵⁶”.

Espaço de uma estética própria e singular, a favela é construída na bricolagem, se transformando continuamente, onde o barraco é o abrigo do *bricoleur*-favelado. É criação de um interior para nele entrar, é constituição de uma delimitação entre exterior e interior. O primeiro nível dessa fronteira existe no próprio corpo, dimensão mínima dos níveis de abrigo: das “vestimentas, depois as cobertas, ao abrigo, a casa, o quarteirão, a cidade” (Jacques, 2011, p.30). O abrigo pode vir a se tornar habitação.

Como não ter a casa invadida, o corpo invadido? Como não ter a casa-corpo removida? Quando essa fronteira de proteção é ultrapassada/violada? Quando ela vira muro?

⁵⁵ A ocupação do Morro da Providência ocorreu com os soldados do Rio de Janeiro que em 1897 retornaram da Guerra de Canudos e não tiveram cumprida a promessa do governo em entregar-lhes residências, caso saíssem vitoriosos. Então eles se apropriaram de uma região de morro, que passou a ser chamado de Morro da Providência, por expressar a providência tomada pelos soldados. Este passou a ser chamado de Morro da Favela em referência a um dos morros junto aos quais Canudos foi construída, tendo recebido o nome da planta de mesmo nome que encobria a região, a favela. A ocupação deflagrou-se entre o final do século XIX e o início do XX, a partir da grande reforma urbana feita por Pereira Passos quando vários cortiços e habitações populares do centro foram derrubados e a população pobre passou a ocupar os morros nas adjacências do centro (Campos, 2005).

⁵⁶ Trecho do texto “cidade das mãos” de Rafael Soares, elaborado para a “Série Itinerários” criado pelo curso de Filosofia da Universidade Federal de São João del-Rei em parceria com a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, sob a coordenação da Professora Doutora Glória Maria Ferreira Ribeiro.

Entre a experiência de vida no morro e aquela do asfalto, tem muro, muralha bem grande? Será mesmo uma cidade partida⁵⁷? Moradias improvisadas foram repetidamente derrubadas para avenidas largas da cidade planejada darem passagem às mercadorias que precisam ir e vir com facilidade. Atmosfera e concretude do século XIX com planos e projetos de uma cidade saudável, onde seus fluxos – ar, água, dejetos e as próprias pessoas – precisavam ser mantidos em movimento, assim como a circulação nos corpos.

No ano de 1628, o médico britânico William Harvey transformou a concepção médica acerca do corpo, de sua estrutura, daquilo que garante um estado saudável, e da relação que este mantém com a alma. Quanto melhor o pulsar do coração e a desobstrução das artérias e veias para dar passagem ao sangue, melhor a circulação e o transporte de nutrientes trazendo saúde e bem-estar para este corpo (Sennett, 2006, p.218). Essas mudanças na concepção de saúde se tornaram tão fortes que, a partir de meados do século XVIII, as cidades passaram a cuidar da limpeza urbana e de suas questões de circulação. Em franca expansão do capitalismo moderno, Adam Smith, economista e filósofo, coloca que o funcionamento da cidade precisa correr tal como o do organismo. Ruelas e vielas, portanto, não foram bem vindos ao capitalismo emergente. Seriam então, as favelas, as filhas rejeitadas do capitalismo⁵⁸?

Na experiência urbana, com o triunfo da livre locomoção de pessoas e mercadorias entregues às exigências do tráfego e ao movimento acelerado, eis que uma crise tátil se produziu: “deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo (Sennett, 2003, p.214). Foi nessa lógica que a Perimetral (agora inexistente) teve sua razão de ser, favorecendo o acesso à ponte Rio-Niterói. O distanciamento afetivo em relação aos lugares em que se movem e as pessoas com quem convivem nesses espaços então vigorou. É a experiência de si mesmo que impera, pois é o indivíduo que circula. O indivíduo murado circula.

⁵⁷ A expressão ‘cidade partida’ (Ventura, 2005) foi válida como denúncia às desigualdades que marcam a cidade do Rio de Janeiro mas não deixa claro o fato de que os favelados são incorporados ao Estado, à economia e à cidade de forma subordinada, desigual e controlada.

⁵⁸ A respeito dessa problemática, a exposição “O Rio que se queria negar: as favelas do Rio de Janeiro no acervo de Anthony Leeds” que esteve no Museu da República de outubro de 2015 à janeiro de 2016 apresenta como as favelas, negadas de forma veemente como parte integrante da cidade, desvelaram-se diante dos olhos e da câmera do antropólogo como locais de grande circulação de capital, ultrapassando o orçamento da Guanabara, em que, nos anos 1960 as agremiações de samba contribuíam para a vida cultural da cidade e ainda por serem morada importante do eleitorado carioca. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/republicando-boletim-mensal-outubro2015/>

No hoje, o projeto do Porto Maravilha tomou o caminho de fazer da região um novo centro cultural e de negócios, “intervenção que redefine a geografia do Rio de Janeiro tendendo a tornar o território ainda mais desigual” (Burgos, 2013)⁵⁹. A “cidade-empresa” emerge continuamente, eternizando a construção da cidade do capital. No entanto, diante das palavras que visam sustentar essa reforma, cuidado!

“A Perimetral é um dos maiores símbolos de uma cidade que foi pensada para os carros e não para as pessoas”, disse Alberto Silva, o presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), ao anunciar sua demolição.

Estão sendo construídas três vias expressas no Rio de Janeiro “para pessoas”: BRT Transcarioca, Transolímpica e Transoeste. A sigla BRT (*Bus Rapid Transit*) dá destaque à pista exclusiva para ônibus, mas que, no entanto, é acompanhada de várias pistas para carros em paralelo. Apesar dessa reforma melhorar as condições de deslocamento de muitas pessoas, é preciso complexificar a respeito, para perceber que, enquanto as vias são abertas para favorecer o transporte, elas estão cortando subúrbios – espaços onde residem pessoas – destruindo-os. Esse processo se dá na maioria das vezes sem a consulta das pessoas que ali residem, o impacto social é enorme: milhares de famílias são removidas de suas casas para que automóveis individuais também possam passar⁶⁰. É mesmo projeto de cidade para todas as pessoas?

⁵⁹ Fala do sociólogo Marcelo Burgos, presente no texto “Removidos: da Primeira República à Olimpíada”, de Gabriel Camargo, disponível no PUC-Rio Digital: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Cidade/Removidos%3A-da-Primeira-Republica-a-Olimpiada-19239.html#.Vq_OH4-cHcc

⁶⁰ Informações disponíveis em: <http://cidadespossiveis.tumblr.com/>

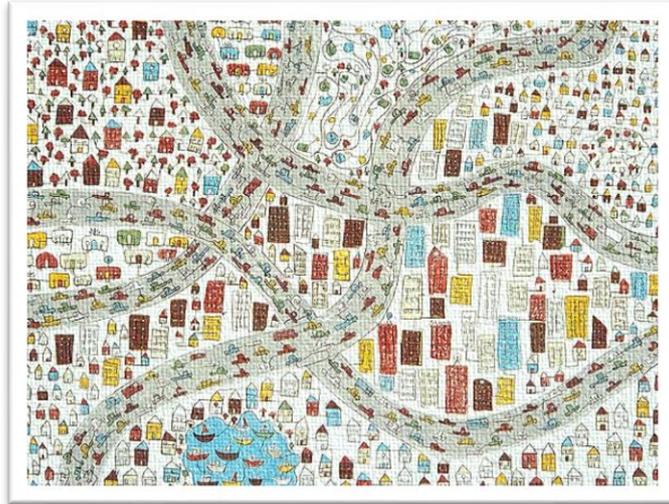


Figura 11

É projeto de cidade para todas as pessoas?

Pois então, preste atenção: a cidade do capital muda de cara. É preciso bastante sensibilidade, perspicácia e afinação na condução da vida, das relações. É desagradável, mas talvez seja aconselhável seguir sempre em alerta para puxar o freio de mão a qualquer hora. Porque – de carro, de avião, de navio, bicicleta ou a pé – de qualquer jeito, a lógica do capital tenta te pegar na esquina e te levar pra uma rua sem saída. Os discursos mudam: “cidade para as pessoas”, “eco-sustentabilidade” de sacolas que “não são de plástico”, a moda, a TV, os jornais: eu e você estamos constantemente nesse cruzamento, nessa rede produtiva de palavras que se alteram de acordo com a fachada conveniente para que a dinâmica exploratória de relações que as materializa permaneça.



Figura 12: Foto tirada por mim nos Arcos da Lapa. Maio/2013.

A sociedade capitalista urbano-industrial que “libertou” o escravo, que fala em democracia e contrato-social, é ainda aquela em que o poder disciplinar nos captura com suas instituições de sequestro (Foucault, 2014). Sequestram nossos corpos em suas capacidades de sentir, de mover livremente, de ter seus contornos e fronteiras cuidados. Mas agora, invisível e sofisticado, com a crise das instituições disciplinares do século XX, o poder disciplinar coexiste na sociedade de controle⁶¹,

⁶¹ Caracteriza-se por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplina que animam inteiramente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais

apresentada por Deleuze (2008) como a sua configuração contemporânea no contexto biopolítico atual.

O trabalho material continua a existir, mas em parte fundamental ele se torna imaterial pois “passa a ser produtor direto de valor por meio de suas dimensões biopolíticas” (Cocco, 2014, p.76). Isto quer dizer que, as atividades que geram valor são as cognitivas, linguísticas, comunicativas e afetivas, que formam a “alma’ que o capital precisa fazer para baixar o chão da fábrica” (idem). Ainda hoje, não seria o espaço – em sua dimensão material e imaterial – “uma imensa página em branco onde se escreve, desde cerca de dois séculos, a metanarração do capital?” (Foucault, 2013, p.41).

Estamos no tempo do Império (Hardt & Negri, 2004), caracterizado por seu nomadismo constitutivo, como uma nova estrutura de comando descentralizada, desterritorializada e rizomática que corresponde à fase atual do capitalismo globalizado, organizado em redes a nível global, também chamado de Capitalismo Cognitivo (Cocco, 2014). Guattari (2012) o denomina de Capitalismo Mundial Integrado, apontando para sua desterritorialização que, segundo ele, se deu “ao mesmo tempo em extensão – ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta – e em ‘intenção’ – infiltrando-se no seio dos mais conscientes estratos subjetivos” (p.33).

E eis que se instaura o paradoxo do funcionamento contemporâneo quando percebemos que o capitalismo não nos fixa em lugar nenhum, não nos prende, estando em todo lugar ele nos captura o tempo todo. Temos que ser abertos, criativos, moventes, estarmos conectados ao mundo inteiro mas não nos pararmos em nada... sempre em circulação. No entanto, a vontade de prisão aumenta. A vontade de encarceramento, de definição, de identidade, da experiência de fechamento e rigidez se intensifica. Seria o atual movimento constante acelerado sem fim nossa maior prisão? Como subverter o que já parece ser uma subversão eterna?

No tecimento dessas redes infinitas a subjetividade homogênea e dominante é produzida, apresentada como “subjetividade capitalística”, que por meio do funcionamento de nosso sistema econômico, na velocidade da digitalização generalizada, “ressemiotiza todos os âmbitos da vida, colonizando vastas esferas da

mediante redes flexíveis e flutuantes (Hardt & Negri, 2004, p.42-43).

cultura, a inteligência, a atenção, a emoção, o tempo, o espaço, o próprio corpo” (Pelbart, 2011, p.135).

“Nossa, estaríamos ainda de alguma maneira colonizados?” A mão que me acompanhava aperta a minha mais forte. Peso, peso. Esse tal passado que “(...) está ali, como as linhas da mão; escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos balaústres das escadas, nos mastros das bandeiras” (Calvino, 2015, p.15) continua a produzir fortes calafrios e *insights* em meu percurso.

Com toda essa experiência, algo em mim foi se abrindo... “irremediavelmente, incontornavelmente”⁶². O que se abriu pra mim, em meu corpo, foi o mapa da cidade, do Brasil, do mundo. Nesse mapa, “eu me vi localizada em um lugar estranhamente privilegiado e que sustenta esse privilégio à custa de uma brutal violência que mata e silencia” pobres, negros, populações indígenas, refugiados. “A abertura desse mapa em mim é algo sem volta, daquelas experiências subjetivas que te arrancam dos lugares conhecidos, te impossibilitam de falar, de criar uma narrativa coerente”, de se colocar no lugar de quem diz alguma coisa. O que eu, branca de classe média-alta, posso falar da vida dessas pessoas? Por mais que me pareça, ou que eu tente, eu não estou na pele delas. Mas minha pele ressoa seus efeitos em sintonia com muito do que ocorre. A violência de Estado não tem o meu corpo como alvo... mas eu sinto essa violência. Eu a sinto em mim, não diretamente... ou até diretamente? Ela também pega o meu corpo. Essa violência cotidiana já atualmente denunciada, eu a vejo entremeada, intimamente tecida de maneira invisível, à violência sutil e camuflada que também acaba com aqueles que vivem nos lugares de privilégio, lugar que ocupo socialmente. Violência que não se vê, não se percebe, mas ela me ronda e atravessa também a minha vida. Ficamos todos cerceados. A lógica dominante que sustenta como construímos, pensamos, consumimos, amamos, trabalhamos, nos relacionamos com nossos corpos, com a natureza e com os outros reproduz uma dinâmica de relações violentas que nos liga todos. É uma violência relacional que nos adocece. Eu sinto isso em mim, sinto isso nos outros.

Como saber se isso faz sentido? Você experimenta os ecos da escravidão? Que mistura é essa entre eu e todos, eu e tudo, tão primordial, tão desafiadora de

⁶² As aspas utilizadas ao longo desse texto se referem à trechos extraídos do texto “O corpo e a voz – quem fala, quem pode falar, quem grita?” de Mariana Patrício no site da Revista DR, disponível em: <http://www.revistadr.com.br/posts/o-corpo-e-a-voz-quem-fala-quem-pode-falar-quem-grita>.

apreender, de transmitir, que torna difícil falar, escrever... de que lugar, afinal, eu falo?

Eu gostaria, seria muito importante, se, definitivamente, eu conseguisse achar um modo de falar que deixasse de dizer eu. De ser eu. “Não que seja fácil. Não que seja possível”. Porque, ao mesmo tempo, estou a dizer ‘eu’, ‘meu corpo’, o lugar que ocupo... afinal, quem está a falar? Afirmar de quem? Afirmar alguém? Afirmar o quê?

A existência mesma desse caminho-escrito e sua publicação é uma tentativa complexa e contraditória disso tudo. Mas não escrevê-lo seria mais dor, inexistência, anulação, de todos os outros... e minha também. Será que, às vezes, dá para construir o silêncio com palavras? Fazer uma composição entre as palavras que vibrem silêncio e paz? Não sei.

Não sei.

Em vários momentos esse passado revirado, essa história toda, me tirou o ar. Estou cansada. De mãos dadas com a mão inventada, ela me leva em direção ao mar. “Ainda não é hora de pegar a barca, não estamos prontas”, ela me diz. Às vezes sinto que é alguém que nunca conheci que fala através de mim, do meu corpo, como se meu corpo não fosse mesmo apenas meu, como se a cada momento eu percebesse a multiplicidade da existência de outras pessoas me acompanhando... (Levy, 2007).

“As dores têm de ser ditas. O silêncio é muito perigoso”⁶³, outra voz fala.

“Mas eu achava que, certas dores do passado, algumas, das grandes, deveriam ser silenciadas, adormecidas entre os fios da memória”, respondi em pensamento para ela. “Eu sinto o meu hoje, meu presente, colado na história. Blocos dela, blocos de emoções vêm, como bigornas nos meus ombros, tornando cada célula do meu corpo pesada no agora, nas cenas que se apresentam para mim. São como correntes de ferro que me puxam pelos pés para o fundo do mar”.

E em uma cena nebulosa, ofuscante, eu vejo um menino. Eu o vejo pelo som. O menino me surge de soluços. É choro. É o choro do menino refugiado na areia. Menino afogado. Menino afundado. Choro-grito de um corpo silenciado.

*Encontro das águas salgadas
sal dos olhos com sal das ondas
que envolvem
A pele e os poros
Esvaindo em imersão.
é menino morto no mar
na beira do céu, da areia
no limite-espuma da boca
Que sente, sal, saliva, suga
----- Ar
Tenta. Respirar.
Se rende, sedento de soltar-se em lágrimas
Pra alargar as marés de dentro
Se acalmar.*

⁶³ Frase retirada de um diálogo que pode ser lido no livro “A chave de casa”, de Tatiana Salem Levy (2010), o qual inspirou grande parte do diálogo nos textos “Não sei” e “Esquecer o passado?” dessa dissertação.



Figura 13: Foto tirada por Nilufer Demir.⁶⁴

“Cenas da história mundial, cenas da história pessoal... entre palavras e silêncio, as lágrimas tornam real tudo o que me parece irreal. Essas lágrimas não são apenas minhas, ‘as cidades, assim como nós, também têm suas lembranças, seus próprios vestígios de lágrimas’ (Levy, 2010, p.152-153) e, ao contrário do que imagino a cada vez, elas ainda não secaram... Romper definitivamente com o passado, com as lembranças, é mais difícil do que imaginamos. Dá muita vontade, mas parece que surge uma culpa que pode se tornar mortal, não sei. ‘Por mais que a gente tente enterrar o passado, temos medo de esquecê-lo e sermos responsáveis por isso’ (Levy, 2010), eu continuo.

“Esquecer o passado?”

⁶⁴ O corpo do menino curdo e sírio, *Aylan Kurdi*, filho de três anos da família fugida em desespero da guerra, foi encontrado em praia turca em setembro de 2015 após naufrágio de duas embarcações. A imagem virou símbolo da pior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial, segundo organizações como a Anistia Internacional e a Comissão Europeia. Mais de 350 mil imigrantes atravessaram o Mediterrâneo desde janeiro de 2015 e mais de 2.643 pessoas morreram no mar quando tentavam chegar à Europa para escapar de guerras, de perseguições e da pobreza, segundo dados da OIM (Organização Internacional para as Migrações). Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/brasil-acolhe-mais-sirios-que-paises-na-rota-europeia-de-refugiados,0263a7fb1b4f72961179495d16a969dafaqcRCRD.html>

Esquecer o passado⁶⁵?

“O passado não é para ser totalmente esquecido”, ela fala assertivamente.

“Como assim? ‘Se não esquecemos o passado, não vivemos o presente. Você sabe, essa dor que sinto no corpo, os ombros pesados, é passado – meu, do mundo – não esquecido que carrego comigo. O passado de gerações e gerações.’”

“‘Não, minha filha, o que você suporta em seu dorso frágil são os silêncios do passado. Você carrega o que nunca foi falado, ou melhor, o que nunca foi de fato ouvido. O silêncio é perigoso, eu a alertei.’”

“‘Mas a culpa não é minha, não fui eu quem guardou os segredos. Eles chegaram a mim sem licença, e eu nem os conheço.’”

“‘Sim, você os conhece: o corpo conhece todos os segredos, todos os silêncios, muito mais do que você imagina.’”

“‘Você confirma então que se trata de uma herança? Que herdei das gerações todas as dores? Que belo presente!’”

“‘Não se irrite, de nada adianta. Tampouco se ausente de sua responsabilidade’. Vocês sofrem por seu passado, sim, cada um sofre individualmente tanto por seu passado, como também, em geral, pela história da humanidade. Mas vocês são responsáveis pelo passado, pela história, ‘responsáveis pelo que carregam nas costas e, principalmente, pela maneira como o carregam. Existem diferentes formas de considerar o passado, e você certamente escolheu uma das mais pesadas, mais doloridas.’”

“‘Não escolhi nada, vim ao mundo com esse fardo.’”

“O homem oprimido pelo presente sente necessidade de livrar-se desse fardo, então volte-se para a história de maneira crítica (Nietzsche, 2003). ‘Eu quero que entenda isso, que não precisa ter a história nas costas, que pode se livrar do passado’. Mas para isso não pode ignorá-lo e esquecê-lo completamente. Há um grau que impulsiona a história e avalia onde a vida definha e degrada – que seja a vida de um homem, de um povo ou de uma cultura. Um fenômeno que, por mais doloroso que seja, se descobre sempre agora, em meio aos sintomas mais peculiares de nosso tempo” (Nietzsche, 2003).

⁶⁵ As frases que se encontram neste diálogo sob aspas simples, dentro das aspas duplas, dizem respeito à trechos de Levy (2010) encontrados na página 131-132, salvo àquelas que forem seguidas da referência à Nietzsche (2003), também bastante utilizado na construção desse texto.

“Para mim o passado com suas cenas que se repetem no presente se chama medo. Foi o que limitou e ‘me tirou, um a um, os movimentos do corpo’. Impediu-me de me mover em liberdade. Não sei desse grau de que você fala.”

“Como você consegue ser insistente nessa dor, hein? O passado não se chama medo. ‘Para determinar esse grau e, através dele, o limite no interior do qual o que passou precisa ser esquecido (...) é preciso saber o tamanho da força plástica – de um homem, de um povo, de uma cultura’ (Nietzsche, 2003, p.10). E essa força cresce ‘singularmente a partir de si mesma, transformando e incorporando o que é estranho e passado, curando feridas, restabelecendo o perdido, reconstituindo por si mesma as formas partidas’” (idem).

“Você pode me explicar mais?”

“O homem deve conhecer a história de modo a se apropriar dela, mas é preciso também estabelecer um limite ao se voltar para o passado para que haja a possibilidade do a-histórico. Por exemplo, ‘nenhum artista realizaria sua obra, nenhum povo conquistaria sua liberdade, sem que essas coisas tivessem sido previamente desejadas e perseguidas num tal estado de a-historicidade’ (Nietzsche, 2005, p.76). ‘Pois, se tais homens se mantivessem presos ao passado e em conformidade com o presente, não seriam capazes de visualizar novas possibilidades de futuro. É somente agindo contra nossa época que o futuro pode nos chegar’” (idem).

“Mas essa possibilidade do a-histórico, não sei se entendo.”

“Sentir as coisas no ímpeto dos instantes. Se você se comparar aos animais que estão sempre absorvidos pelo presente, fica mais fácil, veja: eles vivem de modo a-histórico. Essa ideia de a-historicidade, afirma o desligamento do passado, a capacidade de esquecimento da história, quando apropriado, claro.”

“Mas, se a gente esquece, na verdade, queremos esquecer para viver diferente, mas, muito do que acontece é o contrário, tentamos esquecer o passado e ele se reproduz, a história se reproduz. O que queremos esquecer se põe na nossa frente. Se é apropriado esquecer, mas não sempre, não tudo... então, ‘até que grau a vida necessita em geral do auxílio da história?’ (Nietzsche, 2003, p.17). Isso também me é bastante complexo ainda...”

“Sim, é. Mas vamos lá, estamos avançando. Esta ‘é uma das perguntas e preocupações mais elevadas no que concerne a saúde de um homem, de um povo, de uma cultura’ (idem). Pois, em meio a um certo excesso de história, a vida

desmorona e se degenera, e, por fim, é através desse desmoronar e desta degeneração, que o passado acaba por se repetir na história”.

“Pois é, isso acontece muito.”

“Mas não sempre e não somente. Como somos o resultado de gerações anteriores, também somos o resultado de suas aberrações, paixões e erros, mesmo de seus crimes, certo? ‘Mas se condenamos as aberrações do passado nos considerando desobrigados em relação a elas, o fato de provirmos delas não é afastado’ (Nietzsche, 2003, p.31). E assim não é possível se libertar desta cadeia. O melhor que podemos fazer é confrontar a natureza herdada e hereditária, nosso modo de funcionar, com o nosso conhecimento, para combater através de uma nova disciplina rigorosa isso que foi trazido de muito longe, que foi herdado, implantando em seu lugar um novo hábito, um novo instinto, uma outra dinâmica relacional, outro modo de funcionar, de modo que o anterior se debilite” (Nietzsche, 2003).

“Nossa, é um exercício então, né, uma prática diária de reformulação do entendimento, do funcionamento, da sensibilidade, de muita coisa”.

“Sim. O homem precisa ter a força e aplicá-la de tempos em tempos para explodir e dissolver o passado, a fim de poder viver. Ele faz isso na medida em que traz o passado para o seu tribunal, inquirindo-o penosamente e finalmente condenando-o. Mas não é a justiça que se acha aqui em julgamento, ‘mas apenas a vida, aquele poder obscuro, impulsionador, inesgotável que deseja a si mesmo’ (ibidem, p.30). Assim, a história, uma vez que se encontra a serviço da vida, se encontra a serviço de um poder a-histórico, sempre inventivo e criador”.

“Então precisamos da história ‘para a vida e para a ação e não para o abandono confortável da vida ou da ação, ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim’” (ibidem, p.05).

“Isso. Para que o homem encare e faça história de maneira apropriada, para que se realmente viva, o ser humano deve estar na fronteira, na linha que separa o que é claro, alcançável com o olhar, do que é obscuro e impossível de ser esclarecido; para estar entre o movimento e a parada, transitar entre o histórico e o a-histórico. Que ele saiba tão bem esquecer no tempo certo quanto lembrar no tempo certo; que consiga pressentir com um poderoso instinto quando é necessário sentir de modo histórico, e quando de modo a-histórico (Nietzsche, 2003). Para conseguir observar, reavaliar o que quer, para que possa criar, e então, continuar

em movimento. É o agir intempestivo, rompendo com qualquer concepção de linearidade histórica, o agir contra sua época em benefício de uma época vindoura (Nietzsche, 2003, p.70).”

“Então, diante das perspectivas já dadas, é preciso realmente nos projetarmos para além delas...”

“Sim, criar, sempre. Saiba disso: o homem que age a favor da vida é o criador, é aquele que encontra novas formas de conceber o mundo, que é capaz de buscar uma vivência de experimentação (ibidem, p.57). Serão estes, os capazes de agir contra o presente dando novas perspectivas ao futuro:

E a história de sua cidade transforma-se, assim, na história de si mesmo. Você compreende os muros, seu portão elevado, suas regras e regulamentos, as festas populares, como um diário ilustrado de sua juventude e reencontra a si mesmo em tudo isto, sua força, sua aplicação, seu prazer, seu juízo, sua tolice e seus vícios. ‘Aqui era possível viver, você pode perceber e dizer a si próprio, pois viver era permitido’; aqui já não é mais. Já aqui, será possível viver, pois somos teimosos e não seremos derrubados da noite para o dia’. Então, com o auxílio deste ‘nós’, pela vida em todos, o homem pode lançar o olhar para além da vida individual estranha e passageira e sentir a si mesmo como o espírito da casa, da espécie, da cidade (ibidem, p.25-26).

“Junto com a cidade que muda, muda dentro?”

“Sim. E vice-versa. O homem apropria-se da história, e consciente do limite até o qual ela pode servi-lo, ele a utiliza para seu desenvolvimento autêntico e próprio. Esta é a capacidade de apoiar-se em si mesmo, tomando como fundamento único a vida. E o viver é viver para o futuro, para o devir, é tornar-se quem se é. É uma autocriação artística. Mas não há um conceito universal para todo ser humano, não há uma medida única para o viver. É dessa forma que devemos conceber a história, em prol da vida, do movimento, da multiplicidade que há em cada pessoa. E isso também no que diz respeito ao entorno do ser humano, claro, das cidades como espaços produzidos também no exercício do ‘direito daquilo que deve vir a ser agora’ (ibidem, p.13), sempre pela afirmação da vida”.

Sempre pela afirmação da vida.

Chego na entrada da barca. Sinto o ar deste dia diferente, brisa leve em meu rosto, recebo um pergaminho com palavras: será uma carta? Um mapa da direção para onde a barca vai? Um manual de como navegar? Uma cartografia?

Mundo Grande

*Não, meu coração não é maior que o mundo.
É muito menor.
Nele não cabem nem as minhas dores.
Por isso gosto tanto de me contar.
Por isso me dispo,
Por isso me grito,
Por isso frequento os jornais, me exponho cruamente nas livrarias:
Preciso de todos.
Sim, meu coração é muito pequeno.
Só agora vejo que nele não cabem os homens.
Os homens estão cá fora, estão na rua.
A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava.
Mas também na rua não cabem todos os homens.
A rua é menor que o mundo.
O mundo é grande.
Tu sabes como é grande o mundo.
Conheces os navios que levam petróleo e livros, carne e algodão.
Viste as diferentes cores dos homens,
As diferentes dores dos homens,
Sabes como é difícil sofrer tudo isso, amontoar tudo isso
Num só peito de homem... sem que ele estale.
Fecha os olhos e esquece.
Escuta a água nos vidros,
Tão calma. Não anuncia nada.
Entretanto escorre nas mãos,
Tão calma! Vai inundando tudo...
Renascerão as cidades submersas?
Os homens submersos – voltarão?
Meu coração não sabe.
Estúpido, ridículo e frágil é meu coração.
Só agora descubro
Como é triste ignorar certas coisas.
(Na solidão de indivíduo
desaprendi a linguagem
com que os homens se comunicam.)
Outrora escutei os anjos,
As sonatas, os poemas, as confissões patéticas.
Nunca escutei voz de gente.
Em verdade sou muito pobre.
Outrora viajei*

*Países imaginários, fáceis de habitar,
Ilhas sem problemas, não obstante exaustivas e convocando ao suicídio.
Meus amigos foram às ilhas.
Ilhas perdem o homem.
Entretanto alguns se salvaram e
Trouxeram a notícia
De que o mundo, o grande mundo está crescendo todos os dias,
Entre o fogo e o amor.
Então, meu coração também pode crescer.
Entre o amor e o fogo,
Entre a vida e o fogo,
Meu coração cresce dez metros e explode.
- Ó vida futura! Nós te criaremos.*

Carlos Drummond de Andrade

5 Conclusões em alto mar

Estamos todos no mesmo barco, embora esqueçamos constantemente disso. Estamos todos nesse “pedaço de espaço flutuante, lugar sem lugar, com vida própria, fechado em si, livre em certo sentido, mas fatalmente ligado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de zona em zona, de costa a costa” (Foucault, 2013, p.30) vai, levado por nós, à procura do que de mais precioso possa estar escondido em outras terras. O barco foi para nossa civilização o maior instrumento econômico e nossa maior reserva de imaginação. “O navio é a heterotopia⁶⁶ por excelência” (idem). Nossos barcos, nossos navios⁶⁷, aqui, são os espaços com múltiplas camadas de significação ou de relações a outros lugares, onde experimentamos a confecção dos instantes, das insurgências de liberdade no presente. Os lugares da utopia. Espaços de outros mundos possíveis.

Ao final desta pesquisa de mestrado, a experiência urbana contemporânea foi ganhando tons, temperaturas – clima – de um mundo apocalíptico⁶⁸. Então, ainda seria possível crermos em outro mundo? Para Deleuze (1990), o certo é que, “crer não significa mais crer em outro mundo, nem num mundo transformado. É (...) crer no corpo. Restituir o discurso ao corpo, e (...) atingir o corpo antes dos discursos, antes das palavras, antes de serem nomeadas as coisas” (p. 209 apud Liberman & Lima, 2015, p.187).

Foi com nossos corpos que iniciamos a caminhada por terra, uma viagem a pé pelas cidades, fomos nos tornando *flanêurs*-cartógrafos a medida em que caminhávamos. Dois passos para frente, alguns para trás, hesitações e avanços na busca por experiências na cidade. Pausas. Um solo rígido ou movente se apresentava? A experimentação nas artes do corpo fez recobrar os movimentos, soltar os silêncios e segredos do corpo na relação com o mundo, fazendo nascer passos e gestos possíveis, de composições improvisadas. Uma dança da invenção.

⁶⁶ Neste ensaio, Foucault (2013) identifica e descreve diferentes espaços heterotópicos, como o teatro, o museu, o cemitério, o jardim, que em comum têm o fato de representarem espaços reais que demarcam lugares utópicos, onde coexistem vários espaços justapostos, que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis.

⁶⁷ O barco como metáfora do lugar dos espaços outros, de um mundo ainda possível, que restará, emergiu neste trabalho a partir da minha participação na performance “Navios”, dirigida por Marina Guizzo, no Festival Panorama, em outubro de 2015. Informações disponíveis em: http://panoramafestival.com/2015/portfolio_page/navios/

⁶⁸ Em termos leigos, a ideia de apocalíptico se refere às causas que podem levar à extinção da humanidade, tais como: guerra nuclear, fenômenos sobrenaturais, uma mudança climática descontrolada, esgotamento de recursos, colapso ecológico, desastres gerais entre outros.

Em abertura à percepção das variações intensivas cruzamos a urbe enquanto deixamos, estratégica e metodologicamente, que ela nos cruzasse e propusesse questões, que as intensidades produzidas pelos encontros afetassem e movessem o pensamento. Fluxos se fizeram fortes entre as experiências de vida e morte no entorno da cidade que entornaram dentro – e ao mar nos lançamos.

Caminhando em base instável, embarcados, na travessia agora estamos. Incorporando a textura do mar fazemos parte do horizonte que venta, e inventamos a cada instante as linhas de fuga⁶⁹. Elas dão as direções. Queremos fugir? Você tem vontade de partir, de ir embora da sua cidade? Você já está embarcado, perceba.

Assim, será que o seu corpo pode aprender a arte das marés, das ondas? Aprender a cartografar em meio à impermanência da vida, vislumbrando a incerteza do futuro, mas em confiança? Lembre-se, são conclusões em alto mar. Moventes. Ao afastar-se do porto, como continuar seguro? Ainda mais quando a terra à qual aportaremos não é conhecida, ela nunca é.

Os Rios, são também muitos. A cidade do Rio são várias, que vêm sendo constantemente produzidas. Desde 2013, em meio ao drama urbanístico e à crise ecológica que continuam a se agravar, se intensificam também movimentos de coletivos que emergem e se desfazem continuamente, mas mantendo a constância das vozes que afirmam formas de vida minoritárias, contra a homogeneização opressora produzida pela lógica do capital. Vimos como a organização capitalista opera sem cessar sobre processos qualitativos afetivos complexos que envolvem não somente a produção das relações de trabalho, do imperativo da produtividade na era das finanças, mas também de modelos urbanos, modos de transporte, funcionamento da mídia e dos modos de perceber e sentir o mundo (Egypto, 2015).

Então, como afirma Guattari (2012a), diante deste panorama, uma tomada de consciência ecológica pode nos levar ao trabalho de invenção de uma ecologia social e mental, o que ele denomina de reforma ecosófica – a necessária rearticulação dos três registros fundamentais da ecologia (das relações sociais, da subjetividade humana e do meio ambiente). Segundo ele, o remanejamento das prioridades políticas, em seus níveis micro e macro, uma vez que se voltem para a

⁶⁹ Lembrando que fugir, aqui, não consiste em sair da situação, ir embora, mas é entendido enquanto movimento de escape aos códigos que capturam e cristalizam situações, diz respeito à posição subjetiva em relação ao Capitalismo Mundial Integrado, posição que afirma tais linhas criadoras de possíveis alternativos ao status-quo.

valorização, preservação e recuperação da ecologia ambiental produzirão efeitos radicais nas lutas sociais e nas maneiras de assumirmos nossa própria psiquê (Guattari, 2012a).

Eis o que pode ser o desenvolvimento de uma perspectiva capaz de produzir “mutações existenciais que dizem respeito à essência da subjetividade” (ibidem, p.16). Essa é uma direção para a qual a presente dissertação aponta, uma possibilidade de norte para o leme do nosso barco, apostando em remodelações da vida urbana que, no entanto, só podem ser consideradas e efetivadas sob o entendimento de que, novos modos de fazer cidades e vivê-las implicam, necessariamente, “que transformações profundas sejam operadas” (Guattari, 2012, p.154).

Nessa direção, em meio às transformações urbanas que as cidades brasileiras têm passado, uma série de projetos coletivos, muitos dos quais são artísticos, vêm sendo realizados no espaço urbano, “sob os mais diversos nomes – intervenção urbana, arte participativa, arte colaborativa, arte relacional, situações... – são projetos que nos apresentam novos paradigmas” (Campbell, 2015, p.19). Como vimos, a arte pode assumir um papel fundamental em relação à abertura de corpos e mentes à inéditas formas singulares de se viver em contexto urbano. Ao “nos levar a tocar em diferentes assuntos, esferas, áreas do conhecimento, percepções sensíveis fora e dentro do trabalho de arte” (ibidem, p.13), ela nos coloca em posição transversal, em trânsito com ricas possibilidades que favorecem a produção de ambientes criativos e a experimentação de novos imaginários. E a cidade maravilhosa não é a única a abarcar tais movimentos criativos. Esse mar aberto é realidade na atualidade de muitas metrópoles e seus afluentes.

Nesse contexto, quais campos de possíveis se abrem nos trânsitos e fluxos de população contemporâneos, nos deslocamentos de massa a que assistimos com a derrocada dos Estados-nação? Será que “uma ordem objetiva mutante” pode de fato nascer do caos de nossas cidades (Guattari, 2012, p.155) e nos levar a viver, pensar e sentir diferentemente de hoje?

Mudanças brutais ocorreram nas últimas décadas, no mundo e no Brasil, na economia e na cultura, na informação e na sociabilidade. No rastro disso, diante do intolerável e do desejável, o que mudou na nossa relação com o corpo? Ou com a sexualidade? Ou com a velhice? Ou com a morte? Ou com o tempo? Ou com a terra? Ou com o ar, ou com a calota polar? Ou com a infância? Ou com as drogas? Ou com os sonhos? Ou com a alimentação? Ou com a culpa? Ou com o ócio e o

trabalho? Ou com a alteridade e a miséria? Ou com a raça? Ou com a interioridade e a privacidade? Ou com a tecnologia? Ou, mais amplamente, com o poder e as instituições? Não se poderia dizer que é isso tudo que define uma sensibilidade social? (Pelbart, 2013, p.3).

Mutações subjetivas dizem respeito à uma nova distribuição dos afetos, à eclosão de uma nova sensibilidade. Como fazer funcionar “práticas efetivas de experimentação tanto nos níveis microssociais quanto em escalas institucionais maiores” (Guattari, 2012a, p.16), em todo e qualquer lugar?

A experimentação, tateante, discreta, em parte inconsciente, se confunde com a própria existência, quando esta lida com um remanejamento profundo de suas condições de percepção e com os imperativos afetivos que dele resultam. Trata-se, portanto, de não mais sofrer passivamente o que nos acontece em nossas experiências da vida urbana, mas problematizá-las assumindo uma posição ativa em relação a elas, instaurando a possibilidade de “novas práticas sociais, novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, com o estranho” (Guattari, 2012a, p.55).

Pelbart (2011) afirma a criação de “(...) novas comunidades sensíveis, novos sentidos de mundo, novas terras imaginadas” (p.119). A mesma desterritorialização brutal que desmantelou as instituições e os parâmetros que balizam a produção das formas de vida nos últimos anos fez com que as pessoas em condição de desterritorialização inventassem, também através das imagens, da criatividade, das relações artísticas, novas terras, novas nações, novos povos ali onde eles ainda nem sequer existem. Estamos diante dessas novas terras que não são geográficas, mas sim “territórios sensíveis, afetivos, espaços de solidariedade – novos mapas de pertencimento e de afiliação translocais” (p.119).

Pois sim, o *grande mundo está crescendo todos os dias, entre o fogo e o amor*. As novas cidades estão sendo inventadas em cada aqui e agora do mundo.

6 Referências bibliográficas

ALVARENGA FILHO, J. **A rua em rebelião, ou, para que nossa casa estremeça.** José Rodrigues de Alvarenga Filho. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2014.

ANTONIOLI, M. **La Geophilosophie de Deleuze et Guattari.** Paris, France: L'Harmattan, 2003.

BAPTISTA, L. A. Impacto da (I) Mobilidade na Produção de Subjetividade. Em: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). **Psicologia e Mobilidade: O Espaço Público como Direito de Todos.** 1ed. Brasília: Liberdade de expressão, v. 1, p. 213-220, 2010.

_____. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades.** São Paulo: Summus, 1999.

_____. **Combates urbanos: a cidade como território de criação.** Palestra proferida no XII Encontro Nacional da ABRAPSO, Porto Alegre, outubro, 2003.

_____. FERREIRA, M. **Por que a cidade? Escritos sobre experiência urbana e subjetividade.** Niterói: Editora UFF, 2012

BARBA, E. **A Canoa de Papel: tratado de antropologia teatral.** Brasília: Teatro. Caleidoscópio, 2009.

BARROS, M. **Menino do Mato.** Editora: Leya, 2010.

BAUDELAIRE, C. As flores do mal. original de 1857. Trad. Ivan Junqueira. In: **Poesia e Prosa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

_____. **Petits poèmes em prose (Le spleen de Paris).** Paris: Pocket, 1998.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Vidas desperdiçadas.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Confiança e Medo na Cidade.** Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BENCHIMOL, J. **Pereira Passos: um Haussman Tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas. Volume II. Rua de mão única**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAIAFA, J. Comunicação e diferença nas cidades. **Lugar Comum - Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, nº 18, novembro 2002-junho, 2003.

_____. Ocupar os espaços da cidade. Em: **Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CALDEIRA, T. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, Cebrap, no. 47, p.127-154, março 1997.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. 2ª ed. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Coleção de areia**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAMPBELL, B. **Arte para uma cidade sensível**. Editora: Invisíveis Produções, 2015. Disponível em: <http://www.brigidacampbell.art.br/ARTE-PARA-UMA-CIDADE-SENSIVEL>

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMURI, A. C. **Cartografia do desassossego: o encontro entre os psicólogos e o campo jurídico**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

CARVALHO LEITE, F. Contato Improvisação (contact improvisation): um diálogo em dança. **Revista Movimento**, v.11, n.2, p.89-110, Maio/Agosto, 2005.

COCCO, G. **Korpobraz: por uma política dos corpos**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

COIMBRA, C. Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível?. In: **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, vol. 7-1, 1996.

_____. **Operação Rio – O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COUTO, M. **E se Obama fosse Africano? e Outras Interinvenções.** Lisboa: Caminho, 2009.

_____. **A confissão da leoa.** São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

DELEUZE, G. **Espinosa: Filosofia Prática.** Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Editora Escuta, 2002.

_____. **Conversações.** Trad. Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. Aula sobre Leibniz. Trad. Elaine Costa da Silva e Leonardo Lima Ribeiro. **Revista Helius**, ano 1, n.1, p.150-174, 2013.

_____. Aula sobre o Anti-Édipo. Trad. Leonardo Francisco Amaral. **Revista Fractal** (no prelo), 2016.

_____. **Crítica e clínica.** Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1997.

_____. GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1, Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2014.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. Trad. Peter Pal Pelbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

EGYPTO, J. Cidade sensação. **Revista Alegrar**. nº16, dez, 2015.

ESCOSSIA, L. de; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.2, p.295-304, mai/ago, 2005.

FERNANDES, M. C. **Juventude pobre e políticas de (i) mobilidade urbana: Há ainda o que se ver quando tudo parece ter se dado a se ver e pensar?** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Microfísica do Poder.** Org. e trad. Roberto Machado. São Paulo: Ed. Graal, 2008.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** Trad. Salma Tamus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **História da loucura na Idade Clássica.** Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

_____. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975).** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Ditos e Escritos vol. 10: Filosofia, diagnóstico do presente e verdade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FORTUNA, L. V. **Uma cidade em movimento, ou inconclusos rostos rompem cárceres.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2014.

GALEANO, E. **O livro dos abraços.** Porto Alegre: L&PM editora, 2005.

GATTO, M. **O outro lado de uma política de governo na reprodução e perpetuação de desumanidades: o recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Faculdade de Educação, 2011.

GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil.** Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823/pagina/254/texto>

GUATTARI, F. **As Três Ecologias.** Trad. Maria Cristina F. Bittencourt; revisão da tradução Suely Rolnik, 21ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012a.

_____. **Caosmose, um novo paradigma estético.** Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão; 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

GUIZZO, I. **Micropolíticas urbanas: uma aposta na cidade expressiva.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império.** Trad. Berilo Vargas, 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JACQUES, P. B. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

_____. **O Elogio aos Errantes.** 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**, v.19, n.1, p.15-22, 2007a.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos.** Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed.34, 1991.

_____. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. Trad. Gonçalo Praça. In: **Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência.** (Orgs.) ARRISCADO, J.; ROQUE, R. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

LEVY, T. S. **A chave de casa.** 6ª ed. São Paulo: Editora Record, 2010.

LIBERMAN, F.; LIMA, E. Um corpo de cartógrafo. **Interface: Comunicação, saúde, educação.** São Paulo, v.19, nº52, p.183-93, 2015.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO DA SILVA, L.A. (org.). **Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MATTOS, H; ABREU, M.; GURAN, M. (org.). **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil.** Niterói: PPGH – UFF, 2014.

MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.19-26, jan/jun. 2008.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, v.3, nº1, p.121-130. Universidade René-Descartes, Paris V, 1998.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. M. B. (Org.). **Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde**. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p.143-153.

NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PELBART, P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. 1ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2011.

_____. Uma nova coreografia política. **Revista Alegrar**. n.12, p. 01-12, dezembro 2013.

PASSOS, E; BARROS, R. B de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.16, n.1, p. 71-79. 2000.

_____. EIRADO, A. A cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. Em: **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. (orgs.) PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L.. Porto Alegre: Sulina, 2010.

_____. KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

_____. KASTRUP, V. Sobre a validação da experiência cartográfica: Acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p.391-414, Maio/Ago, 2013.

PESSOA, F. **Poesias**. 15ª ed. Lisboa: Ática, 1942.

PEREIRA, J. C. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. **Fractal Revista de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 25 – n. 2, p. 323-338, 2013.

QUERRIEN, A. Architecture autogérée, une pratique écosophique de la ville. **Revue Chimères**, Paris, n°76, p.101-107, 2011.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, S. **Cartografia, ou de como pensar o corpo vibrátil**. Trechos de Suely Rolnik no livro *Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo*, Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>

_____. **Desentranhando Futuros**. Artigo apresentado na ANPEPP - Associação Nacional Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 2008.

_____. Pensamento, corpo e devir – uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de Subjetividade**, PUC- SP, v.1, n.2, p. 241-251, 1993.

_____. Alteridade a céu aberto. Em: DIAS, M.; RIEDWEG, W., **Posiblemente hablemos de lo mismo**. Barcelona: MacBa, 2003. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/alteridadewalter.pdf>

_____. **Florações da realidade**. São Paulo: outubro/2001, disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Floracoes.pdf>

_____. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. **Revista Pulsional**, Centro de Psicanálise, ano V, n° 41, p.33-42. São Paulo, setembro 1992.

_____. **O mal-estar na diferença**. Texto de Suely Rolnik de 1995, disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf>

ROMERO, M. L.; ALVARENGA, J.R.; ZAMORA, M.H. Cidade, política e subjetivação: Marco Polo visita o Rio de Janeiro. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, Vol.9, n°2, p. 2-18, 2013.

RIO, J. **A alma encantadora das ruas**. Ed. Especial – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SENNET, R. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Trad. Marcos Aarão Reis. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SÉVÉRAC, P. Conhecimento e afetividade em Spinoza. In: **O mais potente dos afetos: Spinoza e Nietzsche**. MARTINS, A. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SPINOZA, B. **Éthique**. Présenté et traduit par Bernard Pautrat. Paris: Éditions du Seuil, 2010.

SOREANU, R. Uma história sobre a nova estética do protesto. **Revista UniNômade**, 2014. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/uma-historia-sobre-a-nova-estetica-do-protesto/>

SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VENTURA, Z. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VIEIRA, M. Pânico no ônibus. **Periódicos eletrônicos de Psicologia** – Pepsic, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n1/v1n1a11.pdf>

VILLANI, T. **Psychogéographies urbaines: corps, territoires et technologies**. Paris, France: Association Culturelle Eterotopia, 2014.

ZAMORA, M. H. Tese de Doutorado. **Textura Áspera: Confinamento, Sociabilidade e Violência em Favelas Cariocas**. Curso de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.